



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Roberto Wickert

**CIDADANIA, TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
E AS PESSOAS IDOSAS DE SANTA CRUZ DO SUL**

Santa Cruz do Sul

2020

Roberto Wickert

**CIDADANIA, TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
E AS PESSOAS IDOSAS DE SANTA CRUZ DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, área de concentração em Desenvolvimento Regional. Linha de Pesquisa: Estado, Instituições e Democracia, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Orientadora: Prof. Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa

Santa Cruz do Sul

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Wickert, Roberto

Cidadania, transformação digital e as pessoas idosas de Santa Cruz do Sul / Roberto Wickert. – 2020.

127 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa.

1. Cidadania. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Envelhecimento Humano. 4. Internet. I. Areosa, Silvia Virginia Coutinho. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Roberto Wickert

**CIDADANIA, TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
E AS PESSOAS IDOSAS DE SANTA CRUZ DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, área de concentração em Desenvolvimento Regional. Linha de Pesquisa: Estado, Instituições e Democracia, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa
Professora orientadora - UNISC

Dra. Cidônea Machado Deponti
Professora examinadora - UNISC

Dra. Tatiana Quarti Irigaray
Professora examinadora - PUCRS

Santa Cruz do Sul

2020

Para Rafaela e Leticia, que compreenderam as ausências, me apoiaram e incentivaram, mesmo sem saber.

AGRADECIMENTOS

Nessa etapa da vida, não raro deixamos de expressar nosso reconhecimento àqueles que influenciam nossa vida, nosso jeito de ser. Então quero expressar, aqui, minha gratidão a pessoas que, mesmo sem saber, foram pilares que ajudaram a fortalecer meu processo de evolução enquanto pesquisador, profissional, amigo, pai e filho. Enfim, enquanto ser humano!

Aos meus pais, Paulo e Elisabete, por me ensinarem os valores fundadores: integridade, humildade e perseverança.

As minhas filhas Rafaela e Leticia, por acompanharem pacientemente este processo, terem sido companheiras e grande incentivadoras. E também a mãe delas, Stefanie, que gentilmente cuidou delas nos momentos em que precisei me ausentar.

A profa. Dra. Silvia Areosa, cuja orientação extrapolou o campo acadêmico e cuja conduta profissional é fonte de inspiração diária.

Aos meus queridos amigos e amigas da turma de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional de 2018: Alexandre, Bianca, Gabriela, Helena, Jaime, Josiane e Luiz. Juntos, ampliamos nossas capacidades de pesquisadores e, juntos, seguimos na vida.

A Marleti, Graziela e Carolina, da secretaria da Pós-Graduação, pela ajuda e paciência em me socorrer nos momentos de aperto.

Aos professores e professoras do Programa, com quem tive o privilégio de ter aulas: Virgínia, Sílvia, Cidônea, Cadoná, Erica, Brose, Olgário, Grazi, Rogério, Rozi, Cláudia. E a querida professora Ana Flávia, com quem não tive aula, mas cultivei uma amizade que me fez aprender muito sobre a vida acadêmica.

“Humanos e máquinas poderão se fundir tão completamente que os humanos não serão capazes de sobreviver se estiverem desconectados da rede.”
(HARARI, 2018).

RESUMO

Esta dissertação realiza uma reflexão sobre dois temas que afetam a dinâmica territorial: o envelhecimento populacional e o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICS, em especial a internet. Assim, amparados na teoria do Desenvolvimento como Liberdade, este estudo buscou investigar a capacidade do indivíduo idoso em interagir com a internet e transformar o território no qual atua como agente. O objetivo geral de investigação consistiu em compreender como as pessoas idosas de Santa Cruz do Sul percebem o acesso à internet, enquanto ferramenta de informação, e se ela poderia contribuir para a expansão de suas capacidades para o exercício da cidadania. Posteriormente, também se buscou analisar como se percebem diante de uma sociedade conectada, conhecer seu entendimento sobre cidadania na velhice, identificar de que maneira tomam ciência sobre seus direitos e deveres de cidadãos, e compreender de que forma se apropriam da internet como ferramenta de informação. Foram entrevistadas 20 pessoas idosas, residentes na zona urbana do município de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Após aplicar a técnica de análise de conteúdo foi possível identificar quatro categorias de estudo: o envelhecimento ativo dos 60+ de Santa Cruz do Sul; a participação social das pessoas idosas de Santa Cruz do Sul; a relação dos 60+ e a internet; e cidadania e informação. Ao final, foi possível concluir que participar da sociedade em rede faz bem as pessoas idosas entrevistadas, e que a internet constitui-se como uma das liberdades instrumentais fundamentais para ampliar suas capacidades de cidadania. Por fim, percebe-se que o uso da internet já faz parte do cotidiano dos entrevistados. É uma ferramenta de comunicação e informação que naturalmente foi sendo incorporada nas suas rotinas, tomando uma dimensão maior, à medida que foram se sentindo mais confortáveis em ampliar seus usos e descobrir novas funcionalidades. Embora a imensidão de possibilidades assuste um pouco no início, é possível perceber o fascínio e o reconhecimento por esta ferramenta. Apesar de terem vivido sua infância e adolescência em um período de privação das liberdades civis e políticas, graças ao avanço das TICs têm ao alcance dos seus dedos a mais ampla liberdade de expressão e informação.

Palavras-chave: Cidadania. Desenvolvimento Regional. Envelhecimento Humano. Internet.

ABSTRACT

This master's thesis reflects on two themes that affect the dynamics of the territories: population aging and the advancement of Communication and Information Technologies - ICTS, especially the internet. Thus, supported by the theory of Development as Freedom (SEN, 2000), we went through this study with a look at the elderly individual's ability to interact with the internet and transform the territory in which he acts as an agent. In this sense, the general objective of investigation of this study was to understand how the elderly in Santa Cruz do Sul perceive access to the Internet as an information tool and if it could contribute to the expansion of their capabilities to exercise citizenship. We also seek to analyze how they perceive themselves in a connected society, to know the understanding of them about citizenship in old age, to identify how they become aware of their rights and duties as citizens and to understand how they appropriate the internet as an informative tool. Twenty elderly people living in the urban area of the municipality of Santa Cruz do Sul, in Rio Grande do Sul, were interviewed, and the content analysis technique was used to reinterpret the content of the interviews, offering an understanding of their meanings. In the end, it may be concluded that Internet is named as one of the main instrumental freedoms to improve the citizenship of elderly people interviewed in the municipality of Santa Cruz do Sul. It is a communication and information tool that has naturally been incorporated into their routines and taking on a larger dimension as they have become more comfortable in expanding its uses and discovering new features such as video, relationship and news. Although the environment of many possibilities is a little scary at first, it is possible to perceive the fascination, the recognition for something that, as said by an interviewee, made it possible to go from dark to light, from the point of view of knowledge. And these people although they have lived their childhood and youth in a time of deprivation of liberties today, thanks to the advancement of ICTs, freedom of speech and information is at your fingertips. This statement it is possible from several statements pointed from interviews analysis.

Key words: Citizenship. Regional Development. Aging. Internet.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Identificação da população com mais de 60 anos.....	26
Figura 2 – Contextualização do envelhecimento na agenda global	30
Figura 3 – População por Sexo e Grupos de Idade 1980 - 2050	31
Figura 4 – Pirâmide etária absoluta. Brasil, ano 2000, 2010 e projeção para 2050 ..	32
Figura 5 – Distribuição da população por sexo e grupo de idade - 2017	32
Figura 6 – Pirâmide etária absoluta. Santa Cruz do Sul, Brasil, ano 2010.....	34
Figura 7 – Estimativa de acesso à internet no Brasil.....	38
Figura 8 – Dimensões da cidadania a partir da Internet.....	46
Figura 9 – Mapa de Localização do município de Santa Cruz do Sul e as diferentes regiões em que está inserido	61
Figura 10 – Dimensões do IDH.	62
Figura 11 – Percentual da população idosa rural e urbana. Santa Cruz do Sul, Vale do Rio Pardo, Rio Grande do sul, ano 2010.....	63
Figura 12 – Distribuição dos idosos de Santa Cruz do Sul, por faixa etária.....	65
Figura 13 – Distribuição da população idosa de Santa Cruz do Sul por gênero.	67
Figura 14 – Visualização do portal da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul na Internet.....	68
Figura 15 – Pessoas inscritas nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul até 05 de outubro de 2019.....	69
Figura 16 – Pessoas inscritas nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul até 05 de outubro de 2019.....	69
Figura 17 - Publicações no <i>Facebook</i> da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul em 02 de outubro de 2019	70
Figura 18 – Distribuição etária da amostra.....	72
Figura 19 – Distribuição territorial da amostra	73
Figura 20 – Distribuição da amostra por estado civil.....	74
Figura 21 – Distribuição da amostra por profissão	74
Figura 22 – Distribuição da amostra por escolaridade	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perspectiva teórica de Carvalho em paralelo com a de Sen	54
Quadro 2 – Distribuição da população idosa por faixa etária em bairros e distritos ..	65
Quadro 3 – Perfil dos idosos entrevistados	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de idosos na população brasileira, no Vale do Rio Pardo e em Santa Cruz do Sul	33
Gráfico 2 – Proporção de usuários de internet, por dispositivo utilizado no acesso individual	39
Gráfico 3 – Proporção de usuários de Internet, por dispositivo utilizado de forma exclusiva ou simultânea entre pessoas com 60 anos ou mais	40
Gráfico 4 – Usuários de Internet, por tipo de informações referentes a serviços públicos procurados ou serviços públicos realizados nos últimos 12 meses	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CETIC	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
ESF	Estratégia de Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ONU	Organização das Nações Unidas
SIAB	Sistema de Informação da Atenção Básica
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ENVELHECIMENTO HUMANO E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	20
2.1 Envelhecimento populacional na agenda da pesquisa.....	20
2.2 Cibercultur@, cidadania e apropriação da internet pelos idosos.....	34
3 PERCURSO METODOLÓGICO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E AMOSTRA	56
3.1 Percurso metodológico.....	56
3.2 Caracterização da região de estudo.....	59
3.3 Caracterização da amostra	70
3.3.1 Distribuição etária.....	71
3.3.2 Distribuição por bairros.....	72
3.3.3 Distribuição por estado civil.....	73
3.3.4 Distribuição por profissão	74
3.3.5 Distribuição por escolaridade	75
4 OS IDOSOS DE SANTA CRUZ DO SUL E A INTERNET.....	76
4.1 O envelhecimento ativo dos idosos de Santa Cruz do Sul	77
4.2 A participação social dos idosos de Santa Cruz do Sul.....	79
4.3 Relação 60+ e internet	84
4.4 Cidadania e informação.....	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	125
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	127

1 INTRODUÇÃO

O percurso deste estudo foi escolhido com um olhar para a capacidade do indivíduo idoso em interagir com as tecnologias de informação e comunicação e, transformar o território no qual atua como agente. Aqui, vale destacar que se entende por agente aquele que ocasiona uma mudança no ambiente com sua atuação livre e racional, de acordo com a sua participação ativa nas ações econômicas, sociais e políticas, que acontecem em seu território e, também, na oportunidade de ocasionar tais mudanças e realizações de acordo com seus próprios valores e objetivos (SEN, 2000).

É preciso valorizar o indivíduo no campo dos estudos sobre o Desenvolvimento Regional, pois, segundo a visão de Santos (1988, p. 48), no estudo de uma região é importante “detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional”, levando em conta tanto o que existiu, quanto o que existe e o que está por vir, de modo que seja possível “captar o elenco de causas e consequências do fenômeno”. Neste sentido, vale também destacar o poder humano em destruir ou enriquecer o ambiente no qual está inserido (SEN, 2011).

Ao longo desta pesquisa o esforço principal consistiu em realizar uma reflexão sobre dois temas que afetam, consideravelmente, a dinâmica dos territórios: o envelhecimento populacional, o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) em especial a Internet, e, também, de que maneira esta última influencia na expansão de capacidades de cidadania dos idosos.

Uma análise sobre indicadores populacionais, seja de âmbito global ou nacional, demonstram que é possível identificar um crescimento contínuo das populações idosas. Isto impulsiona as preocupações manifestadas sobre o envelhecimento e as suas consequências, e mobiliza recursos sociais que proporcionem o bem-estar das pessoas mais velhas (WHO, 2015).

A sociedade contemporânea passou por muitas mudanças históricas, sociais, culturais e políticas. Os progressos científicos e a descoberta de novas tecnologias influenciam o fenômeno da longevidade no Brasil sendo que, hoje, a transformação da realidade demográfica já é facilmente identificada, ocasionando à nação a perda

de sua característica de país jovem, passando a acompanhar as tendências globais de envelhecimento populacional (CARDOSO; AREOSA, 2016).

Conforme os dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE – Uma análise da composição populacional brasileira, por grupos de idade – caminha-se para realizar a tendência de envelhecimento demográfico global. Ou seja, há um aumento da participação percentual de adultos e idosos na população nacional, e a consequente diminuição dos demais grupos etários, com ênfase para crianças e jovens (IBGE, 2016).

Estima-se que a população nacional seguirá crescendo até o ano de 2047, quando deve atingir 233,2 milhões de pessoas. A partir daí as projeções apontam uma queda gradual até estabilizar em 228,3 milhões de habitantes em 2060. No caso do Rio Grande do Sul, este fenômeno irá se realizar em menos da metade deste período chegando à estagnação, já em 2036. Os prognósticos fazem parte da estimativa demográfica sobre os padrões de crescimento da população brasileira, por sexo e idade, ano a ano, até 2060, e estão apontados na revisão de 2018 da Projeção de População do IBGE (IBGE, 2018). Uma curiosidade é que uma matéria, publicada no Jornal Zero Hora, dava destaque ao dia 07 de outubro de 2019 como o momento que marcou a virada demográfica no estado do Rio Grande do Sul, quando o número de gaúchos maiores de 60 anos superou o contingente de crianças e adolescentes com menos de 14 anos. A reportagem, que se baseia em informações do Instituto SeniorLab, consultoria de mercado voltada ao público mais maduro, que trabalhou com dados do IBGE, integrou uma edição especial de um projeto editorial chamado: “A Era 60+ Ideias para o Futuro”, cuja intenção é dar visibilidade a temática do envelhecimento populacional. Assim, este novo espaço editorial, de um dos maiores grupos de comunicação do Rio Grande do Sul, mostra que o envelhecimento populacional é sim um tema complexo, mas também visto como uma oportunidade de movimentar a economia (CIGANA, 2019).

Enquanto a taxa de fecundidade nacional, em 2018, ficou em 1,77 filho por mulher, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística projeta que, em 2060, este indicador deverá reduzir para 1,66 filho por mulher. Ainda de acordo com o documento, o percentual da população idosa brasileira irá triplicar até 2060, quando cerca de um quarto da população, ou 25,5%, deve ter mais de 65 anos de idade, enquanto que 67,2% da população em idade de trabalhar, compreendida entre os 15 e 64 anos, teria menos de 15 e acima dos 65 anos (IBGE, 2018).

O envelhecimento populacional afeta a chamada razão de dependência da população. Esta razão de dependência é representada pela relação entre os segmentos, considerados economicamente dependentes, composto por pessoas menores de 15 anos e maiores de 65 anos. O que é definido hoje por segmento etário potencialmente produtivo, são aquelas pessoas que estão entre os 15 e 64 anos. Em outras palavras, uma proporcionalidade entre as pessoas que deveriam ser sustentadas pela parcela economicamente produtiva. Assim, considera-se que em 2039 a razão de dependência total deverá ser de 51,5%, e em 2060 essa proporção total deverá aumentar para 67,2% (IBGE, 2019). O processo de transformação digital, pelo qual passa a sociedade global, traz consigo oportunidades e desafios para o desenvolvimento regional, e é fundamental que seja possível intensificar as pesquisas, a fim de compreender a percepção dos idosos sobre o envelhecer, em sociedades cada vez mais conectadas.

Os dados sobre o número de usuários conectados à rede mundial de computadores crescem, exponencialmente, a cada ano. Se num primeiro momento a base de acesso era em uma determinada faixa etária, se expandindo em diversas regiões do globo terrestre, nos últimos anos, esta expansão vertical, chegando a outras faixas etárias, de velhos a crianças, tem provocado um novo jeito de organização em sociedade. A importância das novas tecnologias de informação e comunicação e sua influência na vida é tamanha que o historiador israelense Harari (2018, p. 109) afirma que “humanos e máquinas poderão se fundir tão completamente que os humanos não serão capazes de sobreviver se estiverem desconectados da rede.”

Esta afirmação do autor evidencia que a evolução tecnológica avança sobre as vidas. Se, nos seus primórdios, a internet estava disponível apenas para poucos intelectuais, em algumas universidades dos países do Norte do globo, atualmente esta tecnologia tem um papel fundamental na vida de todos (HARARI, 2018). A internet das coisas, como é chamada a tecnologia que conecta diferentes dispositivos eletrônicos, através da rede mundial de computadores, possibilitou o desenvolvimento e aprimoramento dos mais variados produtos e serviços. Os aparelhos de televisão já vêm, de fábrica, com comandos para canais de *streaming* de vídeos. Alguns eletrodomésticos já podem ser acessados via comando de voz. Transações bancárias e compras, de praticamente qualquer tipo de produto, em qualquer parte do mundo, podem ser feitas através de computadores, *tablets* ou

smartphones. Além disso, nas plataformas digitais¹ do governo federal já é possível, por exemplo, iniciar o processo de solicitação de agendamento para concessão de benefícios, tais como: o direito ao salário maternidade, a aposentadoria por tempo de serviço, confecção de passaportes e, até, realizar a emissão de certidão de antecedentes criminais. Em outros campos, como o da telefonia celular, os atendimentos já são realizados através de robôs conversacionais. Estes robôs, também são chamados *chatbots*, termo que se originou através da junção de duas palavras da língua inglesa: *chat* (forma de comunicação à distância, em tempo real) e *bot* (abreviatura de robot - robô em inglês). Dito de outra forma, os robôs que conversam com as pessoas “já são conhecidos no mundo da publicidade e do marketing e vêm sendo cada vez mais utilizados na gestão da relação de empresas com suas clientelas” (PETTERS, 2019, p. 255).

Enfim, são novas dinâmicas que impactam na reconfiguração dos territórios. Segundo Rogers (2017), a transformação digital impulsionou organizações privadas e públicas a mudarem suas estratégias de negócio. O autor ainda sinaliza que “uma vez desencadeada, a digitalização de um produto, de uma interação ou de um veículo torna-se irrefreável e irresistível” (ROGERS, 2017, p. 16). Entende-se que seu pensamento reflete a afirmação de Hall (1997), para quem, a expansão das tecnologias de informação e comunicação sugere uma regulação cultural que demanda a constituição de novos sujeitos.

Além disso, também verificou-se que, enquanto instrumento de mobilização popular, a internet foi um dos grandes influenciadores das manifestações sociais, ocorridas no Brasil nos últimos anos (SANTOS, ROVER, 2018). O mesmo aconteceu com movimentos que aconteceram no início da segunda década do século XXI, como a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha, e os movimentos *Occupy* nos Estados Unidos. Todos tiveram a internet como impulsionador, veículo que transportou as mobilizações, que iniciaram no território digital para o território *off-line*, às ruas e praças das grandes metrópoles globais (CASTELLS, 2012).

A questão que se coloca neste trabalho, então, é aproximar e investigar as relações entre estes dois temas de dimensão global: envelhecimento humano e a potencialidade da internet como uma ferramenta de expansão das capacidades

¹ Apenas como amostragem verificou-se a existência de tais serviços nas plataformas do Instituto Nacional de Seguridade Social (<https://www.inss.gov.br/>), do Tribunal Superior Eleitoral (<http://www.tse.jus.br/>) e da Polícia Federal (<http://www.pf.gov.br/>).

cidadãos. Dito de outro modo, o objetivo geral de investigação deste estudo consistiu em compreender como os idosos de Santa Cruz do Sul percebem o acesso à internet, enquanto ferramenta de informação, e se ela poderia contribuir para a expansão de suas capacidades para o exercício da cidadania. Além disso, também buscou-se analisar como os idosos se percebem diante de uma sociedade conectada, conhecer o entendimento dos idosos sobre cidadania na velhice, identificar de que maneira tomam ciência sobre seus direitos e deveres de cidadãos, e compreender de que forma se apropriam da internet como ferramenta de informação.

A pesquisa qualitativa foi a metodologia escolhida, justamente por possibilitar trabalhar o universo dos significados, dos motivos e atitudes (MINAYO, 2015). A fenomenologia de Husserl foi o caminho epistemológico escolhido para compreendermos estas questões. Entende-se que, através do método fenomenológico, é possível concentrar a atenção na experiência vivida pelos atores e descrever os fenômenos sem a necessidade de explicá-lo buscando explicações causais (TRIVIÑOS, 1987). Além disso, adotou-se a técnica de entrevista semiestruturada, cujo roteiro foi avaliado por especialistas, antes do início das entrevistas, para a realização da coleta de dados primários. A técnica de análise de conteúdo, criada por Bardin (1977), foi utilizada para uma compreensão e apreciação do produto das entrevistas, para além de uma leitura comum. (MORAES, 1999). No decorrer do trabalho também utilizou-se o diário de campo, como instrumento de registros das observações feitas por este pesquisador ao longo da etapa de campo.

Estruturalmente, esta primeira parte do trabalho introduz a temática da pesquisa, a contextualiza no campo do Desenvolvimento Regional e apresenta os elementos que nortearam esta dissertação de mestrado. O capítulo dois, intitulado “Envelhecimento Humano e Transformação Digital” visa aproximar e aprofundar estas duas temáticas. Na primeira seção, sobre o “Envelhecimento populacional na agenda da pesquisa”, é feito o balizamento de conceitos fundadores, como: envelhecimento populacional, envelhecimento ativo e longevidade, estabelecendo uma relação com a temática do desenvolvimento regional. Na sequência o esforço se constitui em contextualizar a temática do envelhecimento na agenda nacional e internacional de modo que, na parte final desta seção são apresentados dados que evidenciam o envelhecimento da população brasileira. A segunda seção, intitulada

“Cibercultur@, cidadania e a apropriação dos idosos” demonstra o esforço em discorrer sobre o impacto da internet no cotidiano dos idosos jovens, nascidos entre 1950 e 1959. Além disso, busca desenvolver a temática da cidadania aproximando-a da teoria que Amartya Sen (2000) traz na obra *Desenvolvimento como Liberdade*.

O terceiro capítulo, de nome “Percurso metodológico e caracterização da região e amostra” se divide em três seções. Na seção “Marco metodológico” apresenta-se o caminho metodológico da pesquisa e os percalços na realização da mesma. Já na seção “Caracterização da região de estudo” apresenta-se a região do estudo e também dados secundários sobre o perfil dos idosos do Vale do Rio Pardo e do município de Santa Cruz do Sul, culminando na última seção chamada “Caracterização da amostra”. Então serão apresentadas informações referentes aos sujeitos participantes sob o ponto de vista de: perfil de gênero, idade, bairro de residência, estado civil, profissão e escolaridade.

No quarto capítulo, chamado “Os idosos de Santa Cruz do Sul e a Internet” relacionam-se os resultados derivados da análise do conteúdo das entrevistas semiestruturadas, realizadas com 10 homens e 10 mulheres com idades entre 60 e 69 anos de idade, residentes no município de Santa Cruz do Sul, e que acessam a internet, ao passo em que também é feito o diálogo com autores que dedicam seus estudos a temas afins a esta dissertação de mestrado. Por fim, são tecidas as considerações finais, realizando algumas reflexões sobre a percepção dos idosos de Santa Cruz do Sul sobre o uso da Internet e apresentando a opinião sobre seu potencial enquanto ferramenta de expansão para suas capacidades de cidadania.

2 ENVELHECIMENTO HUMANO E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Este capítulo visa discorrer sobre o envelhecimento populacional e os impactos decorrentes de uma sociedade mais longeva. Em um primeiro momento foi feito o balizamento de conceitos fundadores como envelhecimento populacional, envelhecimento ativo e longevidade estabelecendo uma relação com a temática do desenvolvimento regional. Na sequência, o esforço foi o de contextualizar a temática do envelhecimento na agenda nacional e internacional de modo que, na parte final deste capítulo, apresentem-se dados que evidenciam o envelhecimento da população brasileira.

A partir daí contextualiza-se o uso da internet no Brasil, desenvolvendo a temática da cidadania aproximando-a da teoria que Amartya Sen (2000) tratada na obra *Desenvolvimento como Liberdade* e, por fim, discorrer sobre o impacto da internet no cotidiano dos idosos jovens, nascidos entre 1950 e 1959.

2.1 Envelhecimento populacional na agenda da pesquisa

A velhice é um direito humano (FERREIRA, 2019). Do mesmo modo, a busca por mais anos de vida é um objetivo perseguido historicamente. Alusões à busca de uma “vida eterna” podem ser encontradas já na mitologia greco-romana, através da lenda da Fonte da Juventude, por exemplo, e se mantém na atualidade. Nota-se, ainda, o esforço constante em pesquisa realizado por instituições como a Singularity University² (2019) que buscam retardar ou impedir o envelhecimento biológico, ampliando consideravelmente a expectativa de vida das populações.

Dados do Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde publicado pela ONU (2015) indicam que, uma pessoa nascida em 2015, no Brasil, por exemplo, teria uma expectativa de vida de, pelo menos, 20 anos maior do que a de alguém nascida 50 anos antes. Neste sentido, inúmeros fatores contribuem para tornar o envelhecimento populacional uma realidade, entre eles a queda acentuada das taxas de natalidade (ONU, 2015), bem como uma melhoria significativa nos indicadores de qualidade de vida e de desenvolvimento de uma determinada região.

² A Singularity University, situada na região do Vale do Silício (EUA), se denomina, segundo seu *website* (<https://su.org/about/>), uma comunidade global de aprendizado e inovação que utiliza tecnologias exponenciais para enfrentar os maiores desafios do mundo e construir um futuro melhor para todos.

A distinção entre os conceitos de envelhecimento populacional e longevidade se faz importante para avançar nessa discussão. Para Carvalho e Garcia (2003) o envelhecimento de uma população não se refere a indivíduos ou a uma geração. É um termo que representa uma mudança na estrutura etária de determinada população “o que produz um aumento do peso relativo das pessoas acima de determinada idade, considerada como definidora do início da velhice” sendo ainda que este limite etário pode variar a cada sociedade e não é dependente, unicamente, de “fatores biológicos, mas, também, econômicos, ambientais, científicos e culturais”. A longevidade, por sua vez, já traz um caráter individual ou geracional, pois representa o “número de anos vividos por um indivíduo ou ao número de anos que, em média, as pessoas de uma mesma geração ou corte viverão” (CARVALHO; GARCIA; 2003, p. 726).

Independente dos esforços de gigantes de tecnologia em retardar processos biológicos, em uma luta para “vencer a morte”, o envelhecimento das populações é um fenômeno global, fruto de uma convergência de diversos fatores e que vem ocorrendo com mais intensidade nos países em desenvolvimento. Desta forma, independentemente do modo que impulsionou o aumento da expectativa de vida da população, este fato demandará uma série de oportunidades que devem ser colocadas ao alcance dos mais velhos, para que possam desfrutar de uma velhice plena, de acordo com as capacidades de cada indivíduo. Dito em outras palavras, a possibilidade de uma vida mais longa possibilita a oportunidade de repensar, não apenas o que uma vida mais longa pode ser, mas refletir, inclusive, sobre o desdobramento das próprias vidas. Ao mesmo tempo, também se trata de um grande desafio que convida a problematizar questões e políticas públicas, nos âmbitos de assistência social, saúde, segurança, trabalho, participação política no desenvolvimento regional, cultura e lazer, garantindo um exercício pleno de cidadania. (MANTOVANI; JUSTO, 2016).

Esta preocupação aparece nas publicações de inúmeros pesquisadores. Para Ribeiro (2016, p. 379) embora de fato os números acerca do envelhecimento populacional no mundo sejam impressionantes, esta questão não é apenas numérica, “não se reduz apenas a quantidade de velhos existentes [...] mas especialmente uma questão social relevante e um direito humano fundamental, que envolve diversos aspectos”. A necessidade de uma mudança de olhar, em relação a essa fase do desenvolvimento humano na sociedade atual, que pode se estender

por várias décadas, é abordada por Assis, Dias e Necha (2016) que sustentam a importância da criação de meios para garantir um envelhecimento ativo e qualidade de vida para todos os cidadãos.

É importante estabelecer, aqui, o entendimento de que este avanço na expectativa de vida e, conseqüentemente, no número de pessoas idosas, não devem ser vistos como um problema social. Mas pode vir a ser uma vez que não seja considerado na agenda de políticas públicas, de modo que possa oferecer condições de um envelhecimento digno e ativo aos idosos contemporâneos, e a geração que, cedo ou tarde, também irá usufruir desses benefícios (BERZINS; BORGES, 2012). Ou seja, não basta apenas buscar ampliar a expectativa de vida, mas refletir sobre que tipo de velhice se quer oportunizar aos que já estão nessa fase da vida e sobre a que todos irão desfrutar no futuro.

A partir do momento em que as mudanças na pirâmide etária impactam diretamente na dinâmica dos territórios, recupera-se a noção de espaço social, trazida por Milton Santos (1982, p. 16). Na ótica do autor, “o movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global”.

Do mesmo modo, busca-se em Pecqueur (2009) uma reflexão que distingue dois tipos de territórios. O primeiro deles seria o “território dado”, originado a partir de decisões político-administrativas. O outro seria aquele que é construído, formado a partir de um encontro de atores sociais, em um espaço geográfico dado, a fim de identificar e resolver uma questão comum.

Seguindo esta lógica, Raffestin (1993) afirma que o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam em um determinado espaço. Deste modo, ele surge como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominando um processo de construção social. Nesse sentido, ao entender o conceito de território, enquanto resultado de uma ação social, direciona-se a discussão para a perspectiva de atuação do indivíduo, especialmente o idoso, no contexto da formação territorial, bem como sua contribuição para o desenvolvimento da região em que está inserido.

Tal compreensão parte do pressuposto de que o idoso se constitui como um importante ator social na sociedade contemporânea, em que procura garantir seu espaço e afirmar o seu papel ativo, apto a se distanciar da figura de coadjuvante das

circunstâncias. Assim, se permite fazer escolhas em diversos âmbitos do cotidiano: religioso, cultural, político e profissional. Neste contexto, um dos grandes desafios da sociedade neste início do século XXI é pensar em como possibilitar uma velhice com dignidade e qualidade de vida, permitindo que os idosos tenham a oportunidade de continuar contribuindo no processo de desenvolvimento da sociedade, e participando nas atividades sociais, econômicas, culturais, esportivas, recreativas e de voluntariado (ONU, 2003).

Esta reflexão se faz necessária, pois já não se concebe mais, pelo menos no âmbito das pesquisas acadêmicas científicas, uma visão sobre o envelhecer na perspectiva de um fluxo linear, compreendido à luz de fases rígidas e sequenciadas como o período da infância, fase de estudos, período definido de trabalho e, em seguida, aposentadoria, entendida como o final da fase produtiva do idoso (ONU, 2015). Observa-se, então, que uma expectativa de vida maior é um convite para repensar este enquadramento linear e, portanto, revisitar o papel, enquanto cidadãos, participantes do processo de desenvolvimento da região em que se está inserido, criando meios para garantir um envelhecimento ativo e qualidade de vida para todos. (ASSIS; DIAS; NECHA, 2016).

Em um entendimento inicial supõe-se que o envelhecimento de um indivíduo esteja associado, de acordo com Camarano e Pasinato (2004) a um declínio físico, psicológico e comportamental, devido às novas fragilidades que surgem com a idade, sendo esse um processo biológico. Estudos contemporâneos apontam que o envelhecimento já não se define apenas pela passagem do tempo ou por uma idade cronológica, convencionada abstratamente e aceita de forma mais ou menos universal. Ao considerar, por exemplo, que uma pessoa avalia sua idade como o tempo decorrido, entre sua data de nascimento e a data atual, os autores referenciam que, havendo duas pessoas em comparação, é possível entender que a mais velha entre elas é a que tem idade mais elevada.

Neste sentido, o envelhecer individual seria fruto da passagem do tempo, a partir do aumento da idade pessoal. Neste aspecto, conceituar velho ou velhice não é uma tarefa simples, haja vista que os idosos acabam assumindo novos papéis, nas sociedades contemporâneas, bem como ressignificando inclusive o que é ser velho ou idoso.

Assim, acompanhando o pensamento de Tura, Carvalho e Bursztyn (2014, p. 27) que qualificam a tarefa de conceituar a velhice como difícil e “que pode ser

facilitada se considerada as múltiplas dimensões que encerra. Numa perspectiva histórica e transcultural, são evidentes as mudanças desse conceito e a atribuição de novos papéis aos idosos”. O aspecto multidimensional da velhice é trabalhado na obra de Sant’Anna, Câmara e Braga (2003, p. 13) quando afirmam que, embora seja um conceito “geralmente identificado com a questão cronológica, envolve aspectos biológicos, psicológicos e sociológicos”. E também reconhecido como multifacetado e multifatorial pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

Dentro deste cenário e, para se ter um pouco mais de clareza sobre o tema, se faz necessário delimitar o que caracteriza ser idoso na contemporaneidade. Tal conceito é expresso por Camarano e Pasinato (2004) ao indicarem que o significado de idoso envolve mais do que a simples demarcação de idades biológicas, e enfrenta, pelo menos, três barreiras, sendo elas: a heterogeneidade entre indivíduos no espaço e no tempo; o entendimento de que características biológicas existem de forma independente de características culturais; e a finalidade social do conceito de idoso. E é este aspecto heterogêneo da velhice que faz com que as pessoas idosas não sejam reconhecidas como uma categoria à parte, em que todos são iguais apenas por serem velhos. Isto reforça a necessidade de que é preciso reconhecer os idosos a partir das suas necessidades e capacidades individuais e particulares, como a nós mesmos no futuro. (ONU, 2003).

No Brasil, a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, também conhecida como Estatuto do Idoso, define o marco cronológico para garantir os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos de vida. Ao longo deste capítulo, aborda-se com mais profundidade este tema. Esta idade é indicada como referência pela Organização Mundial de Saúde (OMS) apenas para os indivíduos de países em desenvolvimento, para o caso de países considerados desenvolvidos são considerados idosos aqueles com 65 anos ou mais (BRASIL, 2003).

Atualmente, os especialistas no estudo do envelhecimento referem-se a três grupos de pessoas mais velhas: os idosos jovens, os idosos velhos e os idosos mais velhos. Cronologicamente, nestes estudos, as segmentações etárias ainda estão pautadas por critérios que consideram a realidade de países desenvolvidos, assim, o termo idoso jovem geralmente se refere a pessoas de 65 a 74 anos, que costumam ser ativas, cheias de vida e vigorosas. Os idosos velhos, de 75 a 84 anos, e os idosos mais velhos, de 85 anos ou mais, são aqueles que têm maior tendência para a fraqueza e para a enfermidade, e podem ter dificuldade para desempenhar

algumas atividades diárias na vida (ADVs). (PAPALIA, OLDS, FELDMAN, 2013). No caso brasileiro, como se considera a idade de 60 anos para definir os idosos, considera-se como idosos jovens as pessoas que tem entre 60 e 69 anos.

A questão cultural, por exemplo, pode ser melhor entendida quando apreciam-se duas visões sobre o assunto, em momentos distintos da história recente. No final da década de 1980, Ecléa Bosi (1987) atribuía ao idoso a função de ser o guardião da memória e experiência em uma sociedade, constituindo-o como fonte de sabedoria, enquanto responsável por narrar os acontecimentos vividos e transmitir essas experiências aos mais jovens. Com a expansão das tecnologias de comunicação e informação, a partir do final da década de 1990, a fonte de informação passa a ser de outra natureza. Nas palavras de Tura, Carvalho e Bursztyn (2014, p. 27):

Dessa forma, o papel do idoso ganha menos centralidade e importância, já que os aspectos da memória social tendem a se tornar secundários. A imagem da sabedoria aos poucos vai cedendo lugar à de avós, cabelos brancos, idoso. [...] O que está em curso, portanto, é um conjunto de mudanças de maior complexidade e menor fixidez, que exigem a formulação de novas categorias explicativas das relações do processo de envelhecimento na saúde, para comportar a atual multiplicidade de condições de vida e expectativas individuais ou coletivas que não são facilmente identificadas e mensuradas.

Dito de outro modo, uma vez que a internet se constitui em um grande repositório da memória individual e coletiva, já não é mais necessário recorrer a “sabedoria dos mais velhos”, pois as informações passam a estar ao alcance de todos. Outro exemplo recente, desta mudança de concepção sobre a velhice, pode ser observado na representação simbólica das pessoas com mais de sessenta anos. Até 2018, a imagem utilizada nacionalmente, para identificar o atendimento preferencial aos idosos, era a de uma pessoa curvada, indicando estar apoiada em uma bengala. Entretanto, em 2016 foi aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 126 (PLS 126/2016) que versava sobre a alteração da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos, desprovidos de caráter pejorativo, na identificação de pessoa com deficiência e os idosos, incluindo o artigo 117-A no Estatuto do Idoso, conforme se observa a seguir:

Para fins de referência ao usufruto de direitos e de comprovação de acessibilidade, a referência à figura do idoso far-se-á por meio de símbolo a

ser definido na forma de regulamento, desprovido de caráter pejorativo e de juízo de valor, com pictografia baseada objetivamente na idade mínima de 60 (sessenta) anos.

Segundo a proposta, apresentada pelo Senador Waldemir Moka, a identificação de idosos, quando publicizada em locais que indicam assentos reservados a estes indivíduos, tais como transportes coletivos ou caixas de banco, por exemplo, deve fazer uma referência a idade mínima de 60 anos, eliminando a figura que apresenta uma pessoa com uma bengala. O embasamento para tal, segundo reportagem da Agência Senado, parte do princípio de que se fazem necessários símbolos realistas e desprovidos de juízo de valor, de modo que a tentativa de incluir não sirva como motivo de constrangimento e de perpetuação do preconceito (AGÊNCIA SENADO, 2018).

Figura 1 – Identificação da população com mais de 60 anos



Fonte: Agência Senado.

A figura 1 expressa duas imagens usadas, para representar as pessoas idosas, e que explicitamente mostram esta disparidade de visões. A imagem da esquerda refere-se à identificação utilizada até a aprovação do referido projeto de lei. Ela se constitui a partir de um fundo azul sobre o qual aparece um ícone que simboliza um indivíduo curvado e que necessita de um instrumento semelhante a uma bengala para se apoiar. Fica explícita a representação de uma visão, antiga e ultrapassada, sobre os idosos, associada à limitação das capacidades físicas. Por outro lado, a imagem que está à direita, ainda na Figura 1, seria a nova proposta, já considerando um novo olhar para a velhice. Ao observar a imagem da direita, que

também se constitui a partir de um fundo azul, verifica-se que ela contém o ícone de um indivíduo ereto, em posição de marcha, sem auxílio de nenhum dispositivo de locomoção e com a indicação numérica 60 associada ao símbolo de soma. Tal imagem busca representar o grupo de indivíduos com idade superior a 60 anos. Ou seja, já há aqui uma atualização sobre a visão acerca da velhice, na qual esta já não é abordada sob a perspectiva da limitação física, associando a ideia de um fim de ciclo, de improdutividade, conforme mencionado anteriormente.

Dessa forma, a temática do envelhecimento humano passou a fazer parte da agenda política nacional, a partir de 1982, momento em que o Brasil se tornou um dos signatários do Plano Internacional de Ação para o Envelhecimento de Viena (ALCANTARA, 2016). Este pode ser considerado um dos motivadores que levaram o país a ser um dos pioneiros da América Latina na implementação de uma política de garantia de renda para a classe trabalhadora. Tal fato culminou com a universalização da seguridade social, expressa na Constituição Cidadã de 1988, de modo que também fosse garantida renda para a população com mais de sessenta anos. (CAMARANO; PASINATO, 2004). É a partir desse momento que, no cenário nacional, os idosos são reconhecidos e tem seus primeiros direitos sociais assegurados (RAUTH; PY, 2016).

Cabe ainda aprofundar um pouco mais o entendimento sobre um documento seminal para os estudos relacionados aos idosos: trata-se do Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento. Elaborado em 1982, por ocasião da Assembleia Mundial das Nações Unidas, que buscava instigar a ação em temas como saúde e nutrição, proteção de consumidores idosos, habitação e meio ambiente, família, bem-estar social, segurança de renda e emprego, educação, e a coleta e análise de dados de pesquisa. Destaca-se aqui o pensamento de Alcântara, Camarano e Giacomini (2016, p.18), para quem um dos principais resultados do plano de Viena foi colocar na agenda internacional as questões relacionadas ao envelhecimento individual e populacional. Segundo os autores era visível a “necessidade da ‘construção’ e do reconhecimento da pessoa idosa como um novo ator social, contemplando suas necessidades e especificidades.”

Oportuno destacar, ainda, que no Brasil, já em 1961, era fundada a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. A SBGG é uma associação civil, sem fins lucrativos, criada com o objetivo maior de congregar médicos e outros profissionais, de nível superior, interessados pela temática da Geriatria e

Gerontologia, estimulando e apoiando o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento científico, relacionado à área do envelhecimento. Dito de outro modo, os esforços para incluir a temática do envelhecimento na agenda nacional já se iniciava, pelo menos, vinte anos antes em relação a agenda global.

O termo Envelhecimento Ativo, por sua vez, passou a ser adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a partir da década de 1990, com o intuito de oportunizar o processo de envelhecer seja visto como uma experiência positiva. Este conceito refere-se ao “processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas.” (OMS, 2005, p. 13). Ou seja, é possível entender este posicionamento da OMS como um marco no processo de ressignificação da velhice. Também no início da década de 1990, a ONU passa a adotar o *Princípio das Nações Unidas em Favor das Pessoas Idosas*, documento que sinaliza os direitos das pessoas idosas em relação à independência, participação, cuidado, autorrealização e dignidade.

Logo em seguida, no ano de 1992, como uma ação de continuidade ao Plano de Ação Internacional de Viena é adotada a Proclamação do Envelhecimento. Dois anos mais tarde, no Brasil, era oficializada a Política Nacional do Idoso - PNI (Lei n.º 8.842/1994). O final da década, no âmbito da ONU, é marcado pela escolha do ano de 1999 como o Ano Internacional do Idoso.

Passados alguns anos, em 2002, acontece a Segunda Assembleia Mundial para o Envelhecimento³, em Madrid, na Espanha. Um marco deste encontro foi a elaboração da *Declaração Política e o Plano de Ação Internacional* sobre o Envelhecimento de Madrid. Este plano oferece recomendações específicas para que todos os governos possam dar atenção às pessoas mais velhas e ao desenvolvimento, melhorando a saúde, o bem-estar, assegurando habitação e ambientes de apoio, entre outras ações. Segundo as orientações do *Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento* “uma sociedade para todas as idades inclui o objetivo de que os idosos tenham a oportunidade de continuar contribuindo para a

³ A realização de Assembleias Mundiais acontece através da Assembleia Geral da ONU, que é o principal órgão deliberativo da Organização e onde seus Estados-Membros (atualmente 193 países) se reúnem para discutir os assuntos que afetam a vida de todos os habitantes do planeta. Na Assembleia Geral existe total igualdade entre todos seus membros, de modo que cada país tem direito a um voto. Importante notar que as resoluções, deliberadas nestes fóruns, funcionam como recomendações e não são obrigatórias, cabendo a cada Estado-Membro avaliar a melhor maneira de considerar tais aspectos nos seus programas de governo.

sociedade” (ONU, 2003, p. 34). Além disso, são reconhecidas três orientações prioritárias mencionadas a seguir, cada uma está ancorada em eixos temáticos e respectivos objetivos:

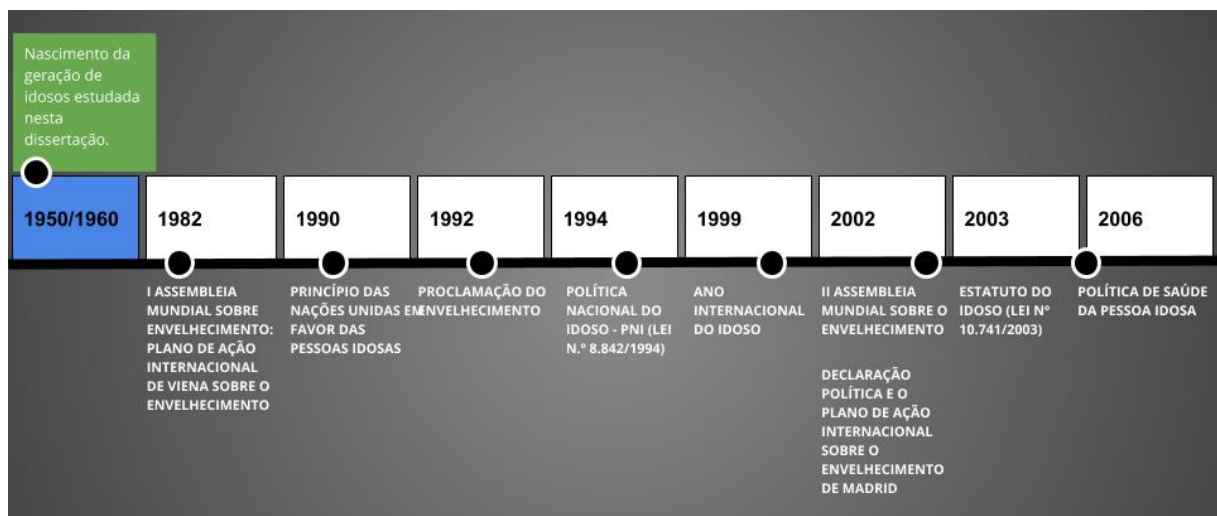
1. **Pessoas Idosas e o Desenvolvimento:** considera a participação plena dos idosos no processo de desenvolvimento a partir das temáticas: Participação ativa na sociedade e no desenvolvimento, Emprego e envelhecimento da força de trabalho, Desenvolvimento rural, migração e urbanização, Acesso ao conhecimento, à educação e à capacitação, Solidariedade intergeracional, Erradicação da pobreza, Garantia de rendimentos, proteção social e prevenção da pobreza e, por último, Situações de emergência.
2. **Promoção de Saúde e Bem-Estar na Velhice:** este eixo trata da importância de um nível elevado de saúde de modo que a população em geral possa contribuir para o crescimento econômico e desenvolvimento das sociedades. Aqui são abordadas as temáticas: Promoção da saúde e do bem-estar durante toda a vida; Acesso universal e equitativo aos serviços de assistência à saúde; Os idosos e a Aids; Capacitação de prestadores de serviços de saúde e de profissionais de saúde; Necessidades relacionadas com a saúde mental de idosos; bem como a temática sobre Idosos e incapacidades.
3. **Criação de Ambiente Propício e Favorável:** entende-se que o desenvolvimento social é fundamental para o desdobramento e execução do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento. Os temas considerados neste campo são: Moradia e condições de vida; Assistência e apoio às pessoas que prestam assistência; Abandono, maus-tratos e violência e; por fim, Imagens do envelhecimento.

As décadas recentes marcaram não somente o aumento nos índices de longevidade, mas também indicam um crescimento exponencial das tecnologias nas suas mais diversas formas. Assim, outro ponto que merece destaque, nesse documento de expressão global, é a recomendação de ações que considerem a ampliação das capacidades dos idosos em relação ao uso das tecnologias como uma forma de unir as pessoas contribuindo para a redução da marginalização, da solidão e da separação entre as idades. Isto pode ser evidenciado a partir deste trecho do discurso de Kofi Atta Annan, então Secretário Geral das Nações Unidas, durante a abertura da II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em abril de 2002, em Madrid, na Espanha:

Devemos reconhecer que, sendo maior o número de pessoas que recebem melhor educação e desfrutam de longevidade e boa saúde, os idosos podem contribuir mais do que nunca para a sociedade e, de fato, assim o fazem. Se incentivarmos sua participação ativa na sociedade e no desenvolvimento, podemos estar certos que seu talento e experiência inestimáveis. [...] Produziu-se uma revolução mundial quanto ao uso da tecnologia da informação e à potenciação da sociedade civil. Isso nos permite estabelecer os vínculos de colaboração necessários para construir uma sociedade para todas as idades. (ONU, 2003, p. 14).

Neste contexto, as novas tecnologias de informação e comunicação, em especial a internet, fazem com que a pessoa seja, de certa forma, obrigada a lidar e aprender a manuseá-las, a fim de se sentir inserida na sociedade, acompanhando a evolução do meio social (REIS, 2012). A figura 2, a seguir, sintetiza o que foi exposto até agora e contextualiza a temática do envelhecimento na agenda global e nacional ao longo das últimas décadas.

Figura 2 – Contextualização do envelhecimento na agenda global



Fonte: Elaborado pelo autor.

O percentual de pessoas idosas no Brasil e no mundo cresce de modo exponencial na medida em que são realizados investimentos para a melhoria da qualidade de vida, como por exemplo, no âmbito da saúde, aliados a redução nas taxas de mortalidade infantil e mudanças no comportamento cultural da sociedade, que passam a valorizar mais os indivíduos idosos (GANDRA, 2012). No Brasil, a análise de indicadores da composição populacional, por grupos de idade, sinaliza a tendência de envelhecimento demográfico, ou seja, o aumento da participação percentual de adultos e idosos na população e a conseqüente diminuição dos

demais grupos etários, especialmente crianças e jovens (IBGE, 2010). Este crescimento fica evidenciado na Figura 3, que indica o aumento do número de homens e mulheres, com sessenta anos ou mais, no Brasil, desde a década de 1980, quando o país contava 7.197.904 idosos, até uma projeção de 64.050.980 idosos para 2050.

Figura 3 – População por Sexo e Grupos de Idade 1980 - 2050

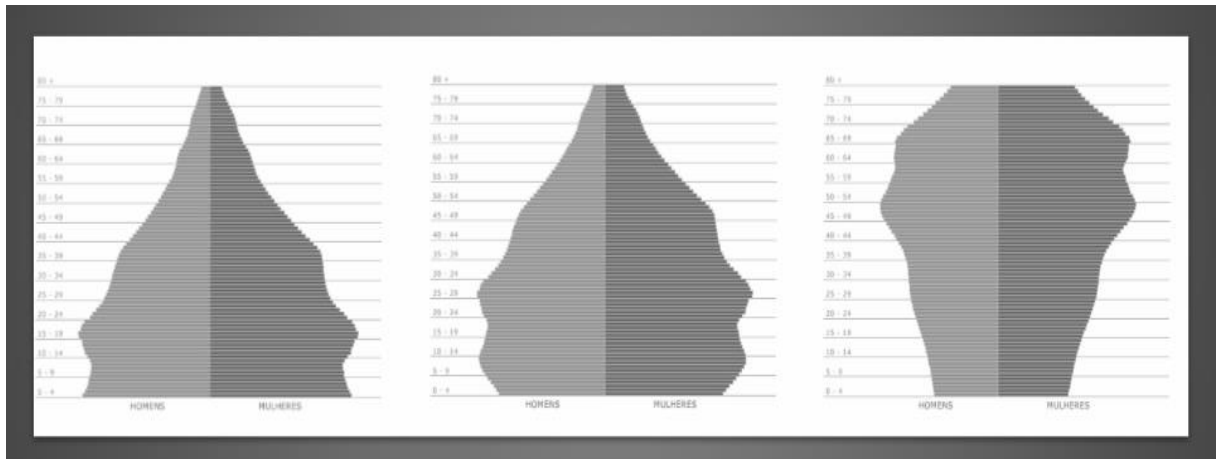


Fonte: IBGE, Projeção da População. 2018.

Segundo projeções feitas pelo IBGE (2016), a população idosa nacional equivalerá, em 2050, a aproximadamente 66,5 milhões de pessoas, representando 29,3% do total de brasileiros, ou seja, a cada três pessoas na população estima-se que ao menos uma terá 60 anos de idade ou mais.

Uma análise da representação gráfica da população brasileira (Figura 4) demonstra um estreitamento gradual da base da pirâmide entre 2000 e 2010 até chegar a 2050, ao passo que acontece um alargamento na região mediana superior, indicando uma tendência de inversão da pirâmide etária brasileira.

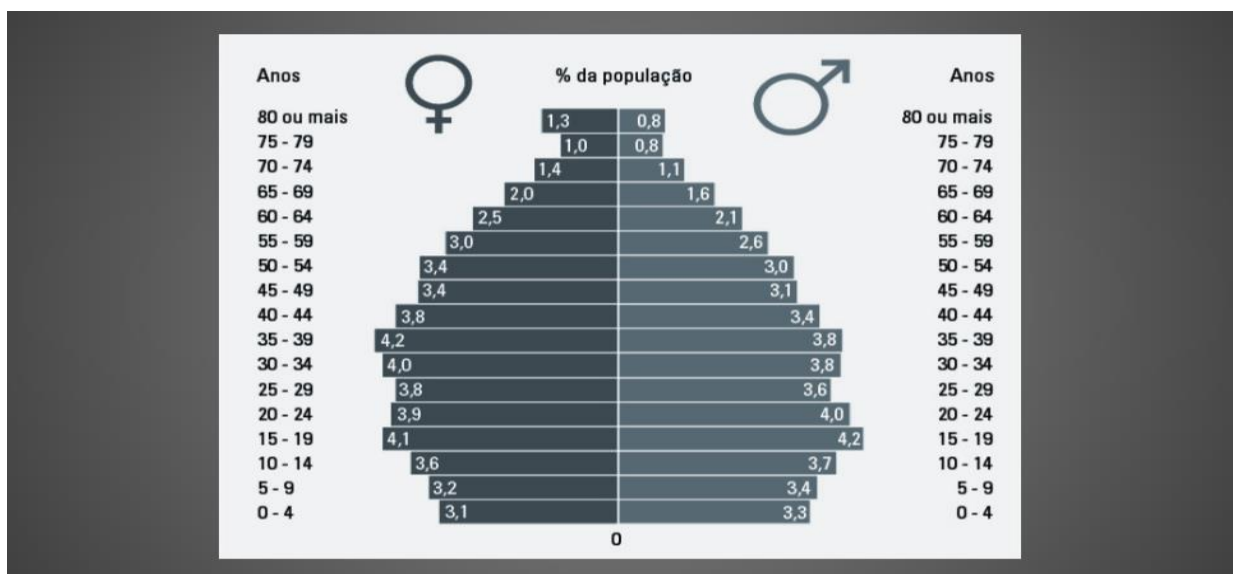
Figura 4 – Pirâmide etária absoluta. Brasil, ano 2000, 2010 e projeção para 2050



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000, 2010 e Projeção da população.

Aprofundando um pouco a análise podemos observar que no Censo do IBGE, do ano de 2010, verificou-se que a população nacional era de 190.755.799 habitantes, com os idosos representando 11% desta população, ou seja, 20.590.597 pessoas. Segundo a publicação *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, publicado no ano de 2016, há uma perspectiva de que o percentual de idosos representem 23,5% da população nacional, já a partir do ano 2039, ou seja, mais do que o dobro apresentado no último Censo de 2010.

Figura 5 – Distribuição da população por sexo e grupo de idade - 2017



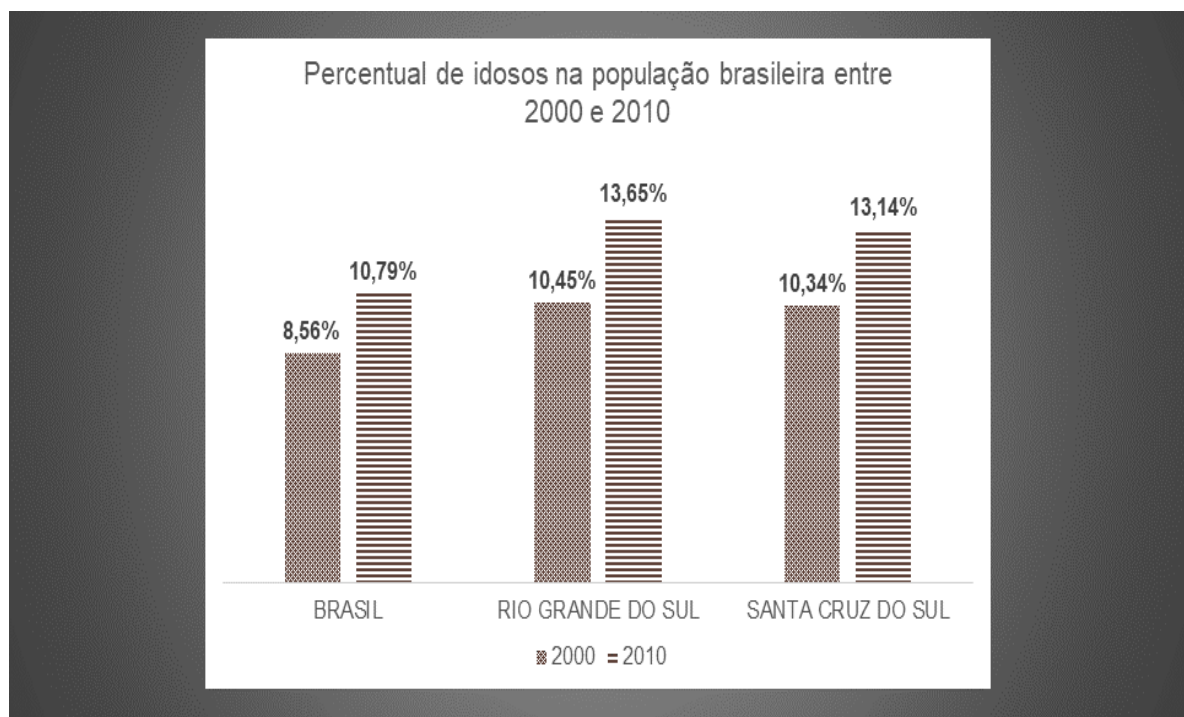
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua de 2016

Por sua vez, conforme a Figura 5, que expressa os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios (2017), a população de idosos do Brasil já superou os 30 milhões de pessoas em 2017 com uma proporção de mulheres, com mais de sessenta anos, superior a de homens nesta mesma faixa etária, indicando um processo de feminilização da velhice.

Olhando para o cenário do Rio Grande do Sul, o último Censo, em 2010, apontou que 13,65% da população tinha mais de 60 anos, 1.459.597 do total de 10.693.929 habitantes em 2010 (IBGE, 2010). Todavia, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua de 2016 indicou que este número já havia superado os 2.000.000 de idosos em 2016. Na região do Vale do Rio Pardo havia 418.141 habitantes sendo que desse total, 60.120 eram idosos, representando 14,37%. No caso de Santa Cruz do Sul, a proporção de idosos era de 13,15% da população, ou seja, 15.559 pessoas dos 118.374 habitantes (IBGE, 2010).

O Gráfico 1, a seguir, compara o envelhecimento populacional no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Santa Cruz do Sul, centralidade desta pesquisa, demonstrando o acelerado crescimento desta camada da população.

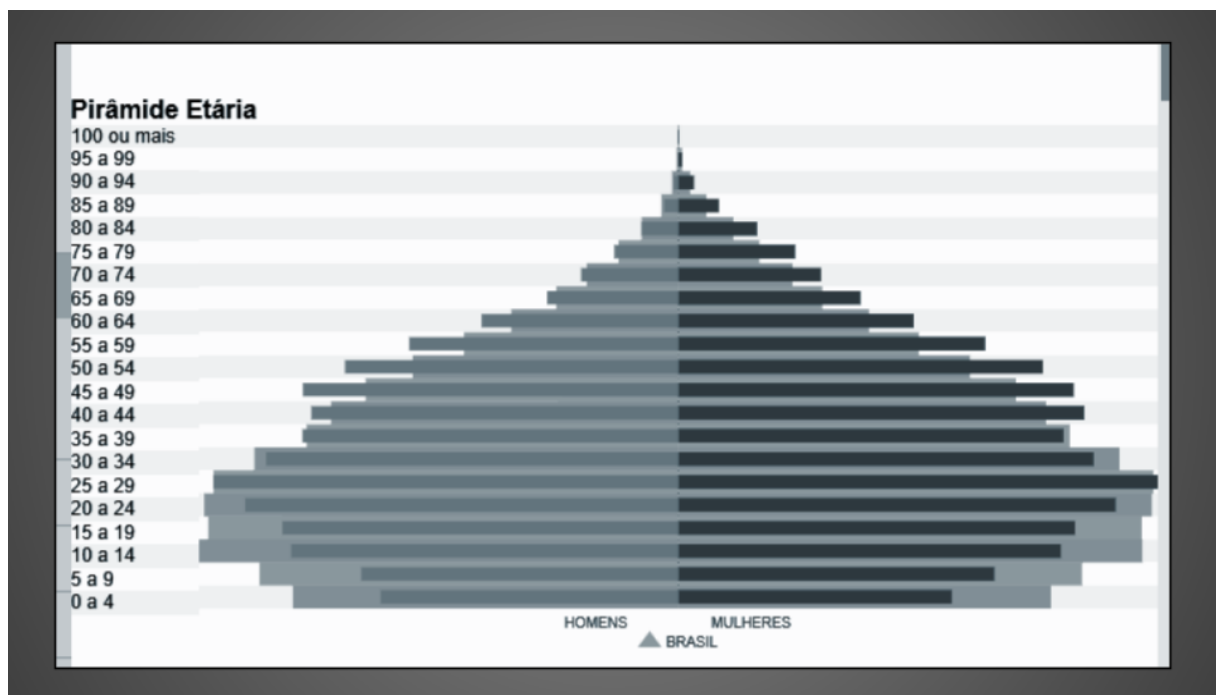
Gráfico 1 – Percentual de idosos na população brasileira, no Vale do Rio Pardo e em Santa Cruz do Sul



Fonte: Censo demográfico 2010 e Censo demográfico 2000 (IBGE).

Diante desses dados é possível identificar um acréscimo de 2,23 p.p. na população idosa nacional, comparando os dados de 2010 em relação a 2000, representando um aumento de 6.054.577 pessoas, acima de 60 anos. O Rio Grande do Sul, por sua vez, apresentou um crescimento de 3,29 p.p. o que significou 394.114 idosos a mais na população do estado, enquanto que o município de Santa Cruz do Sul teve um incremento de 2,80 p.p. na base comparativa o que significa 4.426 idosos.

Figura 6 – Pirâmide etária absoluta. Santa Cruz do Sul, Brasil, ano 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A figura 6 relaciona os dados do município (tom mais escuro) com os dados nacionais (em cinza) no formato da tradicional pirâmide etária e demonstra uma base menor do que a da pirâmide etária nacional, enquanto que a parte média superior indica um alargamento maior do que o equivalente brasileiro, evidenciando de modo visual um maior número de idosos em Santa Cruz do Sul do que no Brasil.

2.2 Cibercultur@, cidadania e apropriação da internet pelos idosos

A criação do computador, na década de 1980, e o avanço das técnicas de informação, principalmente entre o final do século XX e início do século XXI, como

um dos motores do processo de globalização, até hoje. Santos (1999, p. 201) afirma que a globalização, da forma como se vive, não existiria sem o avanço das tecnologias de informação. É uma dinâmica que, segundo o autor, requer uma “adaptação permanente das formas e das normas”.

Em sua obra *Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal*, Milton Santos (2000) faz uma reflexão sobre a globalização, a partir de três olhares: como fábula, como perversidade e como possibilidade. O primeiro olhar representaria o mundo tal como se vê: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é, com suas contradições, polarização da riqueza e forças de poder expressas a partir das Verticalidades (expressão da ação dos grandes grupos econômicos que selecionam pontos de apoio nos territórios onde instalam suas unidades produtivas e se articulam em redes) e Horizontalidades (cuja dimensão é o território - construído, usado, carregado de história, de acúmulo de tempos diversos, o chão, onde vivemos); e o terceiro, um mundo como ele pode ser, em que a universalização das técnicas e as tecnologias contribuam para uma nova humanidade, uma nova consciência de civilização planetária. Nas palavras do autor:

(...) com essa grande mudança na história, tornamo-nos capazes, seja onde for, de ter conhecimento do que é o acontecer do outro. Nunca houve antes essa possibilidade oferecida pela técnica à nossa geração de ter em mãos o conhecimento instantâneo do acontecer do outro. (SANTOS, 2000, p. 14).

A partir deste impulso que a criação do computador conferiu ao processo de globalização autores, como Lévy (2010) e Hall (1997) passaram a destacar o impacto das TICs, nos mais variados âmbitos, na vida dos sujeitos. Na obra *Cibercultura*, Pierre Lévy (2010) analisa este “novo”⁴ sistema de comunicação que viria, mais tarde, a integrar a produção global de palavras sons e imagens da cultura, criando novas formas e canais de comunicação, bem como interferindo na morfologia da sociedade e, também, sendo modificado por ela.

Hall (1997), por sua vez, cita que a expansão das tecnologias de informação e comunicação sugere uma regulação cultural que demanda a constituição de novos sujeitos. O autor sustenta, ainda, que tal movimento ocasiona uma cultura mundializada, na qual acontece a convivência entre o global – que se caracteriza por

⁴ Optou-se por colocar a palavra “novo” entre aspas para preservar o sentido de análise dado por Pierre Lévy na época em que realizou seus estudos.

uma visão de mundo homogênea, que não considera as particularidades das regiões – e o local, marcado pela singularidade dos territórios.

Manuel Castells, na obra *A Sociedade em Rede*, de 1999, estuda o surgimento de uma nova estrutura social, associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, chamado de informacionismo⁵. Na sua visão, a economia informacional seria capaz de modificar as empresas e a cultura empresarial, transformar o trabalho e o próprio mercado de trabalho, o setor financeiro, e, também, as relações humanas. Para Castells (1999), o alcance global dos sistemas eletrônicos de comunicação, que surgiam na época, mudaria para sempre a cultura, como de fato mudaram, restando estar atentos às condições, características e efeitos reais dessa mudança.

Segundo autor, a internet, tal como se conhece hoje, tem origem na década de 1960, sendo fruto de uma combinação de estratégia militar e um movimento de grande cooperação científica e inovação contracultural. Os primeiros movimentos nesse sentido aconteceram quando o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DARPA) assumiu algumas iniciativas, que viriam a estabelecer a era da Inovação em grande escala. Uma dessas estratégias consistia em desenvolver um sistema de comunicação que fosse invulnerável a ataques nucleares. A partir daí, pesquisadores criaram uma tecnologia capaz de operar de modo independente, sem a necessidade do uso de um centro de controle, até então um requisito básico de funcionalidade dos sistemas de comunicação. Isto possibilitou que todas as unidades de mensagens encontrassem suas rotas ao longo da própria rede, sendo remontadas, com sentido lógico e coerente, em qualquer ponto dela. Iniciava-se, assim, a criação de condições tecnológicas para uma comunicação horizontal global (CASTELLS, 1999). A arquitetura desta tecnologia de rede é de tal complexidade, que é praticamente impossível censura ou controle, neste meio de comunicação.

O único modo de controlar a rede é não fazer parte dela, e esse é um preço alto a ser pago por qualquer instituição ou organização, já que a rede se torna abrangente e leva todos os tipos de informação para o mundo inteiro. (CASTELLS, 1999, p. 375).

⁵ Para Castells (1999, p. 35), o que caracteriza o modo informacional de desenvolvimento é a “ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade”. Em outras palavras pode-se dizer que o modo de desenvolvimento informacional depende basicamente da sua capacidade de gerar, processar e aplicar a informação baseada em conhecimentos.

Inicialmente, o projeto chamava-se ARPANET, tendo seu acesso restrito a centros de pesquisas, que operavam com o Departamento de Defesa do governo norte-americano. Entretanto, em um determinado momento, cientistas passaram a utilizar a rede para assuntos de natureza diversa o que dificultava separar os assuntos inerentes a pesquisas de comunicação militar científica de assuntos particulares. Assim, em 1983, o governo americano decide liberar o acesso a ARPANET para cientistas de todas as áreas.

É somente em 1993 que a internet deixa de ser uma instituição de natureza acadêmica, de acesso restrito aos ambientes universitários, e passa a ser explorada comercialmente, em nível Mundial. Até aquele momento apenas cerca de 300 computadores estavam conectados à internet. Atualmente, estima-se que mais de 4 bilhões de pessoas, do mundo todo, estejam conectadas à rede (GLOBAL DIGITAL REPORT, 2018).

Entretanto, uma vez que a Internet se desenvolveu em um ambiente acadêmico universitário a parcela inicial de pessoas conectadas a essa tecnologia constituía-se, basicamente, de intelectuais, pesquisadores e jovens. O alto custo dos equipamentos para se conectar a rede Mundial também era um fator que limitava o uso da população em geral. Do mesmo modo, em alguns mercados, a fatia de participação de jovens pode estar próxima da saturação, havendo sucessivos esforços no sentido possibilitar que as gerações mais velhas se conectem à Internet (CASTELLS *et al.*, 2007).

Além disso, a redução dos custos de desenvolvimentos tecnológicos impulsionou o movimento da chamada transformação digital (ROGERS, 2017), que demanda novas formas de pensar produtos e serviços, a partir da evolução das tecnologias de informação e comunicação. Com isso, a cada ano, vários serviços estão sendo transformados, tais como: os atendimentos bancários, os agendamentos a serviços da rede básica de saúde ou até mesmo a previdenciária. Atualmente, a internet está presente em vários pontos de contato da rotina da população global, inclusive dos idosos. Através dela é possível realizar transações financeiras, assistir programações *on demand*⁶, acionar dispositivos eletrônicos remotamente, ou mesmo viabilizar o funcionamento de carros autônomos. Assim, os

⁶ *On demand* é uma expressão da língua inglesa que, em livre tradução, significa “sob demanda”. Ou seja, refere-se ao conjunto de serviços que possibilitam o acesso a conteúdos de áudio e/ou vídeo a qualquer momento. No Brasil destacam-se as plataformas de vídeo Amazon e Netflix; e às plataformas de música Spotify e Deezer, por exemplo.

que não se adaptam aos recursos digitais acabam sendo, de certa forma, excluídos da sociedade contemporânea (PETERSEN, KALEMPA, PYKOSZ, 2013). Por isso, e impulsionados por custos de acesso aos serviços móveis de comunicação mais acessíveis, as pessoas com mais idade estão buscando se habituar, cada vez mais, às novas tecnologias.

No Brasil, o uso comercial da Internet foi oficializado apenas em 1995. A partir daí, levaram ainda alguns anos para que esta Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) viesse a se expandir, de modo que seu acesso estivesse disponível aos brasileiros, de diversos grupos sociais e faixas etárias, e em franca expansão. Ao comparar os dados do Global Digital Report referentes aos anos de 2018 e 2019, representado pela Figura 7, é possível verificar que o número de usuários de Internet aumentou em mais de 10 milhões de pessoas de um ano para outro, passando de 139 milhões de brasileiros, em 2018, para 149,1 milhões de pessoas em 2019, cerca de 70% da população nacional. O relatório também indica que o número de brasileiros ativos nas redes sociais cresceu 7% aproximadamente, saltando de 130 milhões em 2018 para 140 milhões de pessoas em 2019.

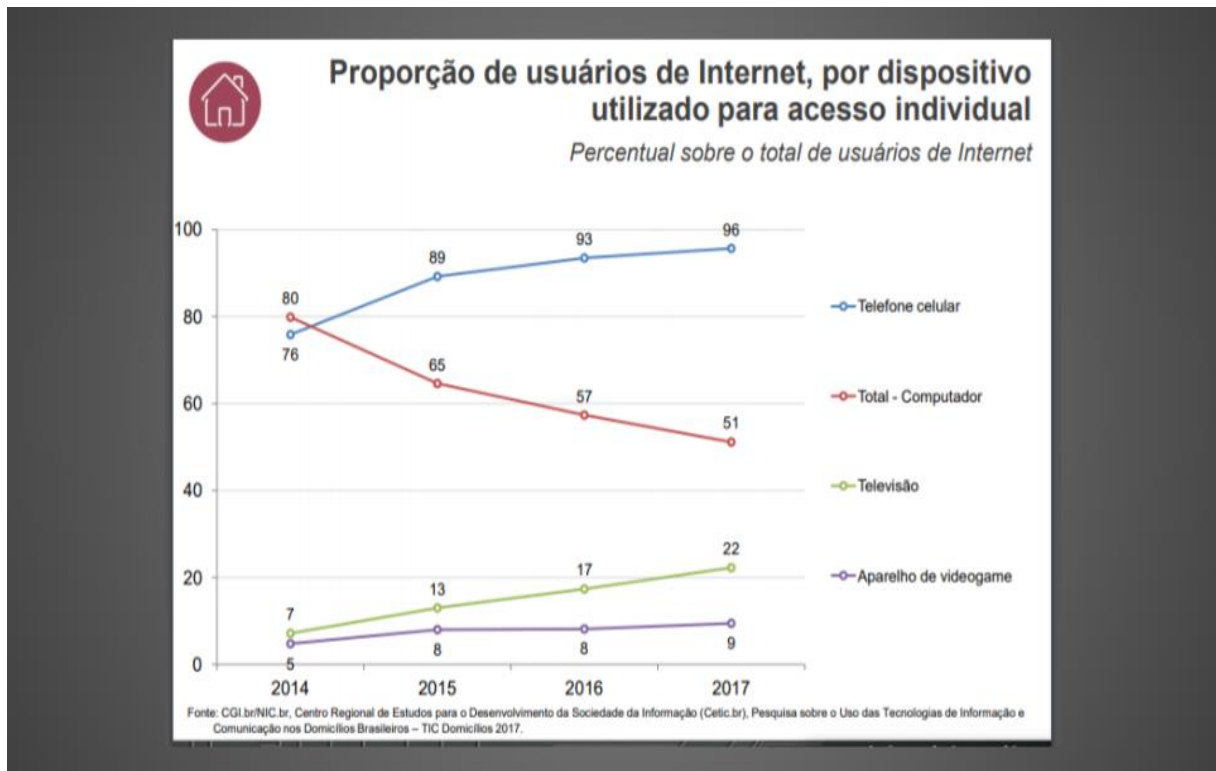
Figura 7 – Estimativa de acesso à internet no Brasil



Fonte: GLOBAL DIGITAL REPORT 2018 e 2019

Por sua vez, a Pesquisa TIC Domicílios, publicada pelo Cetic.br (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação), cujo objetivo é medir o acesso e os usos da população em relação às tecnologias de informação e comunicação, aponta que, a partir de 2015, o telefone celular ultrapassou o computador, tornando-se o dispositivo preferido mais utilizado para acesso individual. Do total de usuários de Internet, o telefone celular é o dispositivo de acesso de 96% das pessoas, enquanto que o acesso pelo computador caiu, ano após ano, passando de 80% em 2014, para responder por 51% dos acessos em 2017, de acordo com o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Proporção de usuários de internet, por dispositivo utilizado no acesso individual

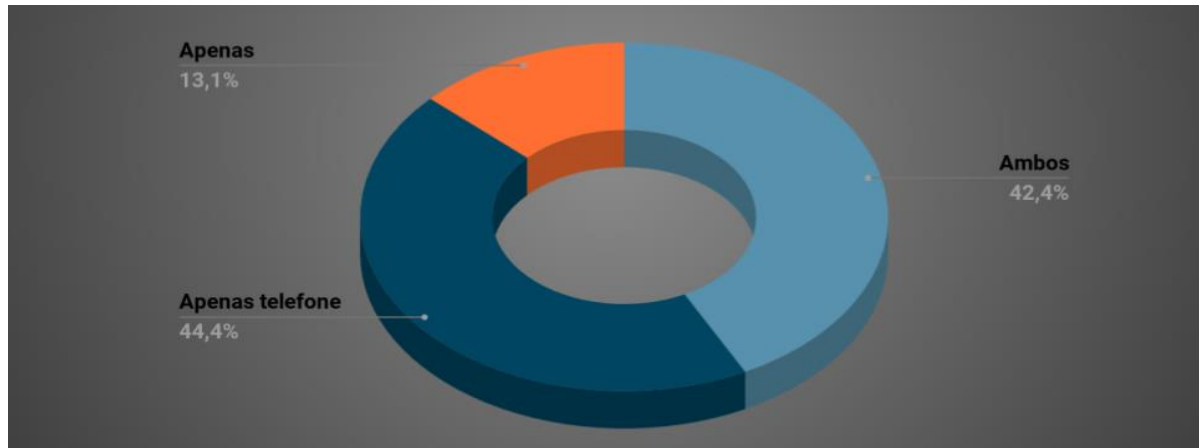


Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2017.

Outro dado que merece ser destacado, nessa pesquisa, refere-se à proporção de usuários de Internet, por dispositivo, utilizado de forma exclusiva ou simultânea, entre pessoas com 60 anos ou mais. No Gráfico 3, a seguir, verificou-se que a realidade dos idosos entrevistados está relativamente próxima do cotidiano dos demais entrevistados. O acesso, apenas pelo telefone celular, é mencionado por 44% da amostra, enquanto que 42% afirma acessar tanto pelo telefone celular

quanto pelo computador. E apenas 13% declararam acessar a internet pelos dois dispositivos.

Gráfico 3 – Proporção de usuários de Internet, por dispositivo utilizado de forma exclusiva ou simultânea entre pessoas com 60 anos ou mais

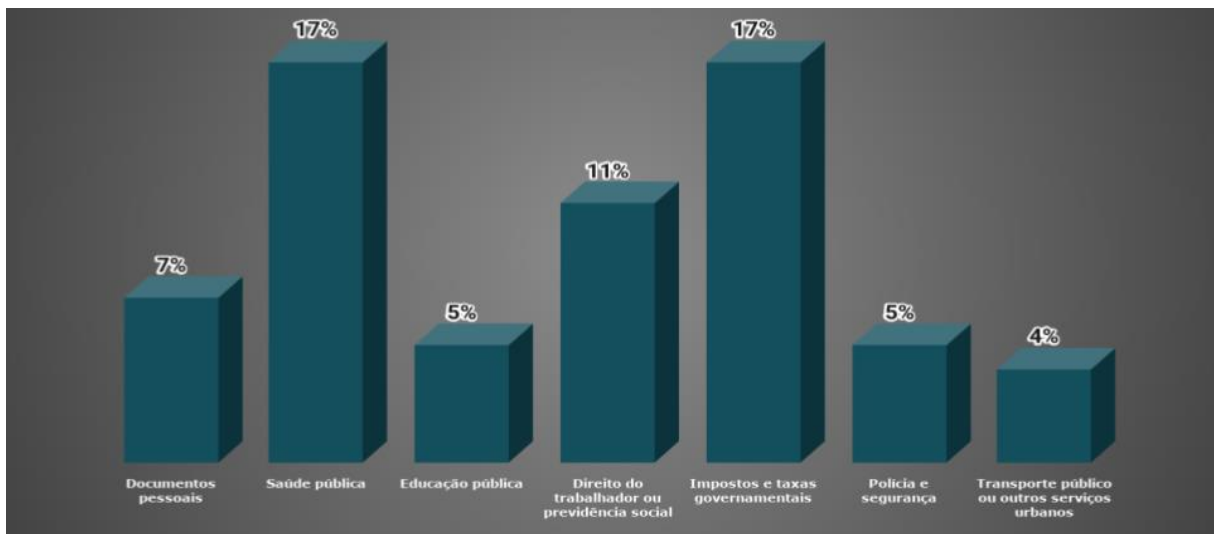


Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Pesquisa TIC Domicílios 2017.

Outrossim, o olhar de Pons e Pellanda (2011) sobre a questão da disseminação das TICs se dá no sentido de reconhecer que a presença das tecnologias na organização das práticas sociais é uma das principais características das sociedades contemporâneas. A incorporação destes recursos, no cotidiano dos sujeitos, seja para atividades de trabalho, lazer, entretenimento ou estudo impactou e demandou novas formas de relações destes com o mundo (GANDRA, 2012; KACHAR, 2010).

Também é importante notar que a Pesquisa TIC Domicílios (2017) investigou a relação dos usuários de internet com o uso de serviços públicos. Neste sentido, nota-se que, dos usuários com mais de 60 anos, que disseram usar a internet, os serviços mais procurados relacionam-se a informações sobre saúde pública, impostos e taxas governamentais, representando apenas 17% da amostra. Assuntos relacionados a direito do trabalhador ou previdência social são pesquisadas por 11% dos entrevistados, sendo que os serviços que tiveram menor procura, pela população idosa, na internet estão relacionados a documentos pessoais, 7%, educação pública, polícia e segurança, transporte público ou outros serviços urbanos, todos acessados por 5% da amostra, de acordo com o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Usuários de Internet, por tipo de informações referentes a serviços públicos procurados ou serviços públicos realizados nos últimos 12 meses



Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2018.

A própria maneira como se consome e produz conteúdo é impactada pela ampla disponibilidade de recursos tecnológicos, ao alcance de todos atualmente. (SILVEIRA, *et al.*, 2011). Isto demanda um processo de reconstrução das identidades dos sujeitos, característica do processo de mundialização cultural (HALL, 1997).

Vive-se, então, em um mundo em que prevalece a lógica do capital, num modelo excludente, as realidades regionais ganham pouca importância, e os conteúdos produzidos acabam por aproximar informação de entretenimento. E neste contexto, ainda, as pessoas acabam por receber e consumir uma cultura global e não regional.

Assim, Antunes *et al* (2006) indicam que a internet permite tanto a consolidação de espaços comunicacionais de seus usuários, se tornando capaz de servir, quanto para dinamizar relações e, ainda, facilitar o acesso a produções por meio de apropriações de canais comunicacionais tais como blogs, redes sociais online, entre outros. Acrescente-se a isto, o fato de facilitar a comunicação, gerando sensação de proximidade, entre indivíduos geograficamente distantes.

Vale ressaltar que é a partir do século XX que as indústrias culturais se desenvolvem, dando início ao cenário de produção cultural massiva. Contudo, somente a partir da segunda metade do século, há uma mudança de contexto que, até então, não envolvia a interação instantânea, como é feita hoje em dia.

A história da geração de idosos, abordada neste estudo, também se cruza, em certo modo, com a criação e disseminação de novas tecnologias de comunicação no Brasil: na década de 1910, a melhoria da estrutura da rede de energia elétrica nacional possibilita uma melhor estruturação e ampliação das salas de cinema. Na década de 1920 surge o rádio, ampliando o acesso a informações e conectando as sociedades aos grandes fatos da época. O ano de 1938 é considerado um marco na história da comunicação radiofônica em função da mobilização nacional, para ouvir as transmissões dos jogos da Copa do Mundo, sediada na França, e também para acompanhar as notícias sobre a Segunda Guerra Mundial (ABERT, 2018).

Na década de 1950, fruto de iniciativa de Assis Chateaubriand, a televisão começa a ocupar o cenário nacional e inicia uma penetração nos lares brasileiros, com programas de entretenimento e, logo em seguida, com o primeiro telejornal nacional “Imagens do dia”, que vai ao ar em 19 de setembro de 1950. A partir do final da década de 1980, os computadores passam a ganhar mais espaços nos ambientes domésticos, porém, a falta de conectividade ainda conferia um caráter de produção de conteúdo sem a capacidade de interação que a disseminação da internet, a partir de 1995, possibilitou (ABERT, 2018).

Se até então os indivíduos exerciam o papel de consumidores de conteúdo, com pouca possibilidade de participarem de processos interativos, essa evolução dos meios tecnológicos de informação e comunicação possibilitou a emergência de um novo mundo interativo de comunicação, para muito além das tecnologias analógicas, que apresentavam limitações de interação no circuito emissor-receptor. Nas palavras de Carneiro (2018, p. 39) as pessoas “estão passando de uma posição de espectadores para participantes, na perspectiva do acesso e uso da informação disponível na web”. Assim, a comunicação digital possibilita a criação de um ambiente em que o usuário receptor participa, intervém, articula, toma decisões produzindo, através do hipertexto, narrativas e autonarrativas, dando significados às mesmas através das suas experiências online (PONS; PELLANDA, 2011).

Até aqui, realizou-se um esforço no sentido de aproximar a temática da apropriação das TICs pelos idosos. O próximo passo se dá no sentido de, a partir de agora, conectar a questão da cidadania a este debate. Faz-se, entretanto, primordial que se possa estabelecer um entendimento sobre este último conceito, assim como de que maneira impacta na atuação em sociedade.

Na obra *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, publicada em 2002, quinze anos após o fim da Ditadura Militar, José Murilo de Carvalho destaca a relevância que o termo cidadania passou a ter na vida dos brasileiros, após o processo de democratização das instituições. O autor reconheceu a passagem por um período de euforia, deflagrado após o marco da promulgação da Constituição Cidadã, de 1988, destacando que este processo de “entusiasmo cívico” trouxe as suas complexidades, e expôs alguns problemas centrais da sociedade, que acabaram não sendo “resolvidos” com o processo de democratização, ao passo que os próprios agentes do sistema democrático se desgastaram, perdendo a confiança dos cidadãos.

O autor ainda argumenta que a dependência do Brasil, em relação à ordem econômica internacional, também interferiu neste contexto. Assim, é preciso ressaltar a necessidade de uma reflexão sobre o que José Murilo de Carvalho chama de “problema da cidadania”, o seu significado, a sua evolução histórica e suas perspectivas. Carvalho (2001) situa o fenômeno da Cidadania como complexo e historicamente definido, trazendo como exemplo o fato de que o exercício de certos direitos não gera automaticamente o gozo de outros.

Assim, o exercício da liberdade de pensamento e o voto, não geram, automaticamente, a sensação de segurança ou a geração de empregos. Na sua perspectiva a cidadania plena, aquela que combina liberdade de participação e igualdade para todos, seria um ideal desenvolvido no ocidente e talvez inatingível, embora tenha servido de parâmetro para julgamento da qualidade da Cidadania em cada país, em cada momento histórico.

O trabalho de Carvalho (2001) aborda a cidadania, a partir de uma visão multidimensional, ancorada em três pilares: direitos civis, políticos e sociais. Com esta perspectiva, cidadão pleno seria aquele que gozasse destes três direitos. O autor ainda apresenta a figura dos cidadãos incompletos, caracterizada pelos indivíduos que gozam apenas alguns destes direitos. Aqueles que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam os não-cidadãos. Oportuno então analisar um pouco mais sobre o que deve ser considerado, dentro de cada uma destas dimensões:

Direitos Civis: São os direitos fundamentais da vida, à propriedade, à igualdade perante a lei. Esses direitos são ancorados na garantia da existência de uma justiça independente, eficiente e que seja acessível a todos. Os direitos civis

garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria sociedade civil, surgida a partir do desenvolvimento do capitalismo (CARVALHO, 2001). O autor entende que é a partir dos direitos civis que são expressas as garantias de escolhas dos indivíduos, como: o trabalho, a manifestação do pensamento das pessoas ou o respeito da inviolabilidade do lar, por exemplo.

Direitos Políticos: referem-se à participação dos cidadãos no governo da sociedade em que vivem. É um direito que se restringe a uma parcela populacional, sendo expresso através da capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos e votar ou ser votado. Para Carvalho (2001) os partidos e a existência de um Parlamento livre e representativo são considerados a instituição principal dos direitos políticos. Cabe a eles, então, conferir legitimidade a organização política da sociedade.

Direitos Sociais: seu objetivo é garantir a participação na riqueza coletiva. Compreende este conceito o direito à educação e a um trabalho digno, um salário justo, direito à saúde e aposentadoria, por exemplo. Conceitualmente, segundo o autor, os direitos sociais estão baseados na ideia da justiça social.

A partir dessas definições, Carvalho (2001) oferece uma série de reflexões buscando analisar a inter-relação entre tais conceitos. Nesse sentido, é possível que se conceba a existência dos direitos civis sem necessariamente a concessão dos direitos políticos, por exemplo. Poderia, então, se conceber uma sociedade em que vigora a garantia dos direitos civis, mas não é permitido o exercício dos direitos políticos, como o voto, por exemplo. Todavia, o contrário não se mostraria viável: uma sociedade em que se faculte aos cidadãos o direito ao voto, expresso na garantia dos direitos políticos, mas não lhes sejam facultados os direitos civis.

Esta abordagem multidimensional da cidadania foi trabalhada, inicialmente, na obra *Cidadania, classe social e status*, do sociólogo britânico T. H. Marshall. Além de ter concebido o caráter multidimensional da Cidadania, Marshall (1967) também pondera que seu desenvolvimento tenha se dado na Inglaterra, a partir de um processo lento e gradual. Cada um destes elementos constituintes se formou em momentos distintos, em séculos diferentes, ainda. Assim, segundo esta concepção, os direitos civis se desenvolvem no século XVIII, os direitos políticos no século XIX. Os direitos sociais, por sua vez, foram conquistados somente 200 anos depois dos civis, no século XX. A visão de Marshall sobre essa sequência é de que não se trata, apenas, de uma ordem cronológica, mas também lógica.

O direito de votar e a participação no governo do seu país, por exemplo, é conquistado a partir do momento em que acontece o exercício dos direitos civis, nas liberdades civis. Esta participação possibilitou a eleição de operários e a criação do partido trabalhista que foram, na concepção de Marshall, responsáveis pela constituição dos direitos sociais.

Mastrodi e Avelar (2017, p. 5), entendem que o desenvolvimento da cidadania, no contexto inglês, aconteceu de maneira diferente da sua formação na realidade brasileira, “justamente pela diferença das condições históricas que deram margem à construção da cidadania nesses dois países”. A obra de José Murilo de Carvalho (2002), com isso, se apresenta na condição de documento fundamental, para compreensão da formação democrática e cidadã nacional, justamente pela preciosidade com que constitui cronologicamente este processo no Brasil.

Segundo Faleiros (2007), a cidadania é considerada como o reconhecimento do sujeito de direito num Estado de direito, com participação. Assim, ser Cidadão é estar identificado culturalmente como parte de um território, usufruir dos direitos e cumprir os deveres estabelecidos em Lei. (BRASIL, 2013).

No campo dos direitos, que os cidadãos de uma sociedade democrática devem ter acesso, é possível citar, por exemplo: saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, proteção à maternidade e à infância, segurança, lazer, vestuário, alimentação e transporte, como direitos dos cidadãos. Ao mesmo tempo, como deveres, são citados: o cumprimento de leis, o exercício do voto para a escolha dos nossos governantes, bem o como o respeito aos direitos sociais de outras pessoas.

Ao retomar a questão da cena atual, que demonstra profundas mudanças no jeito de consumir informação e na influência, que as TICs tem sobre o dia a dia, se coloca no centro do debate a necessidade de se ampliar o conceito de cidadania, tensionado pelo advento da internet, incluindo o direito ao acesso à informação e possibilidade de inclusão à diversidade de possibilidades oferecidas pelas TICs, através da internet, ao tradicional conceito de cidadania, composto pelo conjunto de direitos civis, sociais e políticos (ANTUNES *et al.*, 2006).

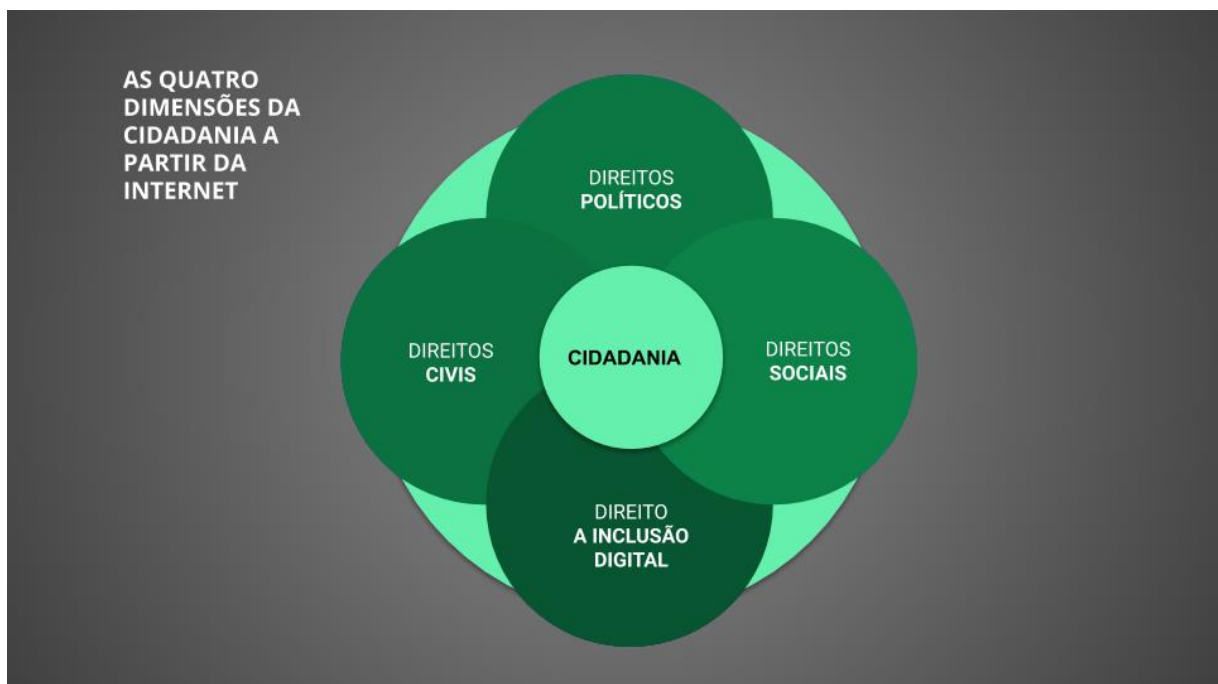
Camacho (2003), acerca deste tema, afirma que as TICs potencializam a reconfiguração identitária de diferentes grupos sociais, auxiliando-os a debaterem assuntos públicos, exporem suas demandas e, principalmente, reconhecerem-se como membros de uma comunidade. Recorre-se às palavras de Pinheiro (2005),

para ilustrar a complexidade da discussão sobre o exercício da cidadania, em um mundo globalizado, em que as tecnologias de informação e comunicação são o grande motor:

O conceito de cidadania está mudando para ajustar-se às necessidades de um mundo que se globaliza, e hoje ser livre é encontrar-se inserido nas relações de interdependência com os demais. E para alguém ser incluído como cidadão, é preciso ter acesso aos pontos de interesse e de conexão. Quanto maior o acesso que desfrutar, maior será o número de relações que poderá estabelecer e maior a liberdade que experimentará (PINHEIRO, 2005, p. 5).

Tal entendimento de cidadania, enquanto pertencimento na sociedade da informação, passaria a depender, na visão de Becker (2008), da inclusão digital, podendo ser representada pela Figura 8.

Figura 8 – Dimensões da cidadania a partir da Internet



Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo Faleiros (2016), é possível destacar quatro paradigmas de políticas no processo construção da cidadanização da velhice: o filantrópico, o securitário, o da seguridade e o do envelhecimento ativo e participativo. No caso brasileiro, dois importantes instrumentos são considerados marcos na atenção às necessidades das pessoas idosas, considerando o envelhecimento sob a ótica participativa e ativa. É neste contexto, então, a partir do entendimento do envelhecimento como um direito

personalíssimo, sendo dever do Estado a criação de políticas públicas, com vias de garantir um envelhecimento em condições de dignidade que são constituídas, em períodos distintos, efetivados pela Política Nacional do Idoso – PNI (Lei n.º 8.842/1994) e pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).

A PNI objetiva “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. Vale lembrar que, segundo os dados do último Censo Demográfico, em 2010, os idosos representavam 11% da população nacional, sendo que à época da promulgação da referida Lei os idosos representavam apenas 4,8% da população brasileira (IBGE, 1991; 2010).

A Política Nacional do Idoso é regida pelos seguintes princípios, expressos em seu artigo 3º:

- I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei. (BRASIL, 1994).

Se o direito à cidadania aparece logo no inciso I, do referido artigo, sendo expresso como um dever não apenas da família, mas também da sociedade e do Estado, uma lacuna, identificada na Política Nacional do Idoso, é a ausência de um campo que trate de questões ligadas a meios que possibilitem capacitar este grupo populacional, para integrarem técnicas de informação e comunicação ao seu cotidiano.

O outro instrumento é o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), “destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”, criado há dezessete anos. De acordo com a análise de Faleiros (2016), o Estatuto retoma princípios e diretrizes da PNI e estabelece sanções ao descumprimento das normas, o que se constituía em uma lacuna da Lei nº 8.842/1994. Entende-se que o Estatuto, assim como a PNI, é o produto final do trabalho de várias entidades, orientadas para a defesa dos direitos dos idosos, no Brasil, tais como profissionais de saúde, das áreas dos direitos humanos, assistência social e parlamentares do Congresso Nacional.

O direito à cidadania do idoso aparece no artigo 3º, logo nas disposições preliminares do Estatuto:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003).

Já o direito ao acesso às tecnologias de informação e comunicação, bem como uma referência a garantia de direitos dos idosos, a programas de qualificação e capacitação, que possibilitem a expansão das suas capacidades para o bom uso dessas ferramentas, aparece no primeiro parágrafo do artigo 21:

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.
§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna. (BRASIL, 2003).

Uma curiosidade deve ser mencionada em relação à definição dos idosos e direitos atribuídos a eles. Apesar de o Estatuto do Idoso reconhecer como tal as pessoas com mais de 60 anos, conforme já mencionado, alguns direitos sociais somente são garantidos a pessoas com mais de 65 anos. Isto fica expresso, por exemplo, no Art. 34, do Capítulo VIII do Estatuto, que reserva às pessoas com mais de 65 anos o acesso ao benefício mensal de um salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica de Assistência Social - Loas. Situação semelhante se deflagra em relação ao direito de gratuidade dos transportes coletivos públicos, urbanos e semiurbanos, facultada apenas aos maiores de 65 anos. Neste caso, a extensão de tais direitos aos idosos que tiverem entre 60 e 65 anos fica a critério da legislação local, conforme o parágrafo terceiro do capítulo X, do Estatuto do Idoso, que dispõe sobre o direito ao transporte. Ainda que este não seja o objetivo desta pesquisa, cabe uma análise mais aprofundada para ampliar o entendimento sobre esta diferenciação: se é por uma questão econômica ou por se entender que, aos idosos entre 60 e 65 anos, de fato não é necessário garantir tais direitos. De todo modo “não se explica o motivo de essa garantia ocorrer a partir de 65 anos, já que é considerada pessoa idosa no Brasil todo aquele com 60 anos” (FERREIRA, 2019, p. 48).

Embora seja reconhecida a importância tanto da PNI quanto do Estatuto do Idoso, no sentido de reconhecer as necessidades específicas que advém do processo de envelhecer, vale ressaltar que ambos expressam os direitos dos idosos, mas deixam uma lacuna ao não mencionar o dever específico de um agente, no sentido de prover tais direitos, bem como torná-los públicos. Ou seja, na teoria há uma ampla rede de assistência e proteção aos direitos dos idosos, mas, na prática, não estão previstos dispositivos para viabilizá-los, sendo que tampouco a lei estabelece a quem cabe à responsabilidade para promover e defender. Além disso, “também não atribui competências no âmbito do sistema de justiça brasileira sobre aplicação das normas sobre o idoso, ou seja, determinação de ações para evitar abuso e lesões a seus direitos”. (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016, p. 25).

A perspectiva de Berzins, Giacomini e Camarano (2016) sobre o assunto sinaliza que, embora o envelhecimento da população brasileira tenha se tornado uma realidade incontestável, é possível observar que o governo e a sociedade brasileira não consideram essa realidade como um fato prioritário e emergente. Nesta observação reside a causa possível para a inexistência de uma discussão consistente sobre a velhice, que inclua a efetivação dos direitos dos idosos na agenda política nacional.

Como exemplo, cita-se um trecho do documento *Carta Aberta à Nação*, elaborado a partir do Encontro Nacional de Idosos organizado em 2005, pelo SESC - São Paulo, cujo tema era Avaliação e Perspectivas do Estatuto do Idoso:

Nossa proposta foi avaliar o quanto dessa lei vigora efetivamente. Fomos procurar respostas nas comunidades, grupos e associações locais e examinamos inúmeras experiências em diversas partes do país. Estudamos e discutimos a nossa lei - procuramos as concordâncias com ela e as discordâncias dela na realidade: nas ruas, no seio da família, na comunidade e nos locais de atendimento. Nossas observações e conclusões sobre esses quase dois anos de vigência do Estatuto indicam que o Poder Público ainda está longe de cumprir a sua parte. Mas mostram também que nós, os idosos, assumimos definitivamente a responsabilidade de participar da vida nacional, rumo a um mundo melhor para todas as gerações de brasileiros. (SESC, 2005, p. 80).

O trecho da Carta supracitada reforça que a existência de políticas públicas. Contudo, vale mencionar, que o mesmo não garante sua efetividade e eficiência. Lima e Dascenzi (2013) consideram que a operacionalização das políticas está imbricada em um conjunto de estruturas e normas internas:

A operacionalização de novas políticas, programas, projetos ou atividades depende de um conjunto de estruturas e normas internas. O plano será absorvido, traduzido e adaptado às possibilidades e aos constrangimentos das agências e dos indivíduos que deverão executá-lo. Assim, fatores como disponibilidade e qualidade dos recursos humanos e materiais, estrutura e a dinâmica das regras organizacionais (formais e informais), fluxo e disponibilização de informações influenciam a forma como se dará a apropriação e implementação do plano nos espaços locais. (LIMA; DASCENZI, 2013, p. 106).

Neste sentido, uma questão importante diz respeito à necessidade de se estudar não apenas a formação da agenda da política pública, mas também contemplar a fase de implementação da mesma. Com certeza este tema, abordado em estudos de Zahariadis (1995, 1999) e Capella (2005), apenas para citar alguns autores, é merecedor de um debate mais aprofundado o que, por não ser o objetivo desta pesquisa, não será feito neste trabalho.

Atento aos impactos das TICs nas organizações sociais contemporâneas e as enxergando enquanto um potente recurso, no sentido de oferecer ferramentas para um processo de envelhecimento ativo, a ONU (2003, p. 42) reconhece que a tecnologia pode ser utilizada para “unir as pessoas e contribuir, dessa forma, para a redução da marginalização, da solidão e da separação entre as idades”. A melhoria de funções cognitivas, como promoção da inclusão social e uma ressignificação do ser idoso, bem como o rompimento de estigmas, associados à velhice, como a incapacidade, por exemplo, são alguns dos benefícios apontados por Kachar (2001; 2002) em relação à apropriação das pessoas idosas quando incorporam a internet ao seu cotidiano.

O processo de construção de uma sociedade cidadã tem início com a criação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e encontra na Constituição Brasileira (1988) um sistema de garantias para o exercício da cidadania, elencada como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Com base no que já foi exposto anteriormente, em relação à temática dos idosos e da cidadania, entende-se que o exercício da cidadania no contexto do idoso já é expresso constitucionalmente, de modo amplo, como a todos os demais indivíduos de diferentes gêneros, idades e classes sociais. Todavia, o mérito da Política Nacional do Idoso – PNI (Lei n.º 8.842/1994) e do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003) é o de reconhecerem um olhar mais específico para este grupo populacional, auxiliando-o no exercício das suas capacidades de cidadania.

Importante destacar que, embora restem inúmeras questões a serem discutidas amplamente a respeito da efetividade destes dispositivos e das lacunas que deixam no sentido da responsabilidade pela execução das ações ou provimento de recursos para tal, ambos buscam atuar na garantia e na expansão das liberdades dos sujeitos idosos (SEN, 2000), tornando-os atores contribuintes com o desenvolvimento das regiões em que vivem. No Plano Internacional de Ação para o Envelhecimento (ONU, 2003), por exemplo, este tema constitui-se como um eixo fundador expresso através da temática “Os Idosos e o Desenvolvimento”, conforme detalhado anteriormente.

Importante notar que o Desenvolvimento, nesta pesquisa, foi abordado a partir da ideia central que Amartya Sen⁷ (2000), que traz na obra *Desenvolvimento como Liberdade* um olhar para o desenvolvimento como um conceito mais amplo, interdisciplinar, não se restringindo apenas a aspectos econômicos. Esta abordagem rompe com as visões, predominantemente economicistas de desenvolvimento, intimamente conectadas ao termo crescimento, que se pautavam apenas por indicadores como o produto interno bruto (PIB), por exemplo. Na visão do autor há, portanto, uma distinção fundamental entre as duas expressões, em que o crescimento implica mudança quantitativa, e que, ao olhar para o conceito de desenvolvimento, percebe-se uma mudança qualitativa.

Recorre-se às palavras de Pinheiro (2012, p. 6) para resumir a abordagem de Sen:

(...) a análise de Sen volta-se para o que devem ser os verdadeiros fins do desenvolvimento: as próprias pessoas. Nesse sentido, a abordagem de avaliação social do autor aqui estudado se distingue de outras mais tradicionais, cujo foco recai sobre a renda, a riqueza, e/ou outros meios de que as pessoas se utilizam para atingir seus objetivos.

Faz-se necessária aqui uma observação, os estudos de Amartya Sen não têm como proposta invalidar o olhar sobre o crescimento econômico. Pelo contrário, o autor defende que a ótica do desenvolvimento, considerado a partir das liberdades

⁷ Amartya Kumar Sen nasceu em Santiniketan, na Índia, em 1933. Dentre suas obras e conquistas científicas, ficou mundialmente conhecido por ter sido o primeiro acadêmico de um país subdesenvolvido a ganhar o Prêmio Nobel de Economia. O indiano, portanto, contribuiu sobremaneira aos estudos acerca do desenvolvimento e economia. Um de seus maiores feitos científicos diz respeito ao índice criado em parceria com o paquistanês Mahbub ul Haq na década de 1990. Este índice, nomeado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aponta para a necessidade de medir o desenvolvimento dos países considerando não apenas os fatores econômicos, mas também os sociais.

dos sujeitos, é um meio de ampliar e corrigir algumas limitações da perspectiva anterior. A investigação sobre o papel que a liberdade exerce na expansão das capacidades de escolhas, individuais e coletivas, num campo político, social e econômico é um eixo central da obra de Amartya Sen, para quem a expansão da Liberdade é tanto meio, expressa através das liberdades instrumentais, quanto fim do desenvolvimento, manifestado enquanto liberdades constitutivas.

Assim, o autor entende que ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas, para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo – estas como centrais para o processo de desenvolvimento. Portanto, é por meio da percepção destes indivíduos, enquanto atores sociais, que as transformações tornam-se possíveis, uma vez que diante de um leque de oportunidades e a partir de suas capacitações, conseguem agir para estabelecer funcionamentos desejáveis ou para manter determinada condição de vida – para si e coletivamente. Surge na teoria Seniana, o conceito do Agente, que seria definido como todo aquele que ocasiona uma mudança no ambiente com sua atuação livre e racional baseado na sua participação ativa nas ações econômicas, sociais e políticas ocorridas em seu território e na oportunidade de ocasionar tais mudanças e realizações de acordo com seus próprios valores e objetivos. (SEN, 2000).

Sen (2000) afirma, ainda, que o conceito de liberdade pode ser dividido em constitutivo (fim do desenvolvimento) e instrumental (meio do desenvolvimento). Descreve que as liberdades constitutivas estão ligadas à ideia de liberdade substantiva, pela qual o desenvolvimento envolve a expansão, também, de outras liberdades humanas e de ter condições de evitar privações tais como: “fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão, etc.” (SEN, 2000, p. 55).

Já as liberdades instrumentais abarcam o “modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos (*entitlements*) contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 57). Por definição, as liberdades instrumentais contribuem para a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente, podendo ser complementar às outras. Estas diferentes formas de liberdade são pilares fundamentais para a análise que se delineaia nesta dissertação. Importante notar que Sen (2000) as segmenta em cinco diferentes tipos, abordadas brevemente a seguir:

1. Liberdades políticas: refere-se a liberdade que as pessoas tem para determinar quem deve governar, fiscalizar e criticar as autoridades bem como liberdade de expressão política, por exemplo.
2. Facilidades econômicas: seriam as liberdades que os indivíduos tem para valerem-se de recursos econômicos com fins de consumo, produção ou troca.
3. Oportunidades sociais: aqui, expressam-se as disposições que influenciam diretamente na vida do indivíduo como acesso à saúde e educação, por exemplo, campos fundamentais para que o indivíduo possa exercer uma participação em atividades econômicas e públicas.
4. Garantias de Transparência: este tipo de liberdade instrumental tem um papel de inibidor de corrupção, da irresponsabilidade financeira e transações ilícitas. Refere-se à confiança e às necessidades que as pessoas têm para lidar uns com os outros de forma clara e transparente.
5. Segurança protetora: por fim, o conceito da segurança protetora se faz necessário para proporcionar o que Sen (2000) chama de rede de segurança social, impedindo que a população seja reduzida à miséria que poderia ocasionar a fome e a morte.

Uma vez que Sen (2000) pondera que a condição de agente é alcançada, à medida que são ampliadas as capacidades reais das pessoas que as desfrutam, entende-se que é possível estabelecer uma aproximação entre as liberdades instrumentais, apontadas pelo autor, e as dimensões da cidadania, trabalhadas na obra de José Murilo de Carvalho (2001). Assim, os direitos civis podem ser relacionados às garantias de transparência; os direitos políticos, por sua vez, conectam-se ao direito às liberdades políticas; e, os direitos sociais estariam relacionados às liberdades instrumentais de usufruir das oportunidades sociais e da rede de segurança protetora. Todavia, as facilidades econômicas não teriam associação direta com a proposta de Carvalho (2001), apresentada no quadro 1:

Quadro 1 – Perspectiva teórica de Carvalho em paralelo com a de Sen

Dimensões da cidadania (Carvalho, 2002)	Liberdades instrumentais (Sen, 2000)
Direitos Cívicos	Garantias de Transparência
Direitos Políticos	Liberdades políticas
Direitos Sociais	Oportunidades sociais Segurança protetora
-	Facilidades econômicas

Fonte: Elaborado pelo autor

Por sua vez, o conceito de “funcionamentos”, na obra de Sen (2000), representa o que uma pessoa pode considerar valioso em ter ou fazer. Seriam, neste caso, os conjuntos de elementos que expressam a vida do indivíduo. No que tange as capacidades, convém destacar que o autor sustenta que, num processo de desenvolvimento, é fundamental considerar a eliminação das privações das liberdades individuais. Ou seja, é importante que as pessoas possam ter o direito de escolher as questões que querem ou não se envolver ou ter acesso, e, ao mesmo tempo, expandir suas capacidades (*capability*) de escolher entre distintos modos de vida. E é sob esta perspectiva que se enxerga o acesso à internet, pelos idosos, como forma de ajudar a eliminar estas privações, expandindo as capacidades de usufruir das outras liberdades instrumentais.

Neste aspecto, Cougo (2016, p. 170) apresenta a noção de capacitações ou capacidades, como indicador da amplitude de liberdade que cada sociedade goza.

Partindo do clássico conceito aristotélico de ‘capacidade’, como ‘potência’ - possibilidade de exercer alguma atividade - trata-se de uma abordagem que dá prioridade a liberdade na avaliação da vantagem humana, mas não no sentido formal de liberdade [...] e sim no sentido positivo e substantivo desse conceito, isto é, das reais possibilidades que os indivíduos possuem, ou não, para viver de acordo com suas concepções de bem.

Logo, percebe-se que o indivíduo só vem a ser livre a partir do momento em que tiver a possibilidade de viver de acordo com sua concepção, e gozar, portanto, de sua capacidade de escolha, exercendo um papel de sujeito político, econômico,

ético e social. O simples acesso à rede mundial de computadores não é suficiente para ampliar as capacidades dos sujeitos e, quando se fala em idosos que não nasceram em um ambiente digital, isto fica mais claro ainda.

Afinal, da atitude característica da cidadania ativa, independe a quantidade e qualidade da informação e conhecimento disponíveis, através das novas tecnologias de informação e comunicação, como a internet. Assim, é necessário concordar com Becker (2008, p. 73) quando afirma que:

Informação e conhecimento são a 'meia verdade', que deve ser completada com o que pode ser aqui chamado de 'conhecimento cidadão' – um conhecimento que é, ao mesmo tempo, atitude e ação, forjado no calor da paixão pela justiça social concretizada dia a dia nas batalhas em favor do bem estar de cada ser presente e futuro da face da Terra.

O autor afirma que também deve ser considerada a atitude do sujeito no sentido de exercer sua liberdade de escolha, em participar ativamente no desenvolvimento do seu território, gozando direitos e deveres. E é a percepção dos sujeitos, expressa através destas atitudes, que são abordadas no capítulo quatro desta dissertação. Porém, antes desta análise, o próximo capítulo traça o percurso metodológico, caracterização da região e da amostra, utilizadas nesta abordagem.

3 PERCURSO METODOLÓGICO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E AMOSTRA

Este capítulo se divide em três seções. Na seção “Percurso metodológico” apresenta-se o caminho metodológico da pesquisa, compartilhando alguns aprendizados durante a realização da mesma. Já na seção “Caracterização da região de estudo” buscou-se situar espacialmente e apresentar dados secundários sobre o perfil dos idosos do Vale do Rio Pardo e do município de Santa Cruz do Sul, culminando na última seção chamada “Caracterização da amostra”. São apresentadas informações referentes aos sujeitos, participantes sob o ponto de vista de perfil de gênero, idade, bairro de residência, estado civil, profissão e escolaridade.

3.1 Percurso metodológico

O primeiro movimento na definição das premissas, norteadoras da metodologia deste estudo, aconteceu no sentido de uma opção pelo método de pesquisa. Ao reconhecer, como mencionado anteriormente, o caráter, singular e heterogêneo, do processo de envelhecimento, entendeu-se que a pesquisa qualitativa era a mais adequada, por trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, valores e atitudes. (MINAYO, 2015). Ainda, segundo Bauer e Gaskell (2002, p.65) ela oferece “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação ao comportamento das pessoas em contextos sociais específicos”.

A fenomenologia é o estudo da experiência humana e dos modos como elas se apresentam, para todos, por meio dessa experiência. (SOKOLOWSKI, 2004). Na concepção de Moreira (2004), apresentam-se como características ideais do método fenomenológico: ser um método livre de pressuposições por parte do pesquisador; a condição de permitir uma descrição dos fenômenos enfocando exclusivamente eles; e uma orientação no sentido de deixar de lado qualquer questão sobre suas origens causais e sua natureza fora do próprio ato da consciência.

A escolha da fenomenologia, portanto, como referencial teórico e metodológico para este projeto ocorreu por se tratar de um estudo que busca exaltar a interpretação do mundo, que surge intencionalmente à consciência dos sujeitos,

dando destaque à experiência vivida no cotidiano (TRIVINOS, 1987). Dá ênfase aos atores e na experiência pura que envolve a percepção dos entrevistados, em relação à internet, enquanto ferramenta de informação, que possa contribuir para a expansão de suas capacidades para exercício da cidadania. A preocupação desta pesquisa, assim, residiu em descrever o fenômeno e compreendê-lo, e não em explicá-lo, buscando elucidações causais.

A entrevista foi a técnica escolhida para a coleta dos dados primários. Caracterizada, acima de tudo, por ser uma conversa, a dois ou mais interlocutores, possibilita construir informações pertinentes a um determinado objeto de pesquisa (MINAYO, 2015). Na visão da autora, ainda:

A entrevista como fonte de informação pode nos fornecer dados secundários e primários de duas naturezas: (a) os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas [...] e outros; (b) os segundos - que são objetos principais da investigação qualitativa - referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia (MINAYO, 2015, p. 65).

Ao reconhecer diversos tipos de entrevista, como por exemplo, a estruturada, a semiestruturada e a aberta ou livre, optou-se pela escolha da entrevista semiestruturada como a mais adequada para compreender o objetivo aqui proposto. Segundo Triviños (1987), esta técnica parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias e questões que interessam à pesquisa, para, em seguida, oferecer um amplo campo de diálogo e interação a partir das respostas que são recebidas pelo informante.

O roteiro de entrevista foi composto por questões que buscaram investigar a relação dos idosos com a internet, motivos para aderirem a essa tecnologia, hábitos de uso, de informação, como se percebem em diante de uma sociedade conectada e, por fim, seu entendimento sobre cidadania na velhice. Após a sua elaboração, ainda foi submetido à avaliação, por dois pesquisadores especialistas da temática do envelhecimento humano antes do início das entrevistas, a fim de qualificar o processo. Não obstante, também foram realizados dois pré-testes de modo a verificar a capacidade de entendimento, por parte dos entrevistados, sobre as questões propostas, duração estimada da entrevista e possíveis necessidades de ajustes. Neste momento, por exemplo, foi possível perceber algumas dificuldades

com palavras específicas do roteiro, seja por não serem do cotidiano dos entrevistados, como o entendimento sobre o conceito de cidadania, ou por serem relativamente técnicas. Quando questionados se sabiam o que era cidadania, citando um caso, os entrevistados prontamente afirmavam que sim. Porém, ao serem solicitados para expressar com as suas palavras o sentido desta expressão, eles preferiam, então, não se manifestar, embora no decorrer das suas falas relatassem que gozavam de benefícios de assistência social, exerciam o direito de participação política entre outros.

Os participantes da pesquisa foram selecionados, utilizando um método não probabilístico, iniciado através de um mapeamento que buscou identificar os bairros do município de Santa Cruz do Sul com o maior número pessoas idosas. A partir daí foram identificados os grupos de convivência de idosos existentes nestes bairros. O passo seguinte consistiu em contatar os coordenadores de cada grupo. Neste momento, o entrevistador apresentou-se como mestrando em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, explicando a necessidade de agendar um momento para apresentação do projeto de pesquisa, questionando se haveria a disponibilidade em colaborar, sendo aberto um espaço em um dos encontros dos grupos, para que fosse apresentada a proposta de pesquisa e identificar voluntários que se dispusessem a participar das entrevistas.

Deste modo, foram entrevistados dez homens e dez mulheres, sendo que, para que se consiga qualificar e aprofundar um pouco mais a coleta de dados, optando por entrevistar um grupo etário com idades entre 60 e 69 anos e residente na área urbana de Santa Cruz do Sul. Esta opção de segmentação de idade justificou-se por uma aproximação com o conceito de Papalia, Olds e Feldman (2013), para quem o termo idoso jovem geralmente se refere a pessoas de 65 a 74 anos, que são ativas, costumeiramente, cheias de vida e vigorosas. Sendo esta uma definição americana e, uma vez que no Brasil são consideradas idosas as pessoas com mais de 60 anos, optou-se por considerar como idosos jovens às pessoas cuja faixa etária estivesse compreendida entre 60 e 69 anos, para fins deste estudo.

Além disso, à luz da teoria de Sen (2000) realizou-se uma reflexão sobre quais seriam os funcionamentos específicos, passíveis de serem incluídos na lista de realizações importantes, e suas capacidades correspondentes de acordo com a realidade dos sujeitos entrevistados. Nesse sentido, quando Sen (2000) trata da questão dos Funcionamentos fica evidente sua preocupação com a questão

avaliativa, trazendo de modo explícito a complexidade do assunto. Ao assumir o acesso à internet, como um funcionamento fundamental, capaz de auxiliar na expansão das capacidades dos sujeitos entrevistados, que fazem uso desta tecnologia de informação e comunicação, foi estabelecido como um requisito da pesquisa.

Outrossim, é importante destacar que este processo investigativo aconteceu em conformidade com os princípios da Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), que trata da ética em pesquisas com seres humanos. Para tanto, foi elaborado um projeto de pesquisa e submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEP-UNISC), responsável por implementar e fazer cumprir as exigências referentes a pesquisas com seres humanos. Deste modo, outro requisito fundamental era a disponibilidade para participar do estudo, após esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice A).

Destarte, o projeto, identificado sob o CAAE 11016019.0.0000.5343, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da UNISC sob o parecer nº 3.361.947.

3.2 Caracterização da região de estudo

Antes de se tornar município, em 28 de setembro de 1878, Santa Cruz do Sul era um distrito de Rio Pardo. A povoação deste território data de 1849, quando seus primeiros habitantes chegaram das regiões do Reno e da Silésia. A movimentação econômica da época consistia em exportar, através do Rio Pardo, gêneros alimentícios como feijão, milho e batata, além de outras culturas agrícolas como a cevada, o linho e o fumo. Este último já despontava como um produto de maior produtividade, passando, então, a receber mais atenção por parte do governo da província, o que acontece até os dias atuais⁸. Alguns anos após sua emancipação, já em 1905, fora inaugurada a via férrea Santa Cruz - Rio Pardo (estação do Couto), que facilitou a integração com o município de Porto Alegre e contribuiu para

⁸ Santa Cruz do Sul é reconhecida por ser pólo mundial da indústria fumageira tendo na cultura do tabaco a sua principal fonte de receita, geração de emprego e renda. Estima-se que 3,4 mil famílias tenham envolvimento com a produção tabagista. (SANTA CRUZ DO SUL, 2019)

umentar a circulação de mercadorias e pessoas na região (SANTA CRUZ DO SUL, 2019).

Geograficamente Santa Cruz do Sul está situada na região do Vale do Rio Pardo, na encosta inferior do nordeste do estado Rio Grande do Sul, aproximadamente a 155 Km da capital gaúcha, Porto Alegre. Faz divisa com os municípios de Passo do Sobrado, Venâncio Aires, Sinimbu, Vera Cruz e Rio Pardo, com acesso pela BR 116, BR 386 e pela RSC 287.

É um território caracterizado por áreas levemente onduladas ao Sul, com vales, morros e elevações de maior dimensão oriundas dos primeiros contrafortes da Serra Geral. Possui uma área de 752,91 Km² de extensão sendo que 20% (154,90 Km²) de área Urbana e praticamente 80% (598,01 Km²) de área Rural. O clima subtropical temperado proporciona temperaturas médias de 19°C, com máximas de 42°C e mínimas de 5°C. (SANTA CRUZ DO SUL, 2019).

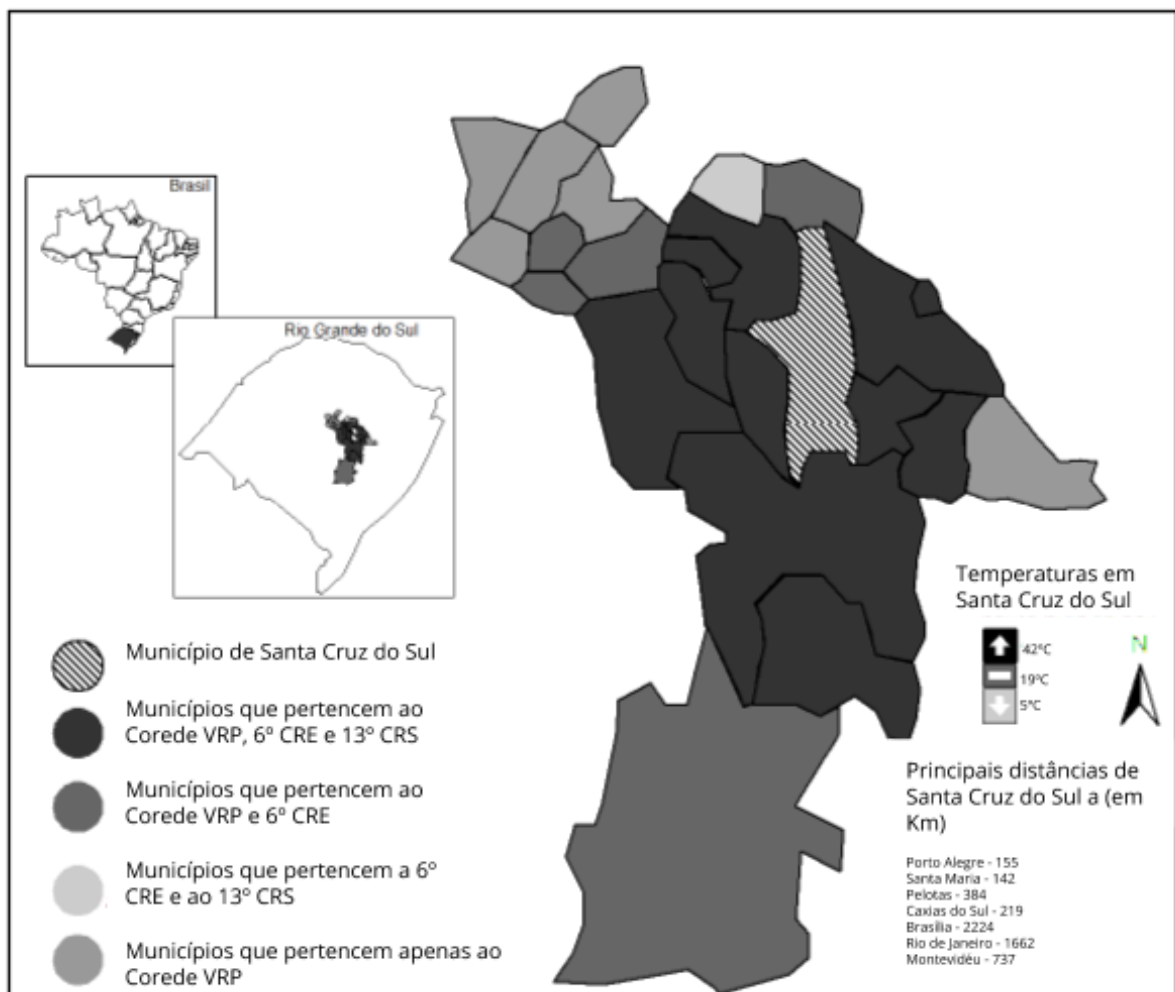
O município é um dos maiores do Rio Grande do Sul, constituindo-se na quinta economia do Estado, e um polo econômico, cultural e em serviços de educação e saúde que já contemplam a realidade dos idosos. Na área da educação, sedia a 6º coordenadoria de Educação Regional, que contempla o atendimento a 18 municípios. Além de uma ampla rede de educação básica, fundamental e instituições de ensino técnico e superior, ressalta-se a presença da Universidade de Santa Cruz do Sul, que tem entre suas atividades de ensino, pesquisa e extensão o Programa Terceira Idade na Unisc, um espaço de troca, participação e produção do conhecimento, voltado às pessoas com 60 anos ou mais.

Já no campo da saúde, o município é sede da 13º Coordenadoria Regional de Saúde, sendo referência para 12 municípios. A estrutura de atendimento à população municipal é composta de: Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Estratégias de Saúde da Família⁹ (ESF), em que é possível usufruir dos serviços de consultas médicas, inalações, injeções, curativos, vacinas, tratamentos odontológicos e encaminhamentos para especialistas, entre outros. Também há os Agentes Comunitários de Saúde, que realizam trabalhos de educação em saúde, promoção de cuidados e prevenção de doenças, e, além de outras instituições,

⁹ As Estratégias de Saúde da Família - ESF compõem a Política Nacional de Atenção Básica e objetivam a reorganização da atenção básica no País, de acordo com preceitos do SUS. Cada equipe de Saúde da Família (eSF) tem sob responsabilidade, no máximo, 4.000 pessoas, sendo que a média recomendada pelo Ministério da Saúde é de 3.000 pessoas, respeitando critérios de equidade para essa definição.

conta com a infraestrutura de três hospitais: Hospital Monte Alverne, Hospital Santa Cruz e Hospital Ana Nery, estes últimos constituindo-se como o principal centro de saúde e um centro de referência em oncologia, para as regiões do Vale do Rio Pardo, respectivamente. Os dados foram sintetizados pela Figura 9.

Figura 9 – Mapa de Localização do município de Santa Cruz do Sul e as diferentes regiões em que está inserido



Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo dados do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Santa Cruz do Sul era 0,773, em 2010. Isto posiciona o município em uma faixa considerada alta, entre 0,700 e 0,799. Justamente é a dimensão da Longevidade que mais contribui para a formação desta nota elevada, com índice de 0,852, seguida de Renda, com score de 0,782 e Educação, com índice de 0,693.

Em tempo, O IDHM brasileiro adequa a metodologia global de cálculo do IDH ao contexto nacional, e a disponibilidade de dados dos indicadores do Brasil. Ele é composto pelo IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda, as mesmas dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi criado com a intenção de ser um contraponto a um dos indicadores mais utilizados, o do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera, em sua composição, apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH foi criado por Mahbud ul Haq, em colaboração com o economista indiano Amartya Sen, cuja teoria do Desenvolvimento como Liberdade (2000) é um dos eixos desta dissertação.

Figura 10 – Dimensões do IDH.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagem do Atlas Brasil

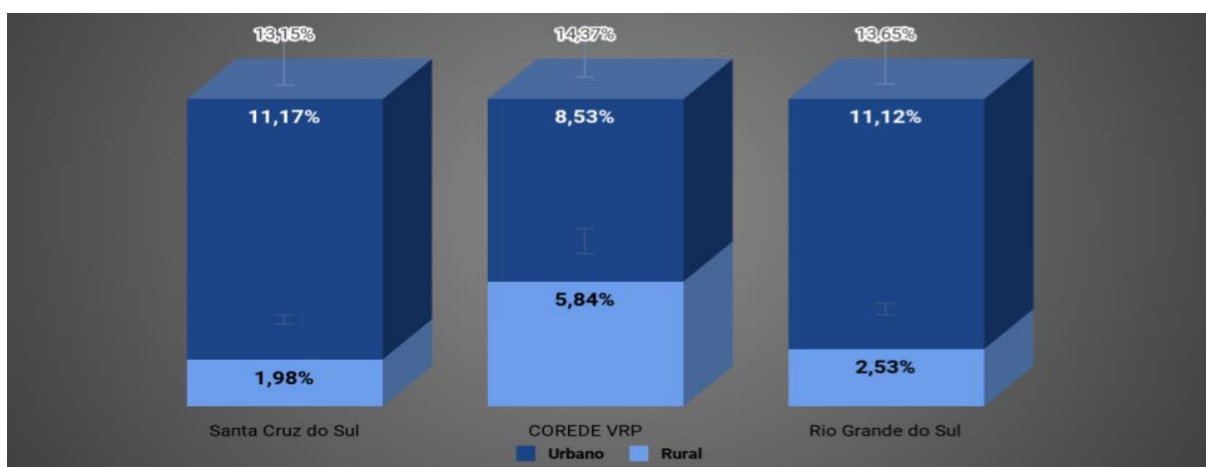
Este índice considera três dimensões, representados pela Figura 10: renda (considera o padrão de vida e é medido pela Renda Nacional Bruta *per capita*, sendo expressa em poder de paridade de compra constante, em dólar), saúde (considera a capacidade de levar uma vida longa e saudável e é medida pela expectativa de vida) e educação (concebido através do acesso ao conhecimento e medido pela média de anos de educação de adultos, a expectativa de anos de

escolaridade para crianças em idade de iniciarem a vida escolar) e é reconhecido por conseguir sintetizar a compreensão do tema Desenvolvimento e fomentar o debate a respeito das “medidas de progresso”. Atualmente já existem indicadores complementares de desenvolvimento humano. São eles: Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD); Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). (PNUD, 2019).

Olhando para o cenário do Rio Grande do Sul, o último Censo apontava que 13,65% da população tem mais de 60 anos, 1.459.597 do total de 10.693.929 habitantes em 2010 (IBGE, 2010). Na região do Vale do Rio Pardo havia 418.141 habitantes sendo que desse total, 60.120 eram idosos, representando 14,37%. Já no caso de Santa Cruz do Sul, município com a 15º maior população dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, a proporção de idosos era de 13,15% da população, ou seja, 15.559 pessoas dos 118.374 habitantes. (IBGE, 2010).

Uma análise da Figura 11 demonstra que no município de Santa Cruz do Sul 11,17% da sua população idosa é residente do meio urbano, enquanto que na região do Corede Vale do Rio Pardo - VRP apenas 8,53% dos idosos vivem nas cidades e no Rio Grande do Sul 11,12%. Já em relação aos idosos do meio rural, Santa Cruz do Sul, com 1,98%, apresenta um percentual menor que o da região do Corede VRP (5,84%), e do próprio estado do Rio Grande do Sul, com 2,53% dos idosos residindo no espaço rural.

Figura 11 – Percentual da população idosa rural e urbana. Santa Cruz do Sul, Vale do Rio Pardo, Rio Grande do sul, ano 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010

Aqui se faz necessário discorrer sobre o entendimento deste pesquisador sobre os conceitos de rural, ou campo, cidade e urbano, uma discussão ainda permeada por visões dicotômicas, que por vezes se relaciona o rural ao atraso e o urbano ao progresso. Apesar disso, acredita-se na inter-relação e mútua capacidade de influência do rural e urbano, conforme preconiza Girardi (2008). Ao reconhecer tal interação torna-se impossível dissociar rural e urbano, mas é fundamental considerar os indivíduos que compõem estes tecidos, principalmente considerando o caráter heterogêneo da velhice, e sua influência na formação do espaço geográfico, admitindo ser, também, um todo heterogêneo.

Embora as expressões – cidade e urbano – acolham diferentes e amplas definições, optou-se pela linha de pensamento, oferecida por Lencioni (2008), adotando a cidade conforme seu sentido semântico original, bem como tornar substantivo o adjetivo Urbano. A partir daí “ao falarmos em cidade, no Brasil, estamos nos referindo a um aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública” (LENCIONI, 2008, p. 17).

Em relação ao conceito de rural utilizou-se a indicação de Girardi (2008, p. 76) que compreende o espaço rural, em relação ao espaço urbano, sendo caracterizado pelo seu “menor grau de artificialização, densidades mais tênues, contato direto com a natureza e tempos mais longos”. Importante notar que, para fins desta pesquisa, é preciso estar atento ao fenômeno de valorização do rural, como local de residência da população que trabalha em centros urbanos, mas considerando, predominantemente, aqueles que moram e trabalham nas localidades ou regiões rurais a partir de relações com a agropecuária. (GIRARDI, 2008).

Ao analisar a distribuição por faixa etária é possível observar que os idosos jovens (PAPALIA, OLDS e FELDMAN, 2013), cuja faixa etária compreende-se entre os 60 e 69 anos e são objeto desta pesquisa, são a maioria no município de Santa Cruz do Sul, de acordo com a Figura 12.

Figura 12 – Distribuição dos idosos de Santa Cruz do Sul, por faixa etária

Fonte: **Elaborado pelo autor, com base no** Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Vale notar ainda que, segundo a sua divisão territorial, o município tem 36 bairros, compondo a área urbana, e 7 distritos, compondo sua área rural. O Quadro 2 representa a distribuição da população idosa por faixa etária em bairros e distritos, considerando a divisão territorial do Censo Demográfico de 2010. De modo a facilitar a leitura das informações elas foram organizadas em ordem decrescente a partir da coluna “Total”. As células pintadas em verde mais escuro representam os bairros com a maior quantidade de idosos em cada faixa etária.

Assim, é possível verificar que o bairro Centro reúne a maior quantidade de idosos residentes no município, tanto no número total quanto por faixa etária, exceto na classificação que considera pessoas com 100 ou mais de idade. Neste caso, os “centenários” aparecem no bairro Senai e Bonfim, com 2 habitantes identificados em cada local.

Quadro 2 – Distribuição da população idosa por faixa etária em bairros e distritos

BAIRROS	60 -69 anos	70-79 anos	80-89 anos	90-99 anos	100 anos, +	Total
CENTRO	874	610	398	57	0	1740
SANTO INÁCIO	564	298	144	14	0	836
GOIÁS	418	254	166	23	0	757
SENAI	386	280	154	18	2	717
BOM JESUS	428	278	140	15	0	708
ANA NERY	434	232	134	4	1	684
UNIVERSITÁRIO	326	224	106	14	0	578
MONTE ALVERNE	406	232	80	8	0	574

(Continua)

(continuação)

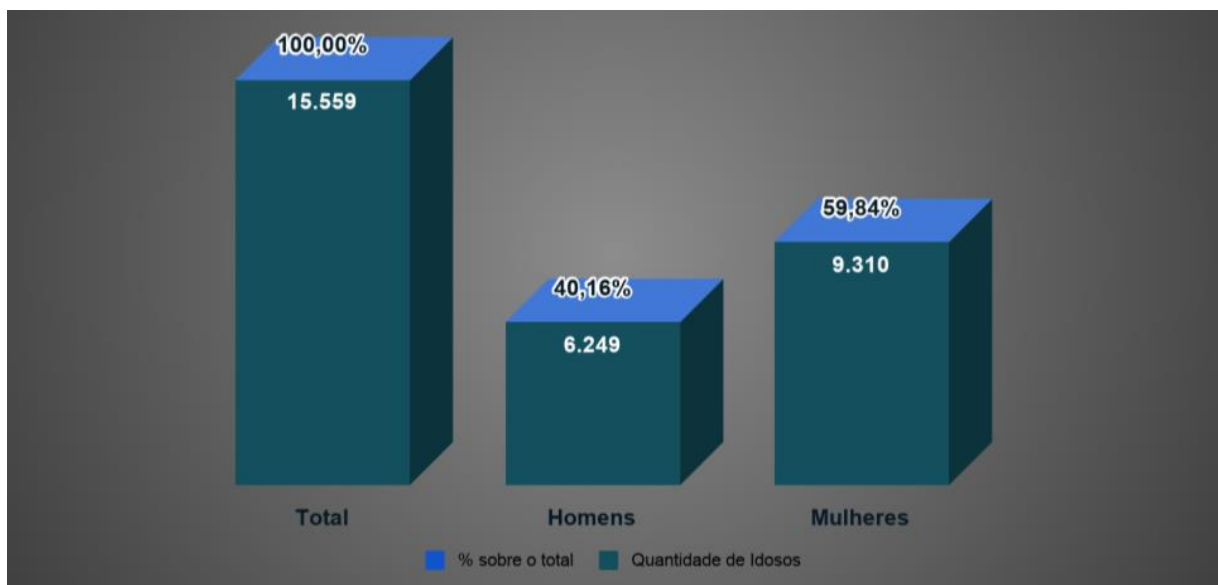
BAIRROS	60 -69 anos	70-79 anos	80-89 anos	90-99 anos	100 anos, +	Total
ARROIO GRANDE	352	198	100	7	0	560
SEDE MUNICIPAL	362	182	90	8	0	541
RIO PARDINHO	314	160	106	10	1	532
SCHULZ	300	178	94	7	1	500
AVENIDA	310	152	86	7	0	472
HIGIENÓPOLIS	332	150	72	10	0	460
FAXINAL MENINO DEUS	338	144	40	5	0	430
BOA VISTA	246	140	82	7	1	416
BONFIM	244	128	66	4	2	413
ESMERALDA	304	142	50	6	0	408
MARGARIDA	242	116	48	5	0	358
SANTA VITÓRIA	254	114	32	3	0	334
LINHA SANTA CRUZ	202	106	38	2	0	291
PEDREIRA	184	88	32	2	0	262
RENASCENÇA	196	68	22	2	0	229
ALTO PAREDÃO	136	84	30	2	0	219
VÂRZEA	134	74	26	1	0	203
ALIANÇA	128	64	26	1	0	201
CASTELO BRANCO	156	66	30	3	0	201
SARAIVA	120	90	22	4	0	196
SÃO JOÃO	136	96	14	2	0	190
INDEPENDÊNCIA	124	72	28	4	0	183
PROGRESSO	116	48	16	1	0	176
SANTO ANTÔNIO	92	56	20	3	0	146
ÁREA ANEXADA	102	54	16	3	0	146
SÃO MARTINHO	104	48	26	4	0	140
DONA CARLOTA	94	32	24	0	0	116
SÃO JOSÉ DA RESERVA	62	56	12	0	0	107
RAUBER	52	38	8	1	0	88
GERMÂNIA	62	24	10	1	0	84
BELVEDERE	62	24	8	3	0	80
COUNTRY	40	26	12	1	0	77
MONTE VERDE	36	16	8	1	0	57
JARDIM EUROPA	50	20	4	0	0	51
JOÃO ALVES	22	14	6	1	0	43
SANTUÁRIO	24	8	2	0	0	33
DO PARQUE	6	2	6	0	0	10
Total	9874	5486	2634	274	8	15553

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Demográfico, IBGE, 2010.

O fenômeno de feminização da velhice também é constatado, ao analisar a distribuição dos idosos santa-cruzenses por gênero. O número de mulheres idosas é de 59,84%, ou 9.310 pessoas, enquanto que 40,16%, ou 6.249, são homens. A relevância deste dado pode ser percebida nas palavras de Camarano (2003, p. 35) quando argumenta que a preocupação específica com o envelhecimento feminino:

decorre do fato de se encarar esse contingente como dependente e vulnerável não só do ponto de vista econômico, como também de debilidades físicas, o que pode acarretar perda de autonomia e incapacidade para lidar com as atividades do cotidiano. Fala-se aqui de mulheres que estão no seu último estágio da vida, o qual é associado com a retirada da atividade econômica, com taxas crescentes de morbidade, principalmente por doenças crônicas, de mudanças na aparência física, além do aparecimento de novos papéis sociais, como o de ser avós ou chefes de família, em decorrência da viuvez.

Figura 13 – Distribuição da população idosa de Santa Cruz do Sul por gênero.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Infelizmente, o Censo Demográfico de 2010 oferece uma visão limitada sobre os dados do acesso à Internet domiciliar por municípios. Prova disso é que os dados ainda vinculam a necessidade de microcomputador para acesso à internet. Conforme mencionado no capítulo 2 desta dissertação os *smarthphones* ultrapassaram o computador em 2015, como o dispositivo preferido mais utilizado para acesso individual. Mesmo assim, 38,49% dos domicílios de Santa Cruz do Sul apontavam ter acesso através de computadores.

Em relação ao uso das tecnologias de informação e comunicação pela administração municipal é possível constatar o uso de canais virtuais para interagir com a comunidade. A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul possui um portal na internet, que divulga informações de interesse público, como: notícias sobre fatos da região, editais públicos, agenda de eventos, informações turísticas, dados referentes a Lei de Acesso à Informação, e um canal específico para atendimento ao cidadão do município, denominado Central de Atendimento ao Cidadão (CACI) que disponibiliza, além de atendimento presencial na sede da prefeitura, um canal pelo aplicativo WhatsApp e a Ouvidoria municipal.

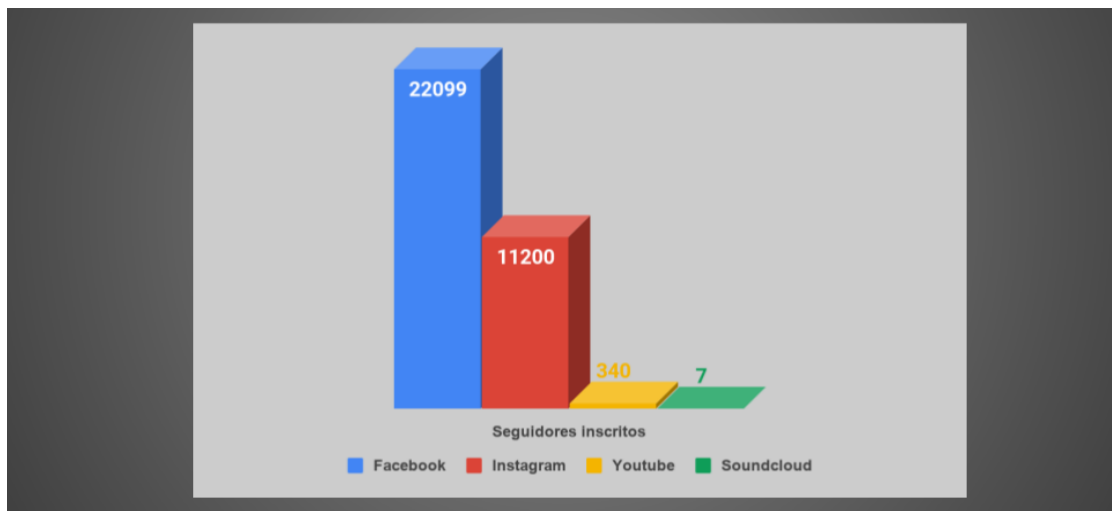
Figura 14 – Visualização do portal da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul na Internet



Fonte: Imagem capturada, pelo autor, do *website* da Prefeitura.

A página no *Facebook* é a que tem mais seguidores, são 22.099 pessoas inscritas. Em seguida, aparece a página do *Instagram*, com 11.200 inscritos. Os números de inscritos no *YouTube* e *SoundCloud*, por sua vez, chegam a 340 e 7 pessoas, respectivamente, representado pela Figura 15.

Figura 15 – Pessoas inscritas nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul até 05 de outubro de 2019



Fonte: Elaborado pelo autor.

Todavia, apesar da presença digital, não foi identificado nenhum conteúdo referente ao Dia Internacional do Idoso, celebrado em 01 de outubro, na página do município ou em suas redes sociais. Foi possível perceber que a página da prefeitura no Facebook, por exemplo, realizou duas postagens nesta data. A primeira relacionava-se a um projeto de estímulo ao empreendedorismo, enquanto a segunda visava divulgar a tradicional festa municipal, a Oktoberfest.

Figura 16 – Pessoas inscritas nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul até 05 de outubro de 2019



Fonte: Imagens capturadas, pelo autor, do Facebook da Prefeitura

Já no dia 02 de outubro identificamos três conteúdos, publicados na página da prefeitura, nessa mesma rede social: a primeira refere-se a uma entrevista sobre a Central de Libras de Santa Cruz do Sul, a segunda publicação divulga novamente a Oktoberfest, e a terceira informa sobre um programa municipal que visa reduzir o tempo de espera em consultas médicas e exames de baixa e média complexidade.

Figura 17 - Publicações no Facebook da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul em 02 de outubro de 2019



Fonte: Imagens capturadas, pelo autor, do Facebook da Prefeitura

Embora não tenha sido identificado conteúdos relativos a esta importante data de conscientização, sobre os direitos dos idosos, merece ser exaltado o fato de existirem canais virtuais de diálogo com a comunidade. A seguir, caracteriza-se a amostra do estudo.

3.3 Caracterização da amostra

A fim de preservar os nomes dos entrevistados, os mesmos foram substituídos por pseudônimos, escolhidos a partir de personalidades brasileiras ou globais, que tenham tido algum tipo de reconhecimento no campo das ciências, cultura ou política. O Quadro 3 contém informações sobre o perfil do grupo de idosos entre 60 e 69 anos entrevistados.

Quadro 3 – Perfil dos idosos entrevistados

ENTREVISTA DO	GÊNERO	IDADE	BAIRRO	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO
Cecília	Feminino	64	Vila Schultz	Viúvo/a	Agricultor(a) (aposentada)
Clarice	Feminino	67	Vila Schultz	Viúvo/a	Dona de casa (aposentada)
Cássia	Feminino	69	Universitário	Casado/a	Professor(a) (aposentado/a)
Ruth	Feminino	68	Centro	Casado/a	Servidora Pública (aposentada)
Ana	Feminino	67	Universitário	Viúvo/a	Dona de casa (aposentada)
Elis	Feminino	69	Centro	Viúvo/a	Técnica de Enfermagem (aposentada)
Malala	Feminino	60	Vila Schultz	Viúvo/a	Cuidador(a) de idosos (aposentado/a)
Simone	Feminino	63	Centro	Separado/a	Comerciário/a (aposentado/a)
Ângela	Feminino	68	Universitário	Viúvo/a	Servidora Pública (aposentada)
Frida	Feminino	61	Esmeralda	Separado/a	Merendeira (aposentada)
Milton	Masculino	65	Vila Schultz	União estável	Industriário (aposentado)
Carlos	Masculino	66	Independência	Casado/a	Cuidador(a) de idosos (aposentado/a)
João	Masculino	68	Centro	Casado/a	Comerciário/a (aposentado/a)
Celso	Masculino	65	Universitário	Casado/a	Contabilista (aposentado)
Oswaldo	Masculino	68	Universitário	Casado/a	Vigilante Particular (aposentado)
Caetano	Masculino	66	Santo Inácio	Casado/a	Marceneiro
Alberto	Masculino	64	Higienópolis	Casado/a	Industriário (aposentado)
Manoel	Masculino	64	São João	Casado/a	Industriário (aposentado)
Mário	Masculino	61	Santo Inácio	Casado/a	Pastor Luterano
César	Masculino	61	São João	Viúvo/a	Caminhoneiro (aposentado)

Fonte: Elaborado pelo autor.

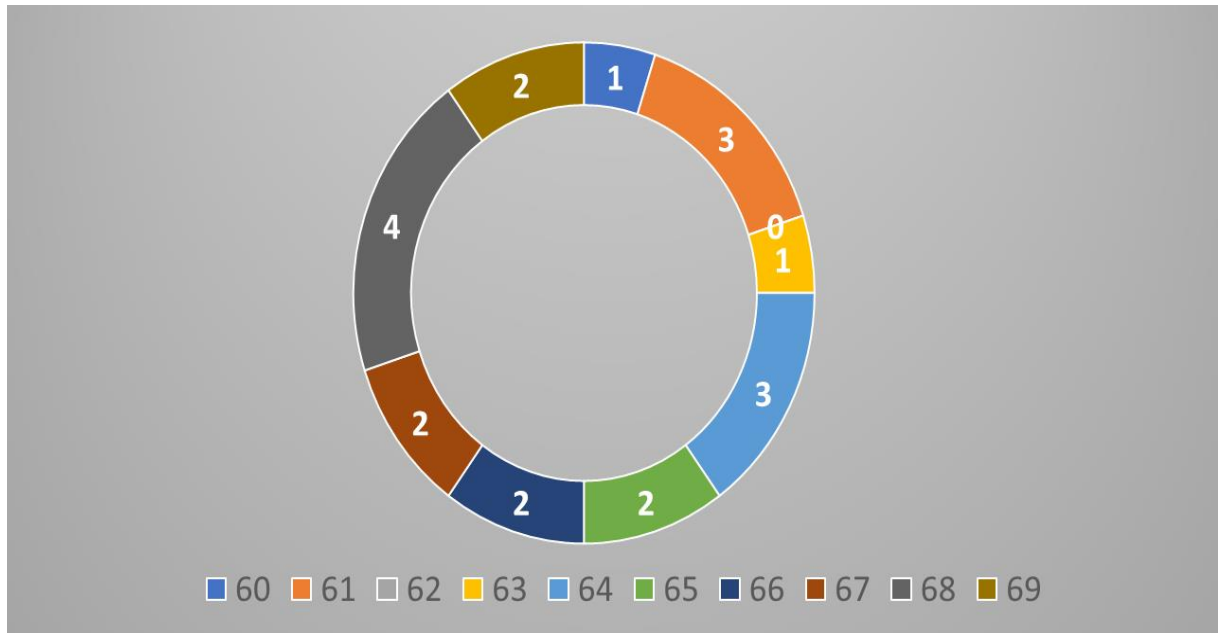
A seguir aprofunda-se a análise da amostra sob a perspectiva da sua distribuição etária, territorialidade e estado civil.

3.3.1 Distribuição etária

Após a realização da coleta de dados é possível identificar que não houve uma concentração em uma faixa etária específica. A idade com maior representatividade está expressa nas pessoas de 68 anos, com quatro entrevistados, as faixas etárias de 64 e 61 anos tiveram três entrevistados cada uma, sendo que nos grupos etários de 69, 67, 66 e 65 anos apresentam-se dois sujeitos em cada estrato. Já para as idades de 63 e 60 anos apenas um entrevistado

representa cada uma dessas faixas sendo que nenhum dos sujeitos tinha 62 anos de idade.

Figura 18 – Distribuição etária da amostra



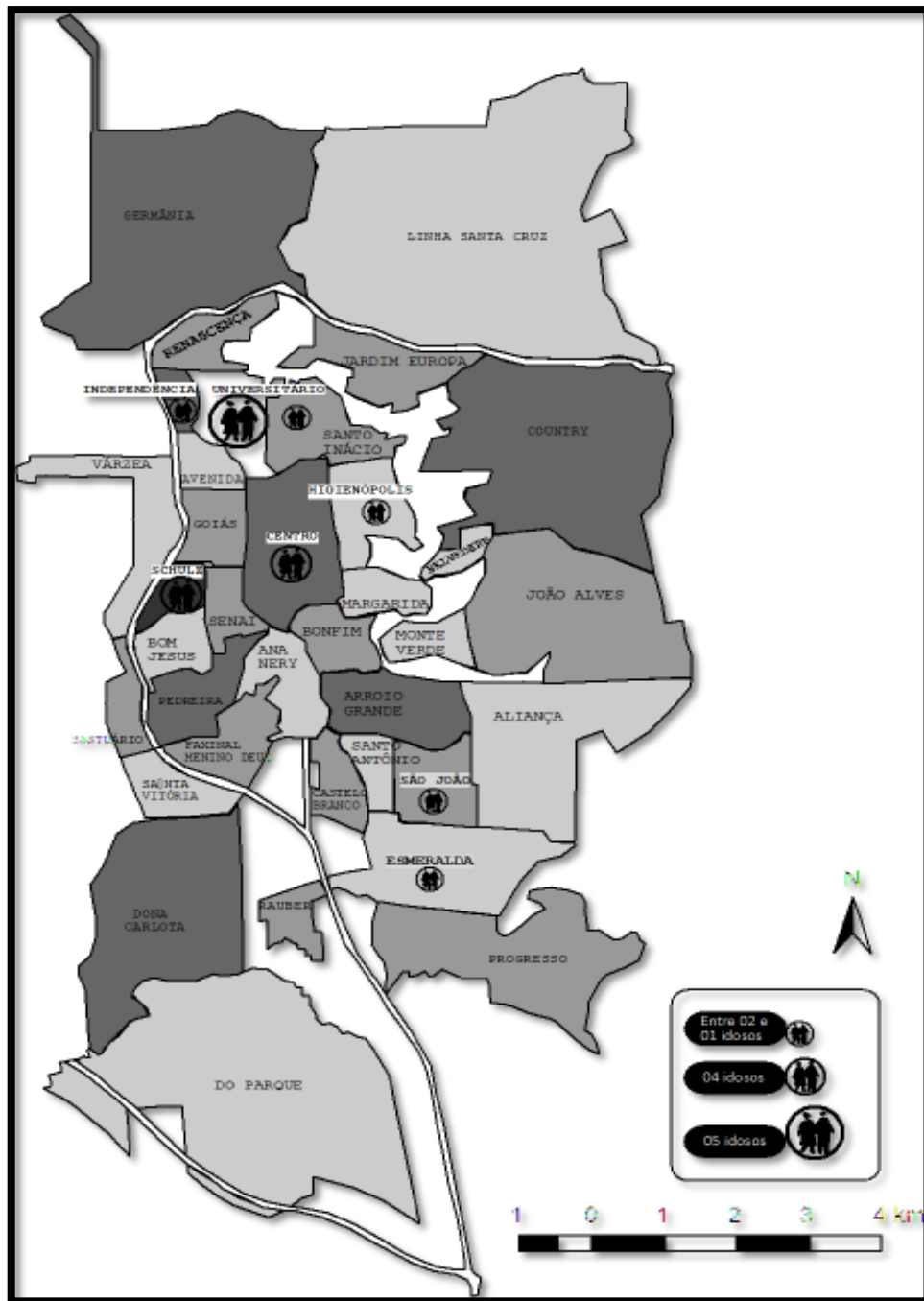
Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.2 Distribuição por bairros

Sob a perspectiva de distribuição territorial verificou-se, também, que a amostra da pesquisa se distribuiu entre distintos bairros do município de Santa Cruz do Sul. Esta amplitude pode ser evidenciada no mapa a seguir (Figura 19) que indica que o bairro com o maior número de entrevistados foi o Universitário, em que residem 05 pessoas que participaram da pesquisa.

Na sequência, os bairros Centro e Schulz concentraram o segundo maior número de entrevistados, com quatro sujeitos em cada bairro. Nos bairros Santo Inácio e São João foram entrevistados dois idosos em cada território e, por sua vez, nos bairros Independência, Higienópolis e Esmeralda foram entrevistados uma pessoa de cada local.

Figura 19 – Distribuição territorial da amostra

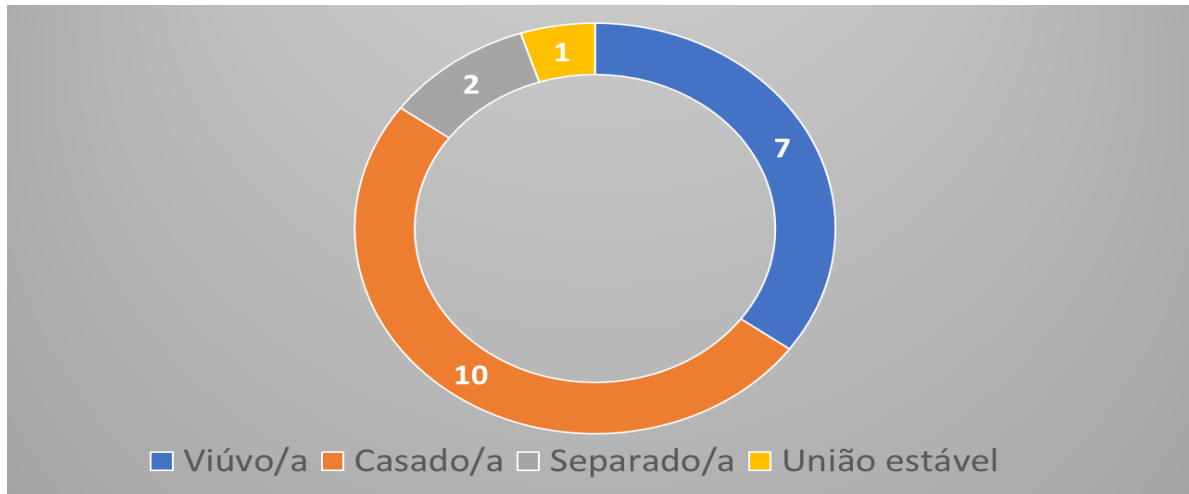


Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.3 Distribuição por estado civil

O grupo entrevistado caracteriza-se por ser composto, predominantemente, por pessoas que se autodenominaram Casados/as (10 pessoas) ou Viúvos/as (07 pessoas). Dois sujeitos declaram-se separados e apenas uma pessoa se identificou como participante de uma União Estável, representado pela Figura 20.

Figura 20 – Distribuição da amostra por estado civil



Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.4 Distribuição por profissão

Uma análise da figura abaixo demonstra que pessoas com distintos campos de atuação participaram do estudo de modo que a amostra se caracteriza por apresentar uma diversidade de profissões desempenhadas pelos entrevistados. A ocupação Industriário, com três menções, seguida da ocupação Comerciário, com duas menções, e Cuidador de Idosos, também com duas menções, foram as que tiveram o maior número de citações.

Figura 21 – Distribuição da amostra por profissão

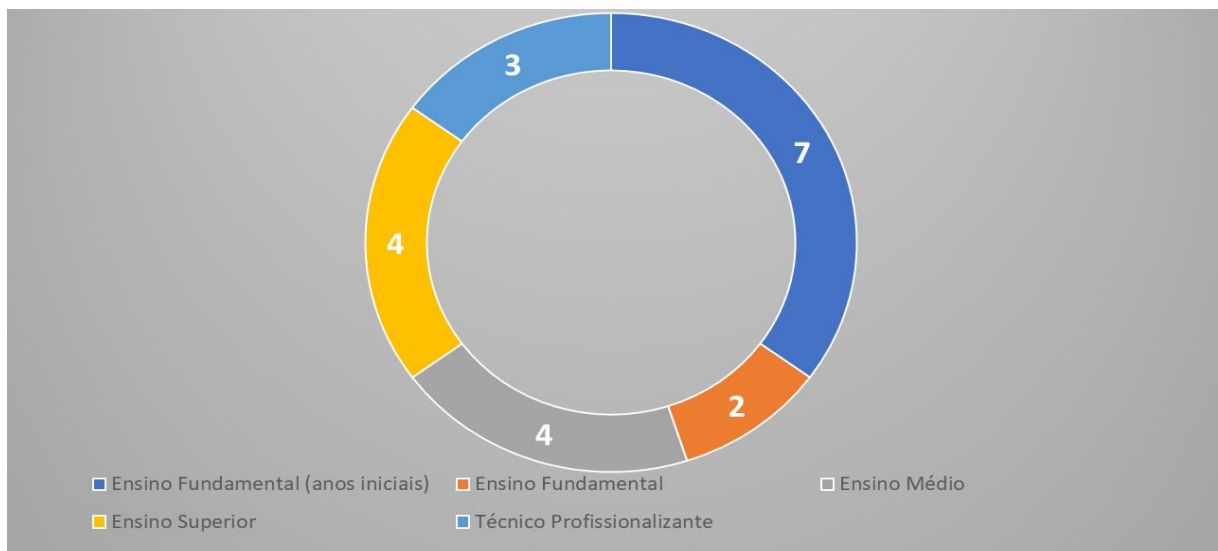
Distribuição por profissão	
Agricultor(a) (apos.)	1
Dona de casa (apos.)	2
Professor(a) (apos.)	1
Servidora Pública (apos.)	2
Técnica de Enfermagem (apos.)	1
Cuidador(a) de idosos (apos.)	2
Comerciário/a (apos.)	2
Merendeira (apos.)	1
Industriário (apos.)	3
Contabilista (apos.)	1
Vigilante Particular (apos.)	1
Marceneiro	1
Pastor Luterano	1
Caminhoneiro (apos.)	1
Total	20

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.5 Distribuição por escolaridade

Em relação à escolaridade¹⁰ do grupo pesquisado também é possível verificar uma diversidade do nível de ensino. A amostra caracteriza-se pela maior parte dos entrevistados, 07 pessoas, declarando ter estudado até os anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que 02 pessoas informaram ter concluído o Ensino Fundamental. Três pessoas informaram terem concluído o Ensino Médio, enquanto outras três pessoas disseram ter concluído curso técnico e quatro pessoas mencionaram terem concluído o Ensino Superior.

Figura 22 – Distribuição da amostra por escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir destes dados, o próximo capítulo relaciona os resultados, derivados da coleta primária, com os objetivos iniciais desta dissertação: compreender como as pessoas mais velhas, de Santa Cruz do Sul, percebem o acesso à Internet, enquanto ferramenta de informação que possa contribuir para a expansão de suas capacidades para exercício da cidadania.

¹⁰ Durante as entrevistas os sujeitos foram questionados sobre seu nível de escolaridade. Os dados foram agrupados conforme a Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4 OS IDOSOS DE SANTA CRUZ DO SUL E A INTERNET

Neste capítulo foram relacionados os resultados, derivados da coleta primária de dados, estabelecendo relação com os objetivos desta dissertação, já mencionados. É necessário lembrar que foi percorrido esse caminho, a luz da teoria do desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen (2010), em que o desenvolvimento é alcançado a partir da garantia de cinco liberdades instrumentais: liberdades políticas, oportunidades sociais, facilidades econômicas, garantias de transparência e segurança protetora. Tal abordagem conceitual ainda envolve, fundamentalmente, a condição de agentes, ou seja, todo aquele o que ocasiona uma mudança no ambiente com sua atuação livre e racional. E é esta mudança de ambiente, ocasionada pelo encontro e atuação dos agentes, que configura o que Pecqueur (2000) nomina de território construído.

Outro aspecto que deve ser retomado na teoria que norteia esta pesquisa, e ajuda a compreender o fluxo da sequência deste capítulo constata-se, é o fato de que Sen (2009) defende a centralidade da Liberdade para o processo de desenvolvimento. O autor aponta duas questões centrais: a razão avaliatória e a razão da eficácia. A razão avaliatória diz respeito à necessidade de se avaliar o progresso verificando, primordialmente, se houve aumento das liberdades das pessoas. Já a razão da eficácia, por sua vez, remete a estreita dependência entre a realização do desenvolvimento e a livre condição de agente das pessoas. Assim, neste capítulo a análise foi feita relacionando os dados a estas questões.

As entrevistas foram gravadas em registro de áudio, previamente autorizadas pelos entrevistados, e posteriormente transcritas, retratando a etapa de preparação das informações para a realização da análise de conteúdo. Em seguida, foi realizada a transformação do conteúdo em unidades. Neste momento, foi escolhido categorizar os temas referentes a um determinado tópico. Com base neste processo, foi possível realizar a categorização e descrição do conteúdo, expressa em macro categorias com respectivas subcategorias principais, conectadas aos objetivos deste trabalho.

A primeira categoria fala sobre a rotina dos entrevistados e discorre sobre suas percepções relativas à velhice. A segunda, por sua vez, aborda a participação social das pessoas idosas de Santa Cruz do Sul, sua percepção sobre a velhice e como é envelhecer nos dias atuais. Na terceira categoria discorre-se sobre a relação

das pessoas maiores de 60 anos e a internet, os motivadores que os levaram a navegar na web, seus hábitos de uso e percepção sobre esta tecnologia de informação e comunicação. Por fim, na quarta e última categoria, fala sobre cidadania e informação, na perspectiva dos entrevistados, qual o seu entendimento sobre cidadania, sobre direitos, deveres e como se informam atualmente.

4.1 O envelhecimento ativo dos idosos de Santa Cruz do Sul

Esta primeira categoria contempla registros de entrevistas¹¹ acerca da rotina dos entrevistados e também percepções tecidas sobre a velhice. Os relatos sobre seu cotidiano eram uma resposta a uma questão presente no roteiro da entrevista semiestruturada, cujo objetivo inicial era criar um campo de afinidade com o entrevistado, para que se sentisse à vontade para discorrer sobre os temas seguintes.

Assim, no que toca as atividades de rotina, foi possível constatar a organização de uma agenda, capaz de preencher todos os dias da semana. Ou seja, foi evidenciada a materialização do pensamento de Grudzinski (2013) ao afirmar que o aumento da população de idosa gradualmente impulsionará diversos campos da sociedade, seja no âmbito do trabalho, da cultura, da economia, entre outros. No caso de Elis, 69 anos, e de Ruth, 68 anos, ambas demonstram organização e envolvimento em várias atividades, desde grupos de convivência de idosos, atividades de ginástica, trabalho voluntário na igreja do bairro, e até “*cursos de exercícios para o cérebro*”.

A valorização destas atividades é evidenciada pela fala de Elis e de Ruth, quando menciona que, apesar de ter a agenda cheia, ainda lhe sobra o final de semana para ter algo mais a fazer:

é, geralmente dou uma descansada, mas olha, único dia hoje não tinha nada, segunda-feira não tem, mas como te disse quando vou caminhar... hoje cheguei quase meio dia... terça-feira tem o dia todo, quarta de tarde tem Uniama, quinta-feira tenho igreja, faço parte da OASE e às vezes na terça-feira nós temos visita no Hospital Ana Nery, eu também vou e então daí sobra sexta, sábado e domingo, pra ter alguma coisa pra fazer. (Elis, 69 anos)

¹¹ Todos os trechos citados das entrevistas estão em itálicos para que haja diferenciação entre as entrevistas e o embasamento teórico.

daí segunda de manhã tenho aula de dança, das dez às onze... aí assim ó, tá... segundas então lá, aí eu venho depois pra casa, aí eu vou até o meu marido, almoço lá com ele e volto, aí segundas de tarde eu tô mais livre... mas eu sempre tenho um lugar para tomar um chimarrãozinho, conversar... aí terças de manhã eu tenho... Educação Física, Educação Física, claro, é uma ginástica ali no poliesportivo... das nove às dez, também com estagiária da Unisc... aí terça de tarde, também... eu tô fazendo, ahhhhh aquele cursinho do cérebro, é no computador, no laboratório lá... ai meu Deus... exercício do cérebro... dá uma e meia às três, e aí quarta de manhã eu to livre aí dou minhas caminhadas, rotina, normal, serviço de casa sempre tem. (Ruth, 68 anos)

Os cuidados com o corpo e a prática de exercícios físicos são outros elementos que integram a rotina destas pessoas, sintonizado com a agenda do Envelhecimento Ativo, proposta no Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (ONU, 2002). Os relatos de Malala, 60 anos, e Alberto, 64 anos, retratam a história de quem decidiu incorporar a atividade física na sua vida e, atualmente. Malala acorda às cinco horas da manhã para ir à academia na companhia da filha, já Alberto realiza atividades em dois locais diferentes:

de manhã, às sete, agora também um pouco mais de um ano, pois é, era assim, daí eu era bem gorda, pesava 92kg já... e daí um dia eu pensei... me vi na vitrine lá do centro e pensei, não essa não sou eu... agora chega, vim pra casa, que o filho já tá fazendo academia, e a filha também era bem forte e gorda assim, também, e ela também tava de plano assim, de começar, daí se combinemo eu e ela fomo, e cada uma perdeu 25kg e fiquemo em forma de novo e hoje já mais de ano tamo indo na academia, de manhã cedo... às seis e meia, vinte pras sete saímos daqui e vamo pra academia e às oito ela começa a trabalhar daí eu venho pra casa e ela vai pro trabalho... todo dia (risos) só se chove muito assim, tem temporal, daí não... cinco horas temo de em pé. (Malala, 60)

hoje a gente faz três vezes por semana caminhada lá na Unisc, com a Taci (profe de Educação Física) e duas vezes por semana Hidro lá na Unisc. (Alberto, 64 anos)

Também observou-se a importância da família no cotidiano dos idosos. A rotina de alguns entrevistados mostrou-se preenchida com atividades de ajuda no cuidado com os familiares, filhos e netos. As atividades de apoio são as mais diversas: desde levar os netos e netas para atividades no contraturno escolar, caso de Ana, 67 anos, fazer o café para a nora, rotina de Manoel, 64 anos, até ajudar a acordar a filha que trabalha de madrugada, conforme relatado pelo César, 61 anos.

(...) um vai pro judô, a outra vai de tarde pra aula... levo... busco... mas isso não é sempre né. (Ana, 67 anos).

(...) daí de manhã cedo... acordo cedo... ajeito minha neta... faço café pra nora, que ela vai pro serviço... pego a neta... boto na cadeirinha do carro... ajeito tudo pra ela... que ela é muito atrapalhada... daí ajeito tudo pra ela... daí ajeito o carro... aí tomo meu chimarrão... café. (Manoel, 64 anos).

(...) tenho dois guri, e agora... eles tem uma menina de cinco anos, e agora vem mais dois guri, gêmeos (cara de assustado) aí sobra tudo pra mim, qualquer coisinha no médico, no colégio, na creche... liga pro vô, daí não posso prometer nada daí. (Caetano, 66 anos).

(...) eu levanto 3h15min, chamo a pequena...daí ela se arruma pra pegar o ônibus às quatro, daí eu tomo chimarrão. (César, 61 anos).

A importância deste convívio multigeracional é registrada em estudo realizado por Areosa *et al* (2012), no qual as autoras investigam as relações pessoais, estabelecidas por idosos do Brasil e Espanha, relacionados ao contexto social e familiar em que estão inseridos. Para as pesquisadoras a família tem um papel importante em proporcionar alternativas de interação social aos idosos, uma vez que estas experiências promovem a sensação de conexão e bem-estar, o que auxilia na adaptação à fase de envelhecimento.

4.2 A participação social dos idosos de Santa Cruz do Sul

Na perspectiva de Rizzolli e Surdi (2010, p. 232), a importância dos grupos de convivência reside no fato de que se constituem em espaços de estímulo a uma vida social sadia, capaz de melhorar a autoestima e aceitação na sociedade “pois é nesses locais que aprendem lições de cidadania, de participação e de como colaborar para o bem comum”.

Segundo Knoplich (2001) a participação dos idosos nos grupos de convivência possibilita o aprendizado, uma vez que estes se constituem em espaços em que se compartilham ideias, experiências e reflexão sobre o cotidiano de suas vidas. A importância de participar destes grupos pode ser percebida na fala de Malala, 60 anos. Antes de frequentar os encontros, ela relata que não tinha ânimo para sair de casa e se percebia muito sozinha:

(o grupo) foi indicado por uma prima, ela tá junto no grupo e um dia ela me falou assim se eu não queria participar também, que era muito legal, eles ia nos outro município também, nos bailinho, né... e deu certo, tô gostando bastante....sim, aham, sábado passado nós tinha um bailinho ali de novo, é tão legal, eles... aí nessas festa sempre tem tudo de uma idade, assim, né,

não tem jovens, crianças no meio, é só aquela idade, né, e se diverte bastante... é, aham, é isso me ajudou bastante também. (Malala, 60 anos).

Já a perspectiva de Simone, 63 anos, demonstra a percepção de quem reconhece o grupo de convivência, também, como um espaço de ampliação das capacidades de cidadania. Foi neste espaço que ela tomou conhecimento sobre seus direitos de cidadã idosa, conforme relata a seguir:

aqui no nosso curso a gente estudou (sobre os direitos dos idosos)... sim, né... tivemos até uma reunião no início de março com o pessoal da promotoria, com todo mundo... veio de fora, veio da cidade, mais os grupos da terceira idade... vieram aqui, o grupo da Unisc fez aqui... tá bem por dentro dos seus direitos. (Simone, 63 anos).

A análise das entrevistas evidencia o receio em aceitar a velhice e as mudanças na aparência física, decorrentes deste processo. São falas que espelham o estereótipo de velhice como final de uma vida, na qual, mesmo aos 60 anos, já esperam a morte chegar.

ao 60 só é ruim porque tu sabe que encurta a vida né...daí tu já passou mais que os 45%... eu sempre acho assim, se eu chegar nos 80 eu já to feliz da vida... o meu pai morreu com 84, minha mãe tem 85 e tá viva... então... se eu chegar nos 80... bah... porque eu não tenho medo da morte... tenho medo do sofrimento... porquê da morte não. (Cézar, 61 anos).

cara, pra mim foi assim... foi um baque, por que é... pra mim sempre foi um negócio assim, como se fosse... vamos dizer assim, um andar vamos dizer assim... já penso assim agora... só não quero morrer antes dos meus pais, que eles são vivos né... não é que eu queira morrer... mas... pra mim tá bom, pô chegou em 60 cara... tá ótimo né... pena não estar estabelecido financeiramente... se eu tivesse não iria um dia pro serviço [...] mas é interessante, os 60 pra mim... foi assim, vamos dizer... ah, alcançou 60, tá bom, não desisti, mas sou grato por isso. (Mário, 61 anos).

O declínio das condições físicas também é citado com um aspecto negativo, e Frida, 61 anos, relata o conflito de quem observa o declínio de algumas condições físicas, e já considera intervenções estéticas para compensar o processo natural da idade. O trecho a seguir reflete o pensamento de Yokomizo e Lopes (2019) para quem a exaltação da juventude, tão propalada nos meios de comunicação, implica em uma dificuldade do sujeito em assumir-se como velho, e viver a experiência de papéis significativos na velhice, para além daqueles expressos em imagens pejorativas:

ah, vou te dizer assim, ó... eu... eu fico assim meia assim que eu envelheci... que eu envelheci... porque começa a cair tudo né... já pensei em botar botox no rosto... começa a cair tudo [...] tu vai ver... tu perde tudo que tu tinha de bonito no teu corpo... tu perder... daí tu te olha no espelho assim... tu perde... mas aí tu tem que reagir... sabe... só que muito assim... muita vaidade naquilo ali tu perde... tu vai pra praia tu bota um amigo... aí um biquíni... sabe... é brabo, não é fácil... e aí tu quer botar uma coisa... um preenchimento assim, mas pra que... tem que encarar... meu filho bota eu muito pra cima... ele diz... mãe tu tá inteiraça ainda... o pai tá um caco... mas antes... agora de manhã eu ainda fiz assim ó (mão no rosto) pra esticar sabe... botar uma coisa no rosto... vou falar com a médica... mas daí não adianta eu arrumar aqui (passa a mão pelo rosto e corpo) e não arrumar aqui (cabeça)... tem que arrumar o resto... e aí... nunca fui numa academia... nunca fiz nada... pra agora tá durinha... saradinha... né... vou esperar o que... cair tudo... cair tudo mesmo. (Frida, 61 anos).

Embora a sociedade esteja iniciando a segunda década do século XXI o relato de Beauvoir, na obra seminal *A Velhice* (2018), publicada originalmente, em francês, em 1970, é contundente quando a autora afirma que o adulto se comporta como se não fosse ficar velho nunca, que a velhice aparece como uma desgraça. Talvez isto explique a rejeição aos termos “idoso” e “velho” que aparecem explicitamente na fala dos entrevistados com um sentido de negação a esta fase da vida ainda carregada culturalmente de estigmas negativos (CAMARANO, 2004; MERCADANTE, 2009). Em dado momento, uma entrevistada se manifestou categoricamente dizendo “*Não gosto quando falam idosos.*” Por conseguinte, quando questionada qual seria o termo mais adequado para designar às pessoas com mais de 60 anos, a entrevistada Ana respondeu “*não sei...tinha que ter um meio termo*”. Em seguida sorri, um pouco nervosa, e se ajeita na cadeira para continuar a conversa.

Esta visão negativa sobre o envelhecimento talvez influencie para que algumas pessoas entrevistadas não se reconheçam como velhos.

não, não, não senti ainda na pele (o que é ser idoso)... isso pode até ser que um dia ainda... talvez um dia eu precise (fazer uso dos direitos de idoso), mas não sou muito (idosa) assim. (Ruth, 68 anos).

tô com 69... olha pra mim, eu não me sinto como se dizia, quando era mais nova... é velha né... eu não me sinto velha, primeiro por que a minha cabeça não é de velha. .. eu me envolvo, tenho muitas atividades... não só pra ver meus filhos, eu viajo pra fora.. pra Europa eu já fui algumas vezes, então assim ó, eu gosto de viajar, gosto de conviver com outras pessoas, de fazer amizades, não me sinto... tanto assim. (Ângela, 68 anos).

Um dos motivos para esta rejeição pode ser encontrado em Mercadante (2009, p. 38) ao explicar que as pessoas idosas não se sentem incluídas no modelo

ideológico da sociedade, que enxerga a velhice como o fim da vida, um período de dependência e improdutividade. Para a autora, culturalmente a “identidade de velho constrói-se pela contraposição à identidade de jovem; conseqüentemente, há também a contraposição de qualidade: atividade, produtividade, beleza, força, memória, etc.”. Logo, uma vez que os entrevistados ainda se reconhecem ativos, seria até natural não se reconhecerem “idosos”.

Nesse sentido, é possível perceber que permanece uma rejeição ao termo idoso, muitas vezes associado a palavra velho, que remete a algo sem significado, sem serventia.

acho que... sessenta anos há trinta e quarenta anos atrás era... bem... (chamado de) idoso... hoje em dia não é mais... hoje tem tanta gente com essa idade aí... e o que é daí? Só não é idoso... (risos) é véio (risos). (João, 68 anos).

Não gosto quando falam idosos... não (com ênfase) eu não acho bom (ser idoso), porque eu fico pensando... na idade que eu tenho... sabe... tu entende o que quero dizer né... daqui a pouco vou ter setenta (suspira fundo) sabe... isso... isso mexe com a gente, neste sentido... não sei se tu me entende... por que eu sempre tive assim aquelas coisas de... aquilo tem que fluir, eu tenho que fazer uma coisa... daqui a pouco tu não... é... (Ana, 67 anos).

Assim, foi verificado, mais de uma vez, que os sujeitos entrevistados não se veem como velhos, e que tampouco associam sua faixa etária a um comportamento de uma população envelhecida. Do mesmo modo, é possível perceber que os entrevistados não se reconhecem dentro do estereótipo tradicional do idoso. Uma vida ativa, conforme já mencionado anteriormente, pode ser um dos fatores que ajudem a entender esta questão. A esse respeito três entrevistados dão sua opinião.

tem gente aí com 50 e pouco que parece mais velha que eu... fui num velório esses dias dum tio meu, tinha 97 e anos, mas tem uns colega meu, uns tem 50 e pouco, mas não dá nem pra dizer que tão vivo. (Manoel, 64 anos).

não, eu não...outro dia ainda tava rindo de mim um cara de quase 70 ano e outro dia tava na ponta da torre lá... tem uma cruz na igreja lá no Paredão lá em cima... eu reformei aquela igreja faz uns três anos e tava lá de novo. (Caetano, 66 anos).

eu me sinto novo (ênfase)... velho é depois que cair os pedaços e não poder caminhar mais... aí sim, aí eu posso dizer, agora tô virado num caco, mas enquanto eu puder fazer minhas atividades, dar uma caminhada, pescar, me divertir, jogar um bingo, sou novo... ah, não me entrego por pouca coisa não... me entregar só se o Véio (aponta o dedo para cima) dizer assim ó...

tu tá virado num caco, ou tu te entrega ou vou te levar... mas antes não, se eu puder fazer eu faço. (Milton, 65 anos).

E também há aqueles que já reconhecem um novo jeito de se viver a velhice na contemporaneidade, inclusive com um reconhecimento sobre a cidadania na velhice. Assim, alinhados com o pensamento de Ferreira (2019), é fundamental o sentido de pertencimento a sociedade, nos seus distintos contextos e escalas, com a capacidade de gozar de direitos. O depoimento de Ruth, 68 anos, traz uma nova percepção em relação ao envelhecer nos dias atuais. Ela acredita que atualmente os idosos já são mais considerados que antigamente, e sinaliza como um avanço a participação dos 60+ nos grupos de convivência, e em usufruir seus direitos. É possível fazer uma aproximação desta fala com aquilo que Sen (2000) chama de o fim último do desenvolvimento, ou seja, o bem das pessoas. Isto está associado à liberdade, à potência pessoal de conseguir a vida que se deseja racionalmente. Nesse sentido:

eu até fico feliz que eles (idosos) hoje em dia já são bem mais considerados do que antigamente... velho tinha que ficar só em casa [...] hoje até tem um manual dos direitos dos idosos. então eu acho... assim, uma coisa muito positiva né... então, como hoje em dia tem aqueles grupos né... pessoas que não são muito de sair de casa... já tão assim mais aproveitando o que eles tem de direitos. (Ruth, 68 anos).

Esta percepção de Ruth pode ser associada ao argumento de Camarano (2004) para quem a geração dos idosos *baby-boomer*¹² viria a desfrutar dos avanços da ciência e das mudanças culturais. Nas palavras da autora “o idoso se tornará cada vez mais um ator político, aumentando a sua representatividade política nos governos, no Poder Legislativo, na sociedade civil organizada etc.” (CAMARANO, 2004, p. 592).

A preocupação em manter uma rotina de aprendizados, também, aparece nas falas dos entrevistados. As atividades para manter a capacidade cognitiva funcional são as mais variadas: de aula de idiomas, palavras cruzadas, até cursos específicos através do computador e em escolas especializadas em exercícios para o cérebro. O hábito de fazer palavras cruzadas, jogos eletrônicos, leituras e mesmo jogos variados foi apontado como “bom para cabeça”:

¹² A fim de preservar o tom preditivo expresso pela autora e acentuar o contraste entre o contexto socioeconômico no qual estavam inseridos os idosos em 2004, período em que Camarano organizou a publicação “Os Novos Idosos Brasileiros Muito Além Dos 60?” e a percepção da entrevistada optou-se por utilizar o futuro do pretérito ao citar o pensamento da autora nessa passagem.

de noite eu prefiro ler e fazer palavra cruzada para movimentar a cabeça. (Carlos, 66 anos).

faço palavra cruzada... isso aqui guardei do jornal (mostra pilha de jornais)... uma vez tirei todos os negócios de palavras cruzadas... de 2009... tenho um monte ali... às vezes só uma não chega (risos) faço antes do meio dia... ajuda a cabeça. (João, 68 anos).

eu gostava muito de um joguinho de cartas dali (do computador)... e o dominó, mas não o dominó comum que a gente conhece aí, o dominó mexicano, muito bom, e pra (aponta pra cabeça) pra cabeça, ele é muito bom pra cabeça o dominó mexicano. (Celso, 65 anos).

mas ele (professor de informática) disse vocês não imaginam a diferença que faz vocês saírem da rotina, né [...] então esse curso de novo que é a mesma coisa de inglês né... procuro... e daí o que eu faço... eu leio o livro e faço um resumo... depois de um tempo... bah esse livro eu li. (Ruth, 68 anos).

A respeito do depoimento de Celso, que se vale de jogos eletrônicos, como estímulo às atividades cognitivas, é oportuno recorrer a Cardoso, Landenberger e De Lima Argimon (2017, p. 134) que, após revisão sistemática de artigos empíricos, amparados pelo método de PRISMA, concluem que, de fato, os “jogos eletrônicos são capazes de gerar aprimoramento cognitivo tanto em idosos saudáveis, como em idosos com declínio cognitivo.” Todavia, ressaltam os autores que ainda “não se sabe ao certo se estes benefícios são idênticos em quantidade e qualidade em todas as faixas etárias”. Por fim, ressaltam a importância de continuar o aprofundamento dos estudos, face ao caráter heterogêneo dos indivíduos e do processo de envelhecimento.

4.3 Relação 60+ e internet

Esta é a categoria central deste estudo. Ela congrega o conjunto de falas dos entrevistados que expressam a sua relação com a internet. Foi possível identificar três subcategorias principais sobre as quais discorre-se a partir de agora. São elas: motivadores para a internet e relação com tecnologias; hábitos de uso; e percepção sobre a internet. É importante destacar que predomina o acesso pelo *smartphone* e, não foi raro perceber, que os idosos faziam certa confusão entre meios e fins, uma vez que é comum, em algumas falas, entenderem o aparelho celular (meio) com o próprio acesso à internet (fim). Isto faz com que surjam falas como a de Milton, 65 anos, na qual qualifica a internet, mas se referindo ao telefone celular:

isso aí vou te dizer, tem uma coisa que como vou dizer pra ti, o cara que inventou isso aí é... muita cabeça... é bom celular... eu gosto de celular. (Milton, 65 anos).

O pensamento de Mantovani e Justo (2016) sobre o acesso à internet pelos idosos poderia representar bem o conteúdo de algumas análises que compõem esta categoria. Segundo os autores:

(...) os idosos querem entender o seu processo de envelhecimento e buscam nos meios digitais informações a respeito da sua saúde, de hábitos e alimentação saudável, tratamentos para doenças, assuntos de interesse pessoal. (MANTOVANI; JUSTO, 2016, p. 14)

Acrescentam os autores, ainda, a importância que os idosos dão às redes sociais para ficarem próximo de seus familiares, reencontrar amigos e fazer novas amizades. Em relação aos motivadores que impulsionaram os entrevistados a terem contato com a internet e sua relação com as tecnologias é possível analisar que a família tem grande influência neste processo de inclusão digital. Cecília, de 64 anos, conta que foi a viagem de férias da filha e do genro o disparador para que substituísse seu telefone “celular pequeno” por um aparelho com acesso à internet:

mas eu, eu me obriguei (a usar a internet)... daí, meu genro e minha filha eles foram viajar para Bahia... e disseram que “tu, com o teu celular pequeno, tu não pode ficar... tem que comprar um outro para...” daí eu via tudo... eles sentados, onde que eles paravam nos hotel e coisa...eles sempre diziam “olha estou com muita saudade, sogrinha, de tomar um chimarrão” (risos e mais descontraída). (Cecília, 64 anos).

Relatos semelhantes são feitos por Elis, 69 anos, e também por Frida, de 61 anos. No caso delas, os filhos se mudaram para outros países, a trabalho. Então, em função da distância, que impossibilitava a manutenção do relacionamento pessoal, o acesso à internet, através dos *smartphones*, possibilitou a manutenção do contato:

(uso) por que a minha filha foi morar lá (Argentina)... daí ela me deu o telefone para a gente conversar. (Elis, 69 anos).

olha eu vou te dizer bem a verdade... eu gosto... mas se meu filho não morasse do outro lado do mundo eu não ia ter... (silencia) (Frida, 61 anos).

Em pesquisa publicada por Foletto, Fiepke e Wilhel (2018), que investigam os usos da internet como meio de comunicação e fonte de informação por idosos do

município gaúcho de Frederico Westphalen, os autores destacaram que a família, “mais especificamente os filhos, que já estão inseridos há mais tempo em uma realidade midiaticizada, são um dos maiores propulsores que conduzem o idoso ao anseio de inserir-se também nessa forma de comunicação e informação”. (FOLETTTO; FIEPKE; WILHEL, 2018, p. 516).

Foi encontrada situação semelhante, a descrita no estudo, ao entrevistar os idosos jovens da cidade de Santa Cruz do Sul. Constatou-se uma pressão dos filhos para que os pais se atualizem em relação as tecnologias de informação e comunicação e possam desfrutar dos benefícios da transformação digital. Destacam-se algumas falas:

porque eu nem ia entrar nessa internet, mas daí a minha filha... isso já faz uns cinco anos... “pai tu tem que comprar um celular moderno”. (César, 61 anos).

não, não queria... celular até... meu celular... eu sempre tinha um pequenininho... aí meu filho, como meu filho ele trabalha na Unisc ele disse “pai tu tem que te atualizar pai... tu pode pegar muitas novidades”... e eu... “filho isso não é assim, tu estudou pra isso e a geração mais velha não tem essa facilidade, como é que um velho vai aprender isso”... “não pai... tu aprende... tu vai ver que dá pra fazer tanta coisa... tu vai aprender... tu vai pesquisar coisas”... aí ele sempre me dava umas aula. (Caetano, 66 anos).

É fundamental concordar com Mantovani e Justo (2016, p. 14), quando dizem que o acesso à internet influencia os mais velhos de tal modo que “sua motivação, autoestima e qualidade de vida melhoram, porque eles sentem-se mais úteis e importantes, integrados ao contexto da cultura digital”, uma das características da sociedade contemporânea. Dellarmelin e Froemming (2015, p. 2) seguem a mesma linha ao ressaltar que “as comunidades online podem auxiliar e trazer diversos benefícios para a estimulação das pessoas idosas, conseqüentemente fazendo com que se sintam parte integrante do novo estilo de sociedade.”

Neste sentido, foi possível identificar algumas falas que refletem o comportamento de quem experimentou a internet como forma de inclusão social:

ah, por que todo mundo tinha... daí também comprei né (risos). (João, 68 anos).

com as conversas da gente... uma dizia, bah, tu não viu isso, tu não viu aquilo, então a gente quase se vê no... como vou dizer, obrigada. (Ruth, 68 anos).

não, no começo não (tinha internet) né, aí depois sim... aquela coisa né... todo mundo tem, então também tinha que ter... então comprei um... também... depois usei no escritório, daí já foi com internet né. (Celso, 65 anos).

Segundo Leitão, Gaige, e Siqueira (2019) as novas tecnologias de informação e comunicação dispensam um capital cultural específico, como o ensino formal, por exemplo. Os desafios se apresentam, então, no campo sensorial e cognitivo. Uma vez “na rede”, as dificuldades de operacionalização se manifestam de tal modo que se faz necessária uma rede de apoio. Nota-se que tal suporte é constituído basicamente por familiares, conforme alguns relatos a seguir:

foi o filho que ensinou... e mais estudando... eu não sabia nem escrever, digitar e coisa... ele mora aqui do lado... minha esposa também, ela já tinha um... então ela entende um pouco mais que eu... e a gente vai se virando né. (Carlos, 66 anos).

as vezes eu me aperto daí tem que pedir ajuda pros filhos... a minha filha e meu filho... minha nora também as vezes me mostra alguma coisa né. (Clarice, 67 anos).

daí já entrei no messenger, no whatsapp, eu fui entrando... qualquer coisa ia lá e perguntava pro meu guri, como eu faço... não, tu entra em configurações, vai lá, coisa e tal... só toma cuidado pra não abrir... alguns sites... que esses sites aí tem né... são perigosos coisa e tal... me ensinava a pegar tudo... e fui pegando, fui pegando. (Oswaldo, 68 anos).

Embora em um processo de alfabetização digital, dirigida ao público idoso, se recomende que aquele que ensina necessita ter consciência de uma metodologia de ensino, adaptada a realidade de cada um, de modo que seja possível desenvolver integralmente o aluno com mais de 60 anos (MILANÉS; HERRERO; HERNÁNDES, 2016), o cenário de aprendizagem na família está longe desta realidade. No caso de Alberto, 64 anos, o seu “professor” é o filho mais novo, que não tem paciência para explicar repetidas vezes ao pai:

daí eu acessei por que ele me ensinou... pai, faz assim, às vezes ele ia pro colégio... errava uma coisa e não sabia voltar... eu tinha que esperar ele chegar do colégio... “bah, pai”... “ô filho... o pai paga aula de inglês pra ti, paga o colégio... tu não vai ensinar o véio”... “tá bom, senta aqui”... daí passa tempo... “mas pai já te ensinei isso”... é... eu tenho mais dificuldade de acertar...né. (Alberto, 64 anos).

Cada pessoa 60+ tem a sua forma de aprender a navegar na internet. No caso de Simone, 63 anos, o “manual” elaborado pela filha e registrado em uma

agenda foi fundamental para a expansão das capacidades da idosa. Situação semelhante é descrita também por Frida, 61 anos.

a minha filha deixou um... numa agenda... tudo assim, aperta em tal botão pra iniciar, vai em tal lugar pra fazer isso... me deixou um diário de bordo assim, né... e foi por ali que eu ia né. (Simone, 63 anos).

ali no caderno tá... a minha sobrinha vinha aqui... daí ela falava no telefone... eu anotava... isso, isso e aquilo ali... daí eu... tudo anotadinho... ela anotava numa agenda... quando eu comecei a dar os primeiros... sabe... os primeiros passo. (Frida, 61 anos).

Uma questão que merece destaque é o distanciamento das pessoas idosas em relação ao uso do computador, como ferramenta de acesso à internet. São entendimentos formados a partir das experiências que tiveram com estes recursos ou baseados em crenças limitantes. Existe, por exemplo, pessoas como Clarice, de 67 anos, que relata que, após ter algumas experiências negativas com o computador, agora se ressentida de continuar operando neste dispositivo pois acredita não ter capacidade:

eu tenho as vezes tenho medo de mexer muito pois acabo apagando o que não é para apagar (risos) esses tempos não sei o que que fui mexer e apaguei todas as fotos que eu tinha. (Clarice, 67 anos).

Também é possível notar aqueles que nunca utilizaram um computador, seja por falta de oportunidade ou por receio, e que atribuem a este um status de maior complexidade, como se um desafio mais difícil ainda a ser vencido, como se percebe na fala de Malala, 60 anos:

a filha até que tem notebook, a outra, que é casada... nem sei como ligar (risos)...mas um dia chego lá. (Malala, 60 anos).

não, nunca mexi (no computador), eu entendo alguma coisa de ligar, desligar e coisas assim, mas pra mexer mesmo em computação, não. (Oswaldo, 68 anos).

Ainda é possível observar que mesmo aqueles, que já operavam no computador, passaram a navegar a partir do telefone celular, que tem uso um pouco mais intuitivo e um número bem menor de operações, em relação ao notebook ou desktop. Os relatos de Manoel, 64 anos, e Frida, 61 anos, evidenciam este momento de transição.

tinha o notebook, não tinha celular na internet aquela vez... depois eu dei para o meu neto... comprei o celular... e fico só no celular. (Manoel, 64 anos).

nana, nunca mais abri (o notebook)... não sei sabe... faz anos que foi formatado, tinha um pequeno também e um grandão também... tão ali dentro. (Frida, 61 anos).

Estas realidades estão alinhadas com os dados da pesquisa TIC Domicílios 2018, produzida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.Br), vinculado às Nações Unidas e ao Comitê Gestor da Internet no Brasil. Segundo a pesquisa, o telefone celular é o meio de acesso a internet por 91% dos entrevistados com mais de 60 anos, enquanto que, do universo da amostra, apenas 41% declararam navegar através do computador. Isto indica um número cada vez mais reduzido de usuários que acessam a internet através dos computadores, independentemente das preferências dos usuários. O estudo aponta que o fator socioeconômico é principal motivador, uma vez que a população de baixa renda não possui recursos para utilizar múltiplos dispositivos, como acontece nas classes mais elevadas.

Uma possível justificativa aparece na fala de Caetano, 66 anos, que não percebe diferença entre as ferramentas:

só (uso o note) por curiosidade aí, eu olho... isso também tem aqui (aponta para o celular). O que aparece ali (notebook) também aparece aqui (celular). (Caetano, 66 anos).

Já para Cássia, 69 anos, existe vantagem em navegar pelo notebook, ao invés do telefone celular. Segundo ela,

às vezes no computador é mais rápido que no celular, no celular nem sempre pega tão bem, é tão rápido. Tenho um notebook, ele fica no escritório. (Cássia, 69 anos).

Porém, ela mesma admite não depender muito de tecnologias, embora receba advertências das pessoas com quem convive, para estar mais atenta para atender as mensagens do celular:

(respira fundo) sou uma pessoa que às vezes chega de tardezinha e não peguei meu celular na mão... não carrego... as pessoas me xingam... mas eu não sinto essa necessidade... não preciso disso, sabe... e hoje por exemplo, era meio dia meu celular tava dentro do meu quarto na bolsa e não tinha pego ele ainda. (Cássia, 69 anos).

Por outro lado, observa-se que algumas falas que vão em direção contrária. É o caso de Malala, 60 anos, e Milton, 65 anos, que revelam o apreço pelo dispositivo que lhes dá acesso à internet. Ela confessa manter o aparelho sempre consigo. Já ele, embora afirme “*não ser muito de celular*” checava constantemente o aparelho durante a entrevista.

ih, tá sempre comigo (o celular), é muito difícil (não estar). (Malala, 60 anos).

não, eu... tem dia que eu olho, agarro e me sento e fico olhando ele... mas dá uma duas horas eu desligo, aí eu paro né... não sou muito. (Milton, 65 anos).

Apenas João, 68 anos, tem um posicionamento mais conservador e restritivo em relação à adoção de novas tecnologias. Embora navegue pela internet, através do computador, ele não se convence de que é necessário um *smartphone*, por exemplo.

por que eu preciso celular (postura defensiva) eu tenho telefone comum... residencial... que pra mim o que precisa tem ali. (João, 68 anos).

No que tange aos hábitos de uso, é possível perceber o quanto as pessoas idosas utilizam as ferramentas digitais, para manter o contato com familiares e sustentar vínculos de amizade, conforme apontado por Mantovani e Justo (2016). Acontece até mesmo de iniciarem novas amizades com pessoas que sequer conhecem fora do ambiente virtual. O depoimento de Caetano, 66 anos, expressa bem esta questão dos vínculos sociais, apontado pelos autores, e também evidencia que o principal tema de interação com os familiares para ele é o “*bom dia, como que tá*” através das plataformas do WhatsApp e Facebook.

bah, mensagem do whats, as mensagens da... das minhas prima que moram em Porto Alegre, tem os amigos também... mais “como que tá”, manda no whats (olhando pro celular como se falasse de alguém), minha nossa, de manhã quando eu levanto já tá... parece que todo mundo já botou alguma coisa... o que eu mais ocupo é o whats, o telefone em si né, o Face (pausa) e o que mais, tiro umas fotos, tenho os meus contatos de pessoas tudo né, várias pessoas... (fala com o telefone na mão, abre a tela de contatos e fica falando olhando para a tela enquanto desliza o dedo) várias pessoas. (Caetano, 66 anos).

O relato de Oswaldo, 68 anos, também retrata o contato com a família a partir do “bom dia, boa tarde” e a experiência de quem dispõe do acesso à internet como forma de entretenimento:

eu uso mais pra me entertar mesmo e pros grupos assim, quando a gente vai pros grupos (de convivência), fico olhando o Face, mandando mensagem, olhando... tenho família que mora na Argentina, né... tenho um irmão que mora na Argentina... é... e aí eles... as sobrinhas todas, manda todas um bom dia, boa tarde, e coisa e tal né [...] é difícil o dia que não dá bom dia, boa tarde... e aí fica muito bom né, a gente fica ali, entertido, com os amigos então, só de mensagem de parente, de parente, da casa, eu acho que deve ter umas setenta, mensagem, só os parentes, sobrinhos e primas e cunhados, tios, no mato grosso tem a família toda das minhas irmãs, né, agora duas são falecidas (passando o dedo na tela do celular enquanto fala) meu cunhado é vivo ainda... já faleceram, então eles, meus sobrinhos de lá também, “bom dia tio”, “como que tão aí”, mandam mensagem, boa tarde, boa noite, mandam orações. (Oswaldo, 68 anos).

Outro dado interessante aparece na fala de Malala, 60 anos, quando compartilha a importância que atribui ao reconhecimento dos seus amigos, expresso através das “curtidas”.

ah, (gosto de postar) fotos... um bom dia, boa noite, boa tarde... essas coisas (risos) e daí tem os amigos assim, eles também postam, eu curto as postagens deles... eles os meus... e a gente vai se entertendo né... mas é, eu posto as coisas assim, eu gosto de olhar quantas curtidas e essas coisas assim. (Malala, 60 anos).

Segundo Deters e Mehl (2013), as atualizações de status em redes sociais como postagens de fotos podem aliviar a sensação de solidão. Em estudo no qual avaliam os hábitos de uso de cento e duas pessoas, da universidade americana do Arizona, os autores concluem que estas publicações de conteúdo chamam a atenção para o usuário e podem, conseqüentemente, motivar os amigos a iniciarem interações sociais.

Da mesma forma, identificou-se, nos depoimentos dos entrevistados, o hábito de utilizar aplicativos de conversa como WhatsApp ou Messenger para fomentar as interações sociais como pode ser observado nos trechos a seguir:

eu tenho os grupos de amigas, no... como é que eles dizem... aquele... o zapzap aquele (demonstrou constrangimento por não saber o nome do aplicativo)... ali eu tenho bastante. (Cecília, 64 anos).

eu, mais eu to no zap que eles diz... é, daí eu mando um mensagem, daí outro hã... tem os grupo... é... aqui do CTG, e dai hã... tem o da ginástica. (Cecília, 64 anos).

o meu celular... ah... tem bastante grupo... de... grupo não... whatsapp pra gente se comunicar... tem grupo da família... e um grupo de veteranos do 28 que eu participo, Grêmio Esportivo 28 de Setembro, então pra gente dizer se tem jogo ou não tem, pra fazer reunião e esse tipo de coisa né. (Alberto, 64 anos).

As falas destacadas reforçam a potencialidade da internet e o impacto positivo que esta tecnologia de informação e comunicação gera no cotidiano dos idosos. A propósito, em um estudo que analisa a experiência de alfabetização digital, das pessoas cubanas com mais de 60 anos, que frequentaram as aulas no Palácio Central de Computação e Eletrônica, em Havana, Milanés, Herrero e Hernández (2016) concluem que o acesso as TICs oferece benefícios à população mais velha, tais como: ampliação das capacidades de interação social, cultural e entretenimento. Além disso, também é possível concordar com os autores quando afirmam que o acesso às tecnologias possibilitam que estas pessoas qualifiquem seu desenvolvimento individual e social, bem como otimizem sua qualidade de vida.

Para os pesquisadores Bolzan e Löbler (2016), além de elevar a autoestima dos atores envolvidos, o acesso as TICs possibilita que se tornem mais seguros frente à família e à sociedade. Na publicação em que investigam o processo de inclusão digital – de jovens, adultos e idosos – os autores ponderam que “trata-se de uma reconquista da atenção da família, principalmente dos filhos e dos netos, e de seu espaço na sociedade.” (BOLZAN; LÖBLER, 2016, p. 145).

O uso da internet revela-se, ainda, com um aspecto informacional, segundo o depoimento dos entrevistados. Se até então ficou evidente a influência da família, para que entrassem no mundo digital, foi possível perceber que eles mesmos ampliaram seu acesso às informações, disponibilizadas na rede, a partir do momento que ingressaram nela, principalmente buscando notícias seja no âmbito local, regional ou global. Segundo Carneiro (2018, p. 44) o processo de “busca e uso da informação indica uma atividade construtiva de sentido para as situações de mudança pelas quais a pessoa passa para solucionar problemas”. E a partir do momento em que os idosos dispõem de uma ferramenta, capaz de incrementar suas capacidades informacionais, o ato de navegar na rede possibilita o preenchimento desta lacuna de sentido.

No caso de Celso, 65 anos, foi o alto custo da assinatura do jornal impresso que fez com que ele migrasse para a plataforma digital, do próprio jornal, e também para a plataforma do Facebook.

por aqui... (aponta para o celular para explicar sobre como se informa) leio o jornal... a Gazeta tava muito caro e eu cortei... já faz três anos... era muita porcaria... porcaria não, desculpe... era muita propaganda... e essas coisas aí... aí eu olho por aqui (celular)... no Face, aí abre ali a... Gazeta, por exemplo, uhum[...] ou então eu olho por aqui... quando tô com este treco (notebook) aberto aqui... tenho Face aqui... aí então eu não gasto ali (risos)... tem em casa também. (Celso, 65 anos).

Oswaldo, de 68 anos, é outro que se informa pelo jornal local para saber as notícias da região. Mas já amplia seu repertório para portais de amplitude nacional e outro com cobertura regional, no Paraná, onde moram alguns de seus parentes.

ah, isso é pelo portal Gaz... tem aqui, tem o jornal da Globo também né... tenho tudo conectado, aí a gente abre aqui o celular e já tem o portal Gaz direto... tudo pelo celular, aí eu abro aqui (mostrando no celular), tem todas as notícias do dia aqui, o que aconteceu... batida de carro né... depende, uma hora já tô com tudo no celular aqui... ontem por exemplo, deu dois acidentes lá no Paraná né, aí eu abro aqui... é, como é o nome do site agora... agora não lembro (tentando mexer no celular) não sei se vai abrir agora... ah, eu fechei aqui... não vai abrir... aquele ali... lá do Paraná... não sei como... eles põe na hora tudo os acidentes... eles fazem na hora, eles tem reportagem na hora... fazem tudo, as vezes meia hora. (Oswaldo, 68 anos).

Há ainda aqueles que preferem a própria plataforma do Facebook como fonte de informação. Embora a rede social não produza conteúdos, servindo como um portal em que outros veículos de informação divulgam a sua cobertura, vale observar que, na percepção de Elis, 69 anos, é o próprio “Face” quem cumpre este papel.

(me informo) no Face né... ah, tem bastante notícia ali né... sobre as pessoas, acontecimento, coisas boas, coisas ruins a gente já passa né. (Elis, 69 anos).

Embora um tanto quanto extenso, o depoimento de Mário, 61 anos, evidencia uma busca de informações pelas dimensões verticais do território. O entrevistado relata uma rotina que consiste em buscar as notícias da região, depois amplia para a cobertura estadual e segue para portais de notícia pelo mundo.

primeiro começo com as notícias locais... né... dou uma olhadinha nos sites daqui... Gazeta... Riovale... pra saber se tem alguma coisa interessante da região... e depois eu vou pros... pros... gaúchos daí né... Zero Hora e Correio do Povo... dou uma lida ali... se tem alguma notícia que me interessa, e depois vou nos nacionais... daí dou uma olhada no Stern, que é alemão [...] e às vezes eu olho El País do Uruguai... um tempo eu andava lendo... o... a... La Tercera do Chile... umas notícias, mas basicamente eu olho todo dia um site alemão, daí um outro, tem outros que é Deutsche

Welle, é muito interessante... tinha um tempo eu ouvia muito DW agora eu ouço menos... que a DW você pode ouvir como pode assistir também né... e eles tem muita notícia... que a notícia deles é do mundo inteiro... e muitas algumas vezes sobre o Brasil... ela é um notícia com um olhar diferente... um olhar mais crítico... olhar de fora... então DW eu também ouço às vezes, mais ouço do que leio... por que eles já repetem as notícias. (Mário, 61 anos).

A utilização de outros meios de informação, como o rádio e a televisão, em conjunto ou em complemento a navegação na internet também é citada pelos entrevistados:

eu... primeira coisa de noite, quando eu tenho... nós temo o note também... a muié não usa muito... aí eu pego o note... abro... olho, primeira coisa que eu olho é a notícia... eu olho... primeira coisa é a notícia... daí eu olho... como a gente não fica sabendo... de manhã eu escuto rádio, claro... de manhã... eu... levanto... passo na frente do rádio... primeira coisa já ligo o rádio... daí vou no banheiro, volto do banheiro... faço... esquento a água, faço chimarrão, aí eu fico escutando rádio. (Caetano, 66 anos).

(me informo na) TV... (rindo, põe a mão no bolso e pega o celular)... Portal Gaz e... (erguendo o celular) tem tudo aqui. (Manoel, 64 anos).

Os depoimentos destes entrevistados refletem o que pontua Carneiro (2018), após realizar uma investigação sobre as competências de informação das pessoas 60+ residentes no município de Fortaleza, Ceará, no uso de tecnologias digitais. Em sua pesquisa a autora constatou que os entrevistados, em sua maioria, concebem a relevância da informação como parte da dinâmica da sociedade contemporânea.

Segundo Pinheiro (2012), em artigo no qual realiza uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen, em geral, as fontes de privação das liberdades individuais, como o analfabetismo ou a falta de educação, “podem provir da falta de oportunidades, dos processos inadequados ou de ambos”. (PINHEIRO, 2012, p. 18) No depoimento de Alberto, 64 anos, a internet se apresenta como um canal para expandir suas capacidades. Embora tenha sido privado da oportunidade de cursar o ensino superior, ele busca na internet os conhecimentos complementares que podem preencher lacunas relacionadas à falta de conhecimento. Desta forma:

a internet, por exemplo... quando tu vai procurar... tem muita coisa que não é... tu saber distinguir o que é certo ou errado, daí vai do autoconhecimento teu... por que eu hoje com 64 anos eu tenho o segundo grau completo... tentei fazer o vestibular duas vezes... não deu... eu parei... mas, o que eu sei eu sei... agora o que eu aprendi no colégio e agora eu com 64 anos eu vou procurar na internet... eles dizem uma coisa, pela minha vivência eu já

sei, olha isso não é certo, mas às vezes na dúvida tu vai lá e procura... ó, não tava certo, não é o que tão falando. (Alberto, 64 anos).

O aposentado, entretanto, reforça a importância de uma análise crítica para ajudar a discernir o tipo de conteúdo que é consumido. A propósito, em respeito ao fato do acesso à informação, através da web, percebe-se uma preocupação relacionada às *fakenews*, uma temática que ganhou espaço nas rodas de conversa após às eleições americanas de 2016, e que também pautou o ano de 2018, no Brasil¹³. Os posicionamentos expressos pelos entrevistados se dão no sentido de que é necessário manter um olhar crítico sobre aquilo que se recebe, avaliando se é uma informação verdadeira ou falsa antes de compartilhar.

então às vezes a gente tem que peneirar um pouco... como a gente lê, vê, escuta no rádio, na TV... começa a ter um... olha, isso aqui pode ser certo ou pode ser errado... eu fico neutro né, as vezes eu fico na minha. (César, 61 anos).

sim, por isso que tem que filtrar muito, tem que cuidar... cuidar pra não compartilhar uma coisa que na verdade não tem nada a ver, por isso eu digo, isso aqui não pode ser, não pode, é muita coisa... nãã não. (Celso, 65 anos).

Neste sentido, Carneiro (2018, p. 40) afirma que, uma vez que a internet se apresenta como um lugar onde as informações são acessadas livremente, é necessário “que as pessoas tenham a capacidade de usar eficientemente mecanismos de busca, assim como o discernimento para identificar informações relevantes, falsas ou incompletas”.

Com o decorrer da análise do conteúdo das entrevistas, sobre a percepção que as pessoas idosas santa-cruzenses têm da internet, foram identificados os mais variados usos feitos pelos que participaram deste estudo. Neste sentido cabe, também, ressaltar o hábito de aprender na *web* que, na visão de Alberto, 64 anos, é muito fácil:

¹³ Informações complementares sobre o impacto das fake news na sociedade podem ser acessadas nos links a seguir. **O crescimento das fake news no ambiente digital**. Disponível em: <<https://digitalks.com.br/artigos/o-crescimento-das-fake-news-no-ambiente-digital/>>. Acesso em: 26 nov. 2019; Crescimento das ‘fake news’ influencia agenda pública e requer ações. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/09/14/crescimento-das-fake-news-influencia-agenda-publica-e-requer-aco-es>>. Acesso em: 26 nov. 2019; Estudo aponta que as fake news políticas cresceram 150% em dois anos. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/estudo-aponta-que-as-fake-news-politicas-cresceram-150-em-dois-anos/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

quando tu precisa de alguma coisa... tu vai ali... tu acha com facilidade... quer saber alguma coisa... põe no Google ali... ele responde... então tu tendo isso aqui (celular) tu tem uma comunicação atualizada sempre né. (Alberto, 64 anos).

E ao falar de aprendizados, percebe-se que os relatos são os mais distintos. Também, a baixa escolaridade da maioria dos entrevistados, como já mencionado anteriormente, não se manifesta como um fator impeditivo para que utilizem a *web* como espaço de aprendizagem. Aliás, é o acesso à internet que possibilita um processo de expansão de capacidades, proporcionando aos mais velhos, especificamente, contato com conteúdos e processos de educação continuada que, como preconizam Areosa et al. (2016, p. 225) “não pode se limitar a um período particular da vida, mas deve permitir ao indivíduo que aprenda ao longo de todo o seu curso de vida.”

Foi possível verificar, então, que há aqueles que aprendem a fazer adubos naturais, caso de Carlos, 66 anos, com curso técnico profissionalizante, e os que aprendem e ensinam pornografia, como conta Oswaldo, 66 anos, que cursou até o Ensino Fundamental.

eu pesquiso muito coisas naturais né... alimentação... eu gosto de mexer na horta, então eu pesquisa época de plantio disso daquilo, podas de árvores frutíferas, vejo... tô fazendo agora um adubo natural, com casca de ovo, com banana, com café, pó de café. (Carlos, 66 anos).

isso aí, se tu bota (pornografia)... tu tem... pode pedir até pra olhar, se tu quer olhar... mas aí não tem graça né... pra mim, para outro né.. pra ti tem graça, se quiser dar uma olhadinha tem ali pra olhar... tem o Google, tem aqui... esses tempos o sobrinho disse pra mim, tio... eu entrei tio... eu entrei... lá de Sobradinho... eu entrei ali como o senhor me explicou... na pornografia pra mim ver... eu entrei tio... aí... ele não sabia o que era gay... aí eu pedi... ele achava que gay era uma mulher, há... como vou dizer, da vida... uma vagabunda... isso era gay... não, era homem com homem... aí eu disse pra ele... ah tu viu homem com homem... ele disse tio, dá nojo, aqueles barbudo se beijando (risos)... aí ele viu... aí depois eu botei pra ele, mulher com dois homem, mostrar pra ele... daí só pede assim... tu bota vídeos pornô de mulher com dois homens, ou senão bota vídeo pornô mulher com animais... daí vem com cachorro cavalo... com ovelha... esse guri tá... óia, tio, ele disse tio tu não tem vergonha na cara, tu não presta. (Oswaldo, 66 anos).

E também há quem navegue pela internet para aperfeiçoar seu ofício, como é o caso de Caetano, de 66 anos, que estudou até os anos iniciais do ensino fundamental. Ou ainda de Cézár, 61 anos, que realiza buscas sobre seus direitos de

cidadão, bem como Manoel, 64 anos, e Frida, 61, que pesquisam sobre remédios, doenças.

e de noite eu pego o note, olho a notícia primeiro, depois eu entro um pouquinho no Face, e depois se dá... se é cedo ainda... nós... oito e meia nove hora nós tamo dormindo, né... daí não tem mais ninguém... nove horas no máximo... daí depois não tem mais ninguém (acordado)... aí eu gosto muito de... de... sobre trabalhos... aí eu entro no google... e procuro como torneir madeira ou como reformar móveis antigos, como fazer um torno... essas coisinhas assim, viu... mais que eu olho é como preparar madeira que a gente tá mais por dentro... novidades assim... inventar uma máquina... eu inventei umas quantas já. (Caetano, 66 anos).

eu... quando eu vejo que eu tenho um direito... daí eu vou, pesquiso vou atrás... vou né... vejo na internet, senão alguém bota ali (internet) né... opa... chama a atenção... daí tu já pode pesquisar um pouco né... o zapzap as vez manda um recado né... daí o cara vê, mas vai ver direitinho né... não adianta tu ir lá e querer fazer uma coisa que não é tua. (César, 61 anos).

faço pesquisa sim (com ênfase e emoção)... bah, remédio, doença, que eu tenho alguma coisa... o nome... bah, faço... tudo que alguém diz alguma coisa... minha vizinha ali coitadinha não sabe... vou olhar ali... já digo pra ela... é assim, assim, assado... faço no Google... faço tudo que é pesquisa... é bem bom né... tem tudo ali. (Frida, 61 anos).

Estes trechos dos depoimentos refletem a elaboração dos pesquisadores chilenos Pinto-Fernández, Muñoz-Sepúlveda e Leiva-Caro (2018, p. 152). Os autores, após realizarem um projeto de alfabetização digital para idosos, durante o período de 2012 a 2015, no Chile, concluíram, em livre tradução, que o nível de educação formal recebido pelos participantes em potencial não deve ser um requisito de limitação ou entrada, pois, ao saber ler e escrever, as pessoas idosas podem incorporar conhecimentos sobre estes tipos de ferramentas.

A internet também tem um papel de ajudar a preencher o tempo dos idosos santa-cruzenses. Aqui, evidencia-se o uso da ferramenta como recurso para amenizar a sensação de solidão, potencializar as relações sociais e impactar a qualidade de vida, presente em estudos de diversos autores (KACHAR, 2009; MANTOVANI; JUSTO, 2016; KHALAILA; VITMAN-SCHORR, 2018). Malala, 60 anos, já demonstra certa dependência de estar conectada. Interessante notar que ela manifesta não gostar mais de ir para a zona rural, pois o acesso a internet é ruim.

isso é muito difícil, na colonha se nós vamos lá... não tem sinal, né... o tempo não passa. (Malala, 60 anos).

não tinha internet instalado aqui (na residência urbana)... era só com cartão né... e as vez terminava e aí tinha uma noite inteira... fazia uma falta já (rindo envergonhada). (Malala, 60 anos).

Situação semelhante é citada por Clarice, 67 anos. No caso da entrevistada o hábito de passar o dedo pela tela do celular representa o ato de navegar na internet. Já para Frida, 61 anos, o aparelho telefônico que lhe proporciona acesso à rede de internet funciona como uma companhia. Em destaque as seguintes falas:

minha nossa... as vezes eu, de noite, não tem nada na TV... eu fico só na... (mostra com a mão como se estivesse rolando o dedo no celular e reclina o corpo no sofá rindo e constrangida). (Clarice, 67 anos).

agora te falando bem a verdade... na minha solidão ele me ajuda bastante sabe... ele me acompanha assim... ele me... (silencia olhando para o telefone, abre vários aplicativos). (Frida, 61 anos).

Seguindo com a análise ainda é possível perceber que a internet também é utilizada, por alguns dos entrevistados, para iniciar relacionamentos amorosos. Frida, de 61 anos, e Malala, 60 anos, falam sobre o assunto e reforçam que até pode facilitar a infidelidade, como aparece no relato de Manoel, 64 anos.

eu tinha feito um coisa...entrei naquele site de relacionamento do Badoo... quase morri, daí conheci um cara de Pelotas... eu disse o cara de Pelotas... começou a falar comigo... professor de Pelotas... não sei se ele era... as vez eles mente... e eu tava me arrumando... pra sair e ele falando comigo... daí ele disse “que tu ta fazendo”... tô me arrumando pra sair... ele disse “aonde tu vai”, eu disse “vou no bailinho”, “mas então tu é uma mulher safada” (risos)... era sexta-feira, eu falei com o cara no domingo... e eu disse “mas vai te catar, o que que tu quer”... não isso aí não dá. (Frida, 61 anos).

ahã, conhece pelas internet, daí as vez a gente vai... combina na praça lá... tomar um sorvete uma coisa, só pra se conhecer né... (risos) e como tem gente assim idosa né... vamos dizer... sessenta pra cima, que tão direto no celular... isso se quer conversar, namorar ou marcar encontro né... isso sempre tem... (risos). (Malala, 60 anos).

tem que saber lidar com isso aí né... tem muita gente que não sabe lidar e entra em fria, cada uma né... eu já fui visitar... fui lá em... sem nenhum... ninguém ficou sabendo... eu fui em Ivoti, peguei meu carro... saí de manhã... fui lá em Ivoti... (pensativo) achar uma... uma amiga... risos... daí na volta... fiz tudo... deu tudo certo lá... achei ela... e daí na volta de lá pra cá... conhece Montenegro? Me perdi (risos). (Manoel, 64 anos).

Ao analisar todos estes hábitos de uso fica um pouco mais fácil compreender os relatos a seguir. Eles expressam a percepção dos entrevistados sobre a internet e evidenciam o quanto já incorporaram este hábito à sua rotina.

ah, isso já faz parte da gente... eu não sei como seria, pois se tu fica um dia sem uma notícia ou se tu não entra um dia, te faz falta, isso é uma coisa que parece que já te pertence né... se tu não conhece tu não sabe... mas a hora que tu conhece... pra tu ver como isso é uma coisa boa. (Ruth, 68 anos).

Além disso, nas falas de Frida e João, por exemplo, foi possível identificar, inclusive, uma mudança de postura quando estimulados a refletir como seria sua vida sem o acesso a internet.

é bom... que nem ontem eu fui me deitar era... meia-noite... é... e fiquei até... mais só olhando assim (com a mão no celular...) até duas horas da manhã... eu fui dormir... não... não pode tirar a internet. (Frida, 61 anos).

(se não tivesse mais acesso a internet) ia ter que inventar outra coisa pra fazer né (risos)... faz falta sim, depois que tu se acostuma né. (João, 68 anos).

A subcategoria a ser analisada a seguir compreende um dos eixos que guiam este trabalho: compreender a percepção das pessoas idosas de Santa Cruz do Sul sobre a Internet como ferramenta de expansão das suas capacidades para o exercício de cidadania. Foi possível observar que os sujeitos entrevistados possuem distintas percepções acerca da internet. As falas a seguir evidenciam visões polarizadas, que destacam, ora o lado bom desta nova mídia, ora o lado ruim da mesma. Por vezes esta dicotomia aparece na mesma resposta de um entrevistado, como é o caso de Cássia, 69 anos, que revela estar tentando reduzir o uso da Internet, porém reconhece que não consegue fazê-lo, pois percebe o valor da rede disponibilizando informações interessantes para si:

e me sinto um baita dum remorso quando eu uso porque eu perco muito tempo nessa droga... então aos poucos eu to quase deixando... quero deixar, mas tu não consegue... que a curiosidade é grande... sempre surge uma coisa interessante. (Cássia, 69 anos).

Do mesmo modo que Cássia, Frida, de 61 anos, também tem uma visão ainda em construção sobre o tema. Segundo a entrevistada, assim como a internet

facilitou sua vida, ela também contribui para desumanizar, pois as crianças se furtam do contato com outras pessoas, e estão sempre com o celular:

tem o lado bom e tem o lado ruim disso aí... porque não se comunicam mais... o lado bom é que existe a tecnologia, e o lado ruim... é que não tem mais o contato humano... isso que falta, sabe... aí acabam não conversando às vezes, não tem mais diálogo, por isso tu vê tanta coisa ruim, um desconfia do outro... daí ficam mandando mensagem, brigam... é tão fácil tu escrever aqui (no celular) e não dizer na cara da pessoa e isso se vê muito, então tem os dois lados... facilitou a vida, facilitou... mas também em certos casos desumanizou... né... e uma das coisas assim, não deixa tuas crianças sempre com essas coisas na mão, aqui tu tem que ver, a maioria... é só com celular, sempre sempre sempre... as crianças não sabem nem falar... tão com o celular na mão... eu tenho assinatura da Zero Hora... e diz exatamente isso, que é prejudicial para uma criança em formação, se é verdade também não sei... mas diz que algumas doenças estão aparecendo em função disso. (Frida, 61 anos).

Por outro lado, algumas pessoas tem uma posição positiva sobre o assunto. Na fala de Clarice, 67 anos, há uma menção à questão da facilidade de buscar pelos seus direitos, reconhecendo o potencial de expansão das capacidades de informação, através da rede mundial de computadores.

acho que ajuda a conhecer os direitos da gente né, a minha filha pesquisa muita coisa na internet. (Clarice, 67 anos).

Posicionamento semelhante é feito por Oswaldo, 68 anos, ao mencionar que “o celular diz tudo” que foi pedido a ele.

eu acho que (a internet) ajuda, sim, se tu entrar aqui (celular) e pedi os direitos dos idosos ele diz tudo pra ti, artigo por artigo, tudo certinho. (Oswaldo, 68 anos).

Os autores Rodrigues Carracedo e Barrera Minevervini (2014) concluem, em seus estudos, sobre o processo de aprendizagem dos idosos com às TICs, que é possível aprender ao longo de toda a vida exercitando as potencialidades cognitivas. Afirmam, ainda, que o aprendizado contínuo, proporcionado pela interação com as tecnologias de informação e comunicação, seriam responsáveis por retardar, inclusive, o envelhecimento e atuar de modo positivo nas emoções do indivíduo. Este reconhecimento da internet, como um espaço de expansão das capacidades, é explícito na fala dos entrevistados. São relatos de quem aprende, mesmo tendo frequentado, apenas, os anos iniciais do ensino fundamental, como Malala, 60 anos:

*Entrevistada: (estudei) só até a quarta série depois não mais...
 Entrevistador: e navega por tudo que é lugar?
 Entrevistada: sim, sim ... é bem fácil ... pois é tem gente que diz que não aprende, né ... mas isso eu acho muito difícil (não aprender). (Malala, 60 anos).*

A capacidade de ter informações sobre qualquer assunto, ao alcance da mão, como diz Alberto, 64 anos, faz com que ele tenha a percepção de sair da escuridão da falta de conhecimento.

Olha, eu... vamos dizer que eu... sai por exemplo mais da ignorância, do escuro... pro claro... por ter uma outra visão... que tudo que dizem pra ti é verdade... não... ontem, disseram a respeito disso, é verdade, não sei... pode ser (balança o celular) o jogo lá do Botafogo e do Flamengo, o Flamengo deu uma goleada (simula uma consulta ao celular)... não, o Flamengo perdeu pro Botafogo... então tu tira a dúvida pra não tá o que eles dizem aí. (Alberto, 64 anos).

Do mesmo modo, o depoimento de Cézar, 61 anos, completa este quadro de relatos de experiências de quem passou por transformações de vida após navegar pela rede.

ajuda... muito... porque eu acho que eu até quando eu parei de trabalhar eu lia muito pouco... e daí com a internet... eu quase não sabia mais ler... com a internet eu comecei a ler de novo... que daí tu presta atenção... vai ler... leio e escrevo alguma coisa né... e eu já não... porque se tu não trabalhar o cérebro tu não ajuda... e depois que eu me aposentei, que eu parei de exercitar a cabeça com frete essas coisas né... me acomodei, daí quando veio a internet eu já quase não sabia nem ler direito, e agora não... eu já leio, normalmente né. (Cézar, 61 anos).

As análises evidenciam que a internet se constitui em um lugar capaz de ampliar as capacidades das pessoas. Através desta ferramenta, expansora da liberdade, é possível manter relações com familiares que moram perto ou longe, ampliando as relações sociais e diminuindo a sensação de solidão. Também viabiliza o acesso a informações nas distintas escalas do território, o aprendizado de novos idiomas, a realização de cursos e a apreensão de conhecimentos que estimulam o cuidado com a saúde. A seguir, analisam-se as questões relacionadas à percepção dos idosos de Santa Cruz do Sul sobre cidadania, estabelecendo, também, uma reflexão com a teoria do Desenvolvimento como Liberdade (SEN, 2000).

4.4 Cidadania e informação

Ao se debruçar sobre a última categoria de análise, é necessário discorrer sobre questões ligadas à percepção dos idosos sobre a cidadania. Ao longo das entrevistas eram feitas perguntas no sentido de verificar a compreensão dos sujeitos sobre o que entendiam por cidadania.

Neste sentido, foi possível perceber um desconforto geral por parte dos entrevistados, ocasionado, provavelmente, por não terem noção sobre o significado de tal expressão que eles mesmos utilizavam, ao longo da conversa, ou então por não conseguirem articular uma resposta que pudesse dar tal explicação. Destacam-se as falas a seguir:

sim (já ouvi falar sobre cidadania), mas como lhe disse, ouvi sim... mas também não entendi muito e não sei muita explicação sobre isso. (Malala, 60 anos).

é... (hesitante) mais ou menos mas não me... como diz o outro... não posso te dizer o que que ela... reflete pra mim o que que significa assim... não, não sei. (Simone, 63 anos).

O exercício da cidadania é entendido por Elis, 69 anos, através do respeito e da ajuda ao próximo. É possível fazer uma aproximação da percepção de Ana, 67 anos, que associa a uma vida melhor, mais justa, com o conceito expresso por Carvalho (2001) que remete a uma combinação entre liberdade de participação e igualdade para todos.

cidadania? se eu for te explicar não sei... é o que nós... todo mundo tem direito a ter uma vida melhor, não sei... não um... cidadania é isso que é feito... que tu ter... eu tenho por que tá [...] a história... eu não sei se isso é cidadania ou não... olha quantos estão na fila pra ganhar emprego na Havan, aí tem aquela história toda que se deu... naquela novela toda... quase que não vem pra cá... e esses caras que não tem emprego? isso é cidadania ou não aquilo que o cara fez? fez uma reunião com os que tem emprego e não com os que não tem... e eu vou lá se eu quero trabalhar domingo, se eu quero trabalhar sábado, eu não vou se não quero... eu não sei se é cidadania ou não, uma vida melhor, uma vida mais justa... (Ana, 67 anos).

Faleiros (2007) considera que o reconhecimento, enquanto sujeito de direitos, em um Estado de direito, com a devida participação, é uma das bases para o exercício da cidadania. Nesse sentido, faz-se necessário analisar o entendimento das pessoas com mais de 60 anos acerca dos seus direitos. O Estatuto do Idoso

aparece de modos distintos nas falas dos entrevistados. Carlos, de 66 anos, e que tem uma atuação de representação no Conselho Municipal do Idoso, tem este tema mais presente em sua rotina. Porém, reconhece que há pouco conhecimento da comunidade 60+ com quem se relaciona:

é que a gente tem um estatuto que a gente olha... normas de segurança... a gente estuda... e eu to aprendendo com os outros que tão a mais tempo né. [...] nem todos conhecem (seus direitos), principalmente as pessoas que não leem, né... aí então tu fica... mas muitos escutam rádio né, então o rádio informa bastante. (Carlos, 66 anos).

Os grupos de convivência acabam sendo um espaço em que a temática dos direitos das pessoas idosas é difundida. Isto pode ser percebido nos depoimentos de Celso, 65 anos, e Cássia, 69 anos, que tiveram contato com este assunto nos grupos que participam:

eu tenho esse caderninho (mostra o estatuto do idoso...). já li ele... eu participava do grupo da ginástica Unisc, daí eu ganhei esse livrinho, eu já li tudo... mas me aprofundar nele, não... isso aí não... mas eu li toda essa partezinha... sei detalhezinho sobre isso aí. (Celso, 65 anos).

as pessoas comentam (sobre os direitos dos idosos) no Uniama... a gente teve diversas aulas, a gente aprendeu bastante, ganhamos diversos folders falando sobre isso... a gente aprendeu sim. (Cássia, 69 anos).

Por outro lado, também percebe-se que a internet auxilia na disseminação de informações sobre os direitos dos mais velhos, e proporciona momentos de reflexão sobre o tema. É possível verificar, nos depoimentos de Cássia, 69 anos, que menciona ter recebido informações por e-mail, e Alberto, 64 anos, que comenta ter se dado conta sobre o assunto, após assistir uma entrevista no YouTube.

até recebi um e-mail muito bom com várias coisas da justiça que a gente pode pedir, inclusive nunca imaginei que qualquer pessoa pode pedir uma diferença do pagamento da conta da luz, posso te mandar... mas eu recebi diversas coisas assim que eu não sabia... aí eu comentei com meu marido. (Cássia, 69 anos).

esses dia [...] tava olhando uma reportagem no YouTube que o cara tava gravando uma ocorrência policial e aí o brigadiano mandou ele desligar aquilo ali e ele foi falando “não, a gente tem o direito de cidadania, se o senhor tá trabalhando eu posso gravar... agora se tu tá na tua vida particular eu não posso, e tu não vai fazer eu desligar o celular”... e o brigadiano tentou... daí eu fico pensando, quantas vez a gente é burro... a gente desconhece das coisas... né... às vezes a gente... né... mas... não aquilo ali, mas direitos nossos que a gente desconhece... é muito pouco. (Alberto, 64 anos).

Neste sentido, é importante retomar o pensamento de Veiga (2005) quando menciona que o desenvolvimento requer que sejam removidas as principais privações de liberdade. No caso, o acesso à internet se apresenta, na visão dos sujeitos entrevistados, na forma de liberdade instrumental, enquanto instrumento de expansão de capacidades. É possível realizar, então, uma aproximação com aquilo que Sen (2000) chama de intitamentos (*entitlements*), enquanto conjunto de direitos e oportunidades. Dito de outra forma, ela representaria um conjunto de pacotes alternativos que podem ser adquiridos mediante o uso dos diversos canais legais facultados a uma pessoa, e que contribuem para a expansão da liberdade do indivíduo (CORREA JUNIOR, 2012).

Apesar disso, também é comum identificar falas nas quais os entrevistados, mesmo sabedores dos seus direitos, não fazem questão de usufruí-los. Atribuem a isso o fato de não se reconhecerem velhos o suficiente, para terem um tratamento diferenciado. João, 68 anos, prefere deixar o direito de usar a fila preferencial para os que não têm condições, enquanto Caetano, 66 anos, não usufrui do benefício de medicação gratuita, por entender que estará limitando o acesso de quem tem menos condição financeira que ele.

ah, fila, não vou na fila... vou igual na fila dos outros... não quer dizer... não precisa usar... por que eu vou tirar o lugar do cara... pra que... tenho condições. (João, 68 anos).

aí as vez eu penso... e tem pessoas que necessitam talvez bem mais que a gente... as vez... não, mas é de graça... mas as vez tu olha... tem pessoas que são... mais pobres... assim, que precisam mais... (do remédio) deixa pra eles pegar. (Caetano, 66 anos).

O fato de João e Caetano não usufruírem seus direitos cidadãos não significa que não são necessários. Pelo contrário, apenas representa o poder de liberdade de escolher aquilo que faz sentido para si em cada momento. É possível conectar estes depoimentos com o de Simone, 63 anos, que ora goza do direito a um lugar na fila preferencial, ora não.

uso, as vezes eu uso a fila... quando tá muito cheio que eu preciso cuidar da minha mãe eu uso... as vezes por que eu as vezes penso... ah, deixa. (Simone, 63 anos).

Segundo Correa Junior (2012) a liberdade é um dos mais importantes processos sociais da humanidade. Assim, ao optarem por não usufruir dos seus

direitos, independentemente dos motivos, os sujeitos entrevistados estão exercendo seu poder de escolha. É o que Morin (1999) chama de liberdade de ação, ou seja, quando o indivíduo tem a capacidade de poder escolher.

Em outro extremo, observou-se que existem pessoas, como Cézar, de 61 anos, que tem consciência e faz questão de usufruir dos benefícios que lhes são facultados, mas reforçam a indignação quando têm violados seus direitos.

tem a placa do estacionamento (risos)... no centro né... eu já fiz... os meus direito eu procuro... eu não gosto de tirar os direitos dos outros... mas o que é meu eu também quero... eu fiz a placa do estacionamento... esse não... esse eu exijo... e também não boto se não for na... e acho muito feio, que nem no mercado Rede Vivo ali... tem quatro ali na parede... pra... estacionamento pra idoso e cadeirantes... chega lá não tem um que tem uma placa... eu acho isso um desrespeito... pois se tem outros... bota em outro lugar... caminha um pouco mais... mas se a placa é pra aquilo ali tem que ser né... não precisa desrespeitar...o outro. (Cézar, 61 anos).

É o próprio Cézar quem enfatiza a necessidade de reivindicar direitos já definidos. Nas palavras dele:

meus direitos, ora... se tu fez 60 anos tu vai lá no transporte lá... tu... leva os documentos... tu faz a placa... vou atrás... tenho um direito... porque eu não vou atrás... tem que ir não adianta. (Cézar, 61 anos).

Seguindo a análise identificou-se que, embora a maioria dos entrevistados não tenha conhecimento sobre a definição de cidadania e, em alguns casos, sequer reconheçam seus direitos, a partir do momento em que completam 60 anos de idade acabam gozando daquilo que Sen (2000) chama de Oportunidades Sociais, ou seja, aquelas disposições que influenciam diretamente em sua vida, como acesso à saúde. A fala de Ruth, 68 anos, revela alguém que faz uso do direito a medicamentos, distribuídos gratuitamente pelo governo, conforme a seguir:

daí eu disse... doutor, eu já ouvi muita gente que recebe do governo a medicação... ele disse, olha, podemos tentar... daí ele me deu a receita e tamo até hoje... pelo governo, eu ganho pelo governo... e pra pressão... e já tô tomando também para a glicose. (Ruth, 68 anos).

O direito à saúde foi uma conquista do movimento da Reforma Sanitária, que culminou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), expresso na Constituição Federal de 1988. Segundo seu artigo 196 (BRASIL, 1988):

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação.

Frida, 61 anos, mesmo sem saber que lhe era devido, enquanto cidadã brasileira, gozou de tal benefício ao buscar atendimento na rede de atenção básica de saúde:

aí fui no postinho, esse postinho aqui do esmeralda, que são uns anjo pra mim... aí falei pra doutora levei o exame do lpê pra doutora, a doutora... não lembro o nome dela... e ela disse assim, pra quê tu vai gastar esse dinheiro com o lpê, traz teus exames... se tu não puder deixar aqui com as gurias, eu encaminho pra ti... isso não é uma cirurgia complicada... isso é bem rápido ela disse... aí faz pelo SUS, tu não paga nada... e ela encaminhou... e eu pensei que ia demorar muito, não demorou nem um mês... vamos dizer, me chamaram... daí fui lá na Cisivale... fazer a consulta com o doutor... daí eu operei pelo SUS. (Frida, 61 anos).

Dagnino (2004) menciona que o alargamento da cidadania, para além da simples reivindicação de direitos instituídos, através da cidadania ativa, requer também a constituição de novos sujeitos que ocupem espaços, definindo o que consideram serem seus direitos e lutando para seu reconhecimento como tal. Isto acontece através do exercício da liberdade instrumental de participação política (SEN, 2000) e fica evidenciado no depoimento de Carlos, 66 anos, que relata inúmeras experiências de atuação em espaços com papéis que vão, desde síndico do prédio em que mora, como membro da diretoria da Associação dos Aposentados de Santa Cruz do Sul até a representação no Conselho Municipal do Idoso, em que participa de movimentos de luta pelos direitos dos idosos:

particpei também desse negócio da reforma (da previdência), fui até Porto Alegre para uma manifestação lá dos advogados... inclusive tava aí hoje né o... como é o nome dele, ele é o presidente da OAB brasileira né... pra falar sobre isso ali né... (Carlos, 66 anos).

Conforme foi visto, as liberdades políticas tem função instrumental de possibilitarem “aumentar o grau em que as pessoas são ouvidas quando expressam e defendem suas reivindicações de atenção política, como às reivindicações de necessidades econômicas.” Não obstante, também tem um papel construtivo, manifestado na “criação de valores e normas correspondente ao seu papel construtivo na conceituação de necessidades como a compreensão das necessidades econômicas em um contexto social.” (SEN, 2000, p. 175).

Ainda sobre as liberdades políticas (SEN, 2000), expressas no direito de escolha dos representantes através do voto, é possível perceber a valorização deste instrumento nas falas dos entrevistados. Vale destacar aqui que, embora o voto seja obrigatório conforme o artigo 14 da Constituição Federativa (BRASIL, 1988), aqueles que não exercerem este dever, caso relatado por Simone, 63 anos, podem fazer sua justificativa inclusive pela internet¹⁴:

eu ia votar sempre... não ia me abster. por que acho que é um direito que tenho e se todo mundo se abster não sei como ia ficar... por que acho que é importante né. (Ana, 67 anos).

não votei porque tava com a minha mãe doente... foi a primeira vez, ahã... sim... e ela num nervoso que tinha que votar... e no fim eu não fui por que ela não podia, porque quando eles tem Alzheimer são teimosos, né... ia fazer uma fiasqueira né... aí resolvemos que não fui... por causa dela, por que ela quis votar... ela tinha ideia que se ela não fosse votar ela ia ser presa né... e daí não dava, ela não enxerga mais... e por esse motivo eu não fui. (Simone, 63 anos).

Outro dado interessante é o uso da internet como espaço de discussão sobre política entre os 60+ de Santa Cruz do Sul:

ah, tem umas (amigas) que são muito políticas, postam um monte de coisas, uns são da situação, outros da oposito, eu até leio mas eu fico na minha, não sou de discutir... então, respeito... cada um na sua. (Ruth, 68 anos).

O relato de Ruth, 68 anos, reflete o comportamento de quem ainda trata a política como um tabu. É uma escolha, a de não participar de uma discussão que afeta o desenvolvimento do seu território, e está alinhada com o pensamento de Becker (2008) quando menciona que a disponibilidade de informação não é suficiente para formar uma atitude, característica da cidadania ativa. Assim, na próxima e última parte deste estudo, apresentam-se as considerações finais sobre o tema da pesquisa: a percepção das pessoas idosas sobre a internet enquanto ferramenta de expansão de suas capacidades de cidadania.

¹⁴ Segundo informação publicada no site do Tribunal Superior Eleitoral o eleitor que não votou nem apresentou justificativa no primeiro e segundo turno do respectivo pleito tem 60 dias, a contar de cada turno, para regularizar sua situação junto à Justiça Eleitoral. Para isso, deverá preencher o Requerimento de Justificativa Eleitoral – após a eleição. O documento poder ser remetido ao juiz da zona eleitoral na qual está inscrito por três caminhos: entrega pessoal no cartório, envio pelos Correios ou via internet, por meio do Sistema Justifica. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/quem-nao-votou-nem-justificou-ausencia-deve-regularizar-situacao>>. Acesso em 03 jan. 2020.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das primeiras conclusões, desta dissertação, se refere à importância dos estudos acerca da temática do envelhecimento, principalmente se considerar que, em poucas décadas, pelo menos uma em cada quatro pessoas estará na faixa etária definida legalmente como o marco do início da velhice. Assim, o primeiro movimento deste trabalho de pesquisa consistiu em situar a importância das pessoas idosas no processo de desenvolvimento regional. A construção deste sentido se deu com as palavras de Sen (2011), que ressalta a potencialidade que as pessoas têm, seja em destruir ou desenvolver o ambiente em que vivem, e também de Santos (1988) para quem o movimento do espaço, ou a sua evolução é tanto efeito como condição do movimento de uma sociedade global. Colocando estas ideias de outra forma é oportuno reiterar que não há como estudar desenvolvimento regional sem se dedicar ao estudo dos sujeitos que, enquanto agentes, interagem e transformam estes territórios.

Seguindo esta lógica, se avança no fluxo do trabalho, chamando atenção para o fenômeno do envelhecimento populacional e os impactos deste processo, na sociedade contemporânea e nas próximas gerações. Afinal, inúmeros fatores, como a queda nas taxas de fertilidade ou, então, a melhora significativa nas condições de vida da população foram responsáveis por impulsionar o aumento da participação das pessoas, com mais de sessenta anos, no nosso meio. Neste sentido, entende-se que uma sociedade mais velha requer políticas públicas, construídas a partir das suas reais necessidades e capacidades, e não desenhadas a partir de estereótipos não condizentes com seus modos de vida. Mas isto não significa que tais propostas sejam elaboradas sem diálogo com os atores envolvidos neste processo. Principalmente, se considerar que o avanço tecnológico possibilita uma participação popular através do meio digital.

Nesse contexto, acredita-se que é preciso facultar as pessoas idosas o direito de escolha sobre as liberdades que entendem importantes para suas vidas e, de igual modo, os meios e instrumentos, elaborados para viabilizar a construção das políticas públicas, devem considerar que nem todos têm a mesma habilidade e capacidade para participar. É preciso reforçar a importância de incluir estes sujeitos na construção de territórios, que levem em conta seus modos de vida, evitando assim, a privação das liberdades políticas.

Vale reforçar a menção aos esforços empregados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em disseminar o conceito de envelhecimento ativo, já desde o final do século XX. A relevância deste processo consiste em promover o envelhecer como uma experiência positiva, da qual podem surgir experiências únicas, capaz de ressignificar sentidos e significados sobre esta etapa da vida. Logo em seguida, é oportuno ressaltar, novamente, o Plano Internacional sobre o Envelhecimento de Madrid, que enfatiza o fato de que “uma sociedade para todas as idades inclui o objetivo de que os idosos tenham a oportunidade de continuar contribuindo para a sociedade” (ONU, 2003, p. 34). Ainda, se faz necessário enfatizar que, embora aos olhos deste pesquisador o termo envelhecimento ativo seja pertinente, e um pilar importante para ajudar a desconstruir um olhar estereotipado sobre a experiência do envelhecimento, é importante possibilitar as pessoas idosas que escolham como querem viver a velhice. Assim, ao mesmo tempo em que, uma representação gráfica, que indica uma pessoa andando de bengala possibilita uma associação à decadência, não é possível conceber, apenas, o envelhecimento ativo como única forma de viver esta etapa. É importante facultar aos indivíduos o jeito de viver sua vida, como lhes parecer mais adequado ou como conseguirem.

Ao mesmo tempo em que foi possível compor um quadro de análise, sobre os esforços e marcos inerentes à temática do envelhecimento populacional, a partir da década de 1980, também foi preciso se dedicar à leitura sobre o avanço das técnicas de informação, no contexto da sociedade contemporânea, bem como sua influência na construção do mundo “globalizado” tal como se apresenta hoje. Ao olhar para a evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), em especial a Internet, também, buscou-se dialogar com autores como Castells (1999), em cujos estudos trouxeram amparo para recompor a linha histórica que permitiu entender a origem desta ferramenta de comunicação e informação tão potente, que rompeu noções de espaço, tempo e impulsionou a constituição de novos sujeitos. Além disso, conforme apontado nos estudos de Hall (1997) os impactos da regulação cultural ocasionada pela internet são visíveis na nossa sociedade. E vale ressaltar aqui o que já foi mencionado anteriormente, sujeitos estes que exercem o papel de agentes em seus territórios (SEN, 2000).

O que coloca tais indivíduos em destaque é justamente o fato de não serem nativos digitais, de terem outra vivência histórico-cultural, e do potencial que se

atribui a internet, como uma ferramenta expansora de capacidades. É importante lembrar, também, que foram estudados nesta dissertação a percepção de sujeitos que viveram sua infância e adolescência em um período de privação das liberdades civis e políticas. E que hoje, tendo em vista o avanço das tecnologias de informação e comunicação, têm ao alcance dos seus dedos a mais ampla liberdade de informação e de expressão. E é por isso que se propôs, também, a analisar como se percebem diante de uma sociedade conectada, qual o seu entendimento sobre cidadania na velhice, e a identificar de que maneira as pessoas idosas tomam ciência sobre seus direitos e deveres de cidadãos.

Assim, como já mencionado na parte introdutória desta dissertação, as TICs estão presentes em várias dimensões do cotidiano. Trata-se de um movimento importante, principalmente se considerar que, há pouco mais de trinta anos, seu acesso era restrito a pequenos grupos de intelectuais em algumas universidades do planeta. Contemporaneamente, os dispositivos eletrônicos acompanham os indivíduos do momento em que acordam, através de assistentes inteligentes, capazes de organizar a agenda diária, verbalizar lembretes de agenda e, até mesmo, dar dicas sobre o que vestir com base na previsão do tempo, até a hora de dormir, com a utilização de ferramentas de bate papo ou conteúdos disponibilizados via *streaming*. Através dos *smartphones* é possível regular o aparelho de ar condicionado, o aparelho televisor, a cafeteira ou, ainda, a iluminação do ambiente. Tudo isso, graças a programações, cada vez mais robustas, e, claro, a conexão com a internet. Não obstante os órgãos governamentais, nas suas mais variadas esferas também se movimentam, a fim de terem mais eficiência em seus processos, garantir mais transparência e mudar as relações com os cidadãos.

Porém, é preciso estar atentos àqueles que ainda estão aprendendo a viver, dentro deste novo cenário de muitas possibilidades, mas que requerem uma atenção para a expansão das capacidades de aprendizado e operação neste meio. Harari (2018) afirma que nem políticos ou eleitores conseguem compreender as novas tecnologias e, tampouco, refletir sobre seu potencial, seja ele positivo ou negativo.

A partir da década de 1990 a internet mudou o mundo. Porém, também percebe-se que, ainda hoje, se está descobrindo e compreendendo as potencialidades e danos que esta ferramenta pode proporcionar, no âmbito da temática do desenvolvimento regional, principalmente em relação a perspectiva das pessoas idosas, enquanto agentes capazes de influenciar o desenvolvimento dos

territórios em que atuam. Esta ótica é um fio importante na tessitura que se buscou realizar neste trabalho. Para compreender o impacto da internet, no cotidiano dos idosos urbanos de Santa Cruz do Sul, foi necessário aprofundar o conceito de cidadania. Por conseguinte, realizou-se uma aproximação deste conceito com a teoria de Amartya Sen, apresentada na obra *Desenvolvimento como Liberdade* (2000), principal eixo teórico desta dissertação. Na sequência, após uma etapa de caracterização da região de estudo, partiu-se para o momento de análise dos dados, para que fosse possível realizar algumas conclusões compartilhadas a seguir.

A compreensão sobre exercício da cidadania na velhice não aparece de forma estruturada ao longo das entrevistas. Em outras palavras, os entrevistados não conseguem definir o sentido da palavra cidadania. Porém, percebe-se que não afeta o fato de reconhecerem-se como sujeitos de direito, em um Estado de direito. Foi curioso perceber, contudo, o exercício de escolha sobre quais direitos consideram fundamentais na velhice, e quais entendem que podem abrir mão, ora por não se julgarem velhos o bastante, ora por acreditarem que não seriam pobres o suficiente, deixando, então, para “os que necessitam de fato”. Vale dizer, aqui, que os direitos facultados as pessoas 60+ constituem-se como instrumentos de liberdades sociais, tais como o direito a seguridade social e a assistência médica gratuita.

Participar da sociedade em rede faz bem as pessoas idosas entrevistadas. Esta afirmação é comprovada pela análise dos mais diversos relatos de experiências dos entrevistados. Se, num primeiro momento, eles ficam reticentes em aderir a este novo jeito de consumir informação, à medida que vão ampliando suas capacidades, vivem experiências que lhes possibilitam afirmações como a de Alberto, 64 anos, para quem a internet permitiu que saísse da ignorância, ou do escuro nas suas palavras, para o claro, para ter uma visão mais abrangente sobre os fatos. Aliás, ao longo deste trabalho foi possível conhecer histórias como a de César, 61 anos, ao relatar que o contato com esta TIC permitiu que melhorasse o desempenho cognitivo, através da retomada do hábito da escrita e da leitura. É através da internet que pessoas de baixa mobilidade podem manter sua rede de relações, estabelecendo contatos com familiares e fazendo novas amizades.

Apesar disso, também foi possível perceber uma visão dicotômica acerca da internet. A propósito no próprio cenário nacional as regulações sobre princípios, garantias, direitos e deveres para quem usa a internet somente foram estabelecidas

após o Marco Civil da Internet, publicado em 2014, através da Lei nº 12.965/2014. Além disso, recentemente foi feitos os encaminhamentos para efetivar a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018, prevista para agosto de 2020. Ou seja, passados mais de 25 anos da abertura da internet, para exploração comercial, somente nos períodos recentes foi possível estabelecer um debate a partir de valores importantes para a sociedade, como a liberdade de expressão, o direito a transparência de informação e livre opinião. Assim, não raro a mesma pessoa compartilhava sua percepção na qual reconhecia o caráter positivo, atribuído a possibilidades amplas de interação e aprendizado, mas que também percebia que se tratava de uma ferramenta que, se não fosse bem utilizada, poderia prejudicar tanto o usuário quanto a sociedade. Nesse sentido, conclui-se que ainda se está vivendo uma fase de experimentação e exploração das possibilidades de se navegar em um ambiente no qual estão todos conectados.

Todavia, no que tange ao acesso à informação, é importante uma ressalva. A simples disponibilização de uma ampla gama de dados não garante o exercício da cidadania para as pessoas idosas. Ela se constitui sim em uma dimensão balizadora que expande as capacidades de informação dos idosos, porém, é preciso ressaltar o que foi mencionado por alguns entrevistados: é preciso manter um olhar crítico para discernir sobre o conteúdo consumido e como agir a partir destas informações.

Por fim, percebe-se que o uso da internet já faz parte do cotidiano dos entrevistados. É uma ferramenta de comunicação e informação que naturalmente foi sendo incorporada nas suas rotinas, e tomando uma dimensão maior, à medida que foram se sentindo mais confortáveis em ampliar seus usos, e descobrir novas funcionalidades, tais como: aplicativos de vídeo, de relacionamento e sites de notícias. Embora o ambiente de muitas possibilidades assuste um pouco no início é possível perceber o fascínio, o reconhecimento por algo que possibilitou sair do escuro para o claro, sob o ponto de vista de conhecimento.

A internet se constitui como uma das liberdades instrumentais fundamentais para ampliar as capacidades de cidadania das pessoas idosas entrevistadas. Embora tenham vivido sua infância e adolescência em um período de privação das liberdades civis e políticas, hoje, graças ao avanço das TICs têm ao alcance dos seus dedos a mais ampla liberdade de expressão e informação.

Como ponto final das considerações deste autor, percebe-se que este trabalho é inovador no campo dos estudos do Desenvolvimento Regional, pois ele

coloca a pessoa idosa como protagonista do território em que está inserido. Ou seja, posiciona tais indivíduos como agentes capazes de transformar a realidade da sua região, seja a partir do acesso ou apropriação das TICs, ou da sua presença cidadã, participando das decisões que interferem no seu cotidiano. Também é necessário reforçar a importância para a ampliação dos estudos, acerca dos impactos das novas tecnologias de informação e comunicação, na vida das pessoas idosas. Diversas abordagens são possíveis neste contexto, mas é preciso ressaltar a temática das implicações relacionadas ao uso abusivo da internet por estes indivíduos. Apesar de não ter sido uma questão foco do trabalho, chamou a atenção, ao longo das entrevistas, o apego manifestado por alguns entrevistados aos seus dispositivos e a maneira como relatavam dificuldade em se imaginar sem o acesso a internet. Por isso, ciente da impossibilidade de avançar em conclusões a respeito do assunto, porém não estando entre os objetivos iniciais da pesquisa, e nem ter sido pensada uma abordagem metodológica adequada, é válido apresentar esta lacuna com uma possibilidade para pesquisas futuras. Afinal, pensar em uma sociedade que envelhece implica em pensar na velhice que todos irão desfrutar, em breve.

REFERÊNCIAS

- ABERT, 2018. *História do rádio no Brasil*. Disponível em: <<https://www.abert.org.br/web/index.php/quemsomos/historia-do-radio-no-brasil>>. Acesso em 05 jul. 2018.
- ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, p.615, 2016.
- ANTUNES, P. *et al. Disc. Scientia*. Série: Artes, Letras e Comunicação, S. Maria, v. 7, n. 1, 2006. p. 71-84.
- AREOSA, S. V. C. *et al.* Envelhecimento ativo, um panorama do ingresso de idosos na Universidade. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, 2016. p. 212 - 228. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em 19 dez. 2019.
- AREOSA, S. V. C. *et al.* Relações Pessoais. In: AREOSA, S. V. C. (org). *Envelhecimento Humano: realidade familiar e convívio social de idosos do Rio Grande do Sul (Brasil) e da Catalunha (Espanha)*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2012.
- ASSIS, M. G., DIAS, R. C., NECHA, R. M. A universidade da terceira idade na construção da cidadania para a terceira idade. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, p.615, 2016. p. 199-209.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.
- BAUER, M. W., GASKELL G., *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um Manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002
- BEAUVOIR, S., *A velhice* [recurso eletrônico]. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. Não paginada.
- BECKER, M. L. *Inclusão digital: os limites e desafios da tecnologia como fator de inclusão social e cidadania*. Emancipação, Ponta Grossa, 8(2), 2008. p. 49-57. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/123/121>>. Acesso em 03 jan. 2020.
- BERZINS, M. A. V. S., BORGES, M. C. *Políticas Públicas para um país que envelhece*. São Paulo: Martinari, 2012.
- BERZINS, M. A. V. S. *A Assistência Social na Política Nacional do Idoso*. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 107-133.
- BOLZAN, L. M.; LOBLER, M. L. Socialização e afetividade no processo de inclusão digital: um estudo etnográfico. *Organ. Soc.*, Salvador, v. 23, n. 76, p. 130-149, mar.

2016 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302016000100130&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 dez. 2019.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2ª ed. São Paulo (SP): T.A. Queiroz/Editora da USP; 1987.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. *Decreto-Lei n. 8.842, de 4 de Janeiro de 1994*. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8842.htm>. Acesso em 31 de out. 2018.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro 1996*. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 24 de jul. 2019.

_____. Ministério da Saúde. *Estatuto do Idoso*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2003.

_____. *Departamento de Atenção Básica*. Disponível em:
<http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_esf.php>. Acesso em 25 de jun. 2018.

_____. Desenvolvido pelo Governo do Brasil. 2013. *Apresenta informações gerais sobre direitos e deveres do cidadão*. Disponível em:
,<<http://www.brasil.gov.br/editoria/esporte/2013/04/conheca-alguns-exemplos-de-direitos-e-deveres-do-cidadao>>. Acesso em 29 de maio 2018.

CAMACHO, C. A. A. *América Latina, en el reto de construir puentes con y entre las ciudadanías*. Sala de Prensa. n. 59. ano V. set. 2003. Disponível em:
<<http://www.saladeprensa.org/art485.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. *O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas*. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 253-292.

CAMARANO, A. A.; *Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança?* In: Revista Estudos Avançados. V. 17, nº 49. p. 35-63, 2003. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18396.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2019.

CAPELLA, A. C. N. *Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas*. XXIX Encontro anual da ANPOCS, GT19 – Políticas Públicas. Caxambu - MG. 2005.

CARNEIRO, B. L. F.. *Análise das competências em informação dos idosos no uso das tecnologias digitais*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências da Informação, Fortaleza, 2018. Disponível em:
<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36080/5/2018_dis_blfcarneiro.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020.

CARDOSO, C. C.; AREOSA, S. C. *População idosa economicamente ativa no Vale do Rio Pardo: reflexões para o desenvolvimento regional*. In: *Desenvolvimento Regional em debate*: DRd, Vol.6(3), 2016. p.216-234.

CARDOSO, N. O.; LANDENBERGER, T.; ARGIMON, I. I. L. Jogos Eletrônicos como Instrumentos de Intervenção no Declínio Cognitivo – Uma Revisão Sistemática. *Revista de Psicologia da IMED*, Passo Fundo, v. 9, n. 1, 2017, p. 119-139. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/1941>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

CARVALHO, J. A. M. de; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, mai./jun. 2003. p. 725-733.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. et al. *Mobile communication and society: a global perspective*. Massachusetts Institute of Technology. 2007.

_____. *Redes de indignación y esperanza*. Madrid: Alianza, 2012.

CIGANA, Caio. O dia em que o RS passa a ter mais idosos do que crianças e adolescentes de até 14 anos. *Zero Hora digital*, Porto Alegre, out. 2019. Ideias para o futuro 60+. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2019/10/o-dia-em-que-o-rs-passa-a-ter-mais-idosos-do-que-criancas-e-adolescentes-de-ate-14-anos-ck1ayqql702n801r2en9cfbnt.html>>. Acesso em: 08 out. 2019.

CORREA JUNIOR, C. B. *As liberdades instrumentais de Amartya Sen e os novos indicadores de desenvolvimento*. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

COUGO F. F. O Enfoque das capacidades em Amartya Sen. *Revista Enciclopédia de Filosofia*, volume 05, Pelotas. Inverno 2016. p. 150-177.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedade civil en tiempos de globalización*. Caracas: Faces; Universidad Central de la Venezuela, 2004. p. 95-110. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

DELLARMELIN, M. L., FROEMMING, L. M. S., Vovôs conectados: Análise da utilização das Redes Sociais pelos Idosos. In: *XV Mostra de Iniciação Científica, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão*, 2015, Caxias do Sul. Anais. p. 1-10.

DETERS, F.; MEHL, M. Does Posting Facebook Status Updates Increase or Decrease Loneliness? An Online Social Networking Experiment. *Social Psychological and Personality Science*, 2013. Vol. 4(5). p. 579–586. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1948550612469233#articleCitationDownloadContainer>>. Acesso em: 24 dez. 2019.

FALEIROS, V. P. Cidadania: Os Idosos e a Garantia de seus Direitos. In: Neri; Anita Liberalesso (Org). *Idosos no Brasil: Vivências, Desafios e Expectativas Na Terceira Idade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc SP, 2007. p. 153-167.

_____. *A Política Nacional do Idoso em Questão: Passos e Impasses na Efetivação da Cidadania*. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 537-569.

FERREIRA, A.A. *Gestão do fundo do idoso: análise acerca dos desafios pelo Conselho Municipal do Idoso*. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista – UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca - SP, 2019

FOLETTTO, R.; FIEPKE, R. B.; WILHELM, E., Usos da Internet como meio de comunicação e fonte de informação por Idosos. *Revista Contemporânea comunicação e cultura* - V.16 – nº.02. p. 504-518, 2018. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/21504/16825>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

GANDRA, T. K. *Inclusão Digital na Terceira Idade: um estudo de usuários sob a perspectiva fenomenológica*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Tipologia entre o rural e o urbano*. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_d.htm>. Acesso em ago. 2018.

GLOBAL DIGITAL REPORT 2018. Disponível em: <<https://digitalreport.wearesocial.com/>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

_____. 2019. Disponível em: <<https://datareportal.com/reports/digital-2019-brazil>>. Acesso em: 04 out. 2019.

Grudzinski, S. C.. *Fatores da qualidade de vida no trabalho intervenientes na transição para aposentadoria*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2013.

HALL, S. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 22, n 2, p 15-46, jul./dez, 1997.

HARARI, Y. *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IBGE. *CENSO demográfico 2000: Características da População e dos Domicílios: Resultados do universo*. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 11 maio 2018.

_____. *CENSO demográfico 2010: Banco de dados agregados do IBGE*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

_____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016, 146 p. ISSN 1516-3296- (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017

_____. *Banco de dados sobre estimativas da população*. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtm>. Acesso em 08 jun. 2018.

_____. *Cidades IBGE*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/panorama>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. *Primeiros resultados definitivos do Censo 2010: população do Brasil é de 190.755.799 pessoas*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&idnoticia=1866&t=primeiros-resultados-definitivos-censo-2010-populacao-brasil-190-755-799-pessoas&view=noticia>>. Acesso em: 7 set. 2018.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD contínua*, Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal - análise dos resultados. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisao_e_Posse_Telefone_Move_l_2016/Analise_dos_Resultados.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD contínua*. Acesso em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>>. Acesso em 30 nov. 2018.

_____. *Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>>. Acesso em 06 out. 2019.

ÍNDICES de desenvolvimento: Banco de dados Regionais - Vale do Rio Pardo. Disponível em: <<http://observadr.org.br/portal/banco-de-dados-regionais/vale-do-rio-pardo>>. Acesso em: 11 maio 2018.

KACHAR, V. *A Terceira Idade e o Computador: Interação e Produção no Ambiente Educacional Interdisciplinar*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

_____. *A Terceira Idade e a Inclusão Digital*. O Mundo da Saúde (CUSC. Impresso). São Paulo, v.26, n.3, p. 376-381, 2002.

_____. *Inclusão Digital e Terceira Idade*. In: *Novas necessidades de Aprendizagem*. Barroso, Á.E.S. (Coordenação geral). São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social/ Fundação Padre Anchieta, 2009. p. 18-27.

_____. *Envelhecimento e perspectivas de inclusão digital*. Revista *Kairós Gerontologia*. São Paulo (SP), v.13, n.2, p. 131-147, 2010.

KHALAILA, R.; VITMAN-SCHORR, A. Internet use, social networks, loneliness, and quality of life among adults aged 50 and older: mediating and moderating effects. *Quality of Life Research*, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 479–489, 2018. Disponível em: <[http://search-ebscohost-com.ez127.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=128149502&lang=pt-br&site=ehost-live](http://search.ebscohost.com.ez127.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=128149502&lang=pt-br&site=ehost-live)>. Acesso em: 19 jan. 2020.

KNOPLICH J. *Osteoporose, o que você precisa saber*. 3. ed. São Paulo: Robe Editorial; 2001.

LEITÃO, D., GAIGE, D., e SIQUEIRA, M. Pegando o jeito de domar o bicho. *Revista De Antropologia*, 62(3), p. 652-678, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165233>>. Acesso em 26 dez. 2019.

LENCIONI, Sandra. *Observações sobre o conceito de cidade e urbano*. In: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 24, pp. 109 - 123, 2008.

LÉVY, P. *Cibercultura*. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIMA, L. e DASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 48, p. 101-110, 2013.

MANTOVANI, A. M., JUSTO, J. L., A convivência da terceira idade em espaços digitais virtuais: perspectivas para emancipação digital. In: BERLEZI, E. M., FILHO. S., GARCES, B. B.. *Envelhecimento humano: compromisso das universidades gaúchas*. Ijuí. Ed. Unijuí, 2016. p. 11-28.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MASTRODI, J.; AVELAR, Ana Emilia Cunha. O conceito de cidadania a partir da obra de T. H. Marshall: conquista e concessão. *Cadernos De Direito*. Piracicaba (SP). Ed. Unimep. v. 17, p. 3-27, 2017.

MERCADANTE, E.F. Velhice: identidade e subjetividade. In: Queiroz, Z.P.V. *Perspectiva cultural do envelhecimento*. São Paulo, Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2009. Disponível em <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/biblioteca/publicacoes/volume6_Perspectiva_cultural.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2019.

MILANÉS, M.; HERRERO, E, HERNÁNDEZ, L. La Alfabetización Informática Del Adulto Mayor, Una Experiencia Cubana. *XVI Convención y Feria Internacional Informática*, 2016. Disponível em: <<https://docplayer.es/26277862-La-alfabetizacion-informatica-del-adulto-mayor-una-experiencia-cubana.html>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MINAYO, M. C. de S. (org.), GOMES, R., DESLANDES, SUELY F. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 34.ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2015.

MORAES, Roque. *Análise de Conteúdo*. Revista Educação. Porto Alegre (RS), v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

MORIN, E. *Antropologia da Liberdade*. Tradução de Anthropologie de lá Liberté, GRASCE Entre Systémique et Complexité, Chemin Faisant Mécange [cf.] en l'Honneur du Professor Jean-Louis Le Moigne. Paris: Presses Universitaires de France, 1999, p. 157-170. Disponível em: <[http://palasathena.org.br/arquivos/conteudos/Antropologia da liberdade Edgard Morin.pdf](http://palasathena.org.br/arquivos/conteudos/Antropologia_da_liberdade_Edgard_Morin.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Plano de ação internacional para o envelhecimento, 2002*/ Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos. — Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

_____. *Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde, 2015*. Disponível em: <<https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/.../OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>> Acesso em 01 nov. 2018.

_____. *A ONU e as pessoas idosas*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>>. Acesso em 22 jul. 2018.

_____. *A ONU e o meio ambiente*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em 13 jul. 2018.

PAPALIA, D. E., FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento humano*. 12.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PECQUEUR, B. *A guinada territorial da economia global. Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*, PPGSP UFSC, Florianópolis (SC), v.8, n.14, p. 79-106, 2009.

PESQUISA TIC DOMICÍLIOS 2017. Disponível em: <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2017_coletiva_de_imprensa.pdf>. Acesso em 04 out. 2019.

PESQUISA TIC DOMICÍLIOS 2018. Disponível em: <http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM&idUnidadeAnalise=Usuario_s&ano=2018>. Acesso em 18 jan. 2020.

PETTERS, L. B.. Chatbots em campanhas de sensibilizacao, narrativa conversacional e possibilidades interativas: o caso do bot Fabi para Unicef Brasil e Facebook. *Comunicação, Mídia e Consumo*, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, Vol.16(46), 2019. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/about>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PETERSEN, D. A. W.; KALEMPA, V. C. ; PYKOSZ, L. C. Envelhecimento e Inclusão Digital. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão*, Florianópolis, v. 10, n. 15, p. 120-128, set. 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2013v10n15p120>>. Acesso em: 31 dez. 2019.

PINHEIRO, M. A. v. 19, n. 42: Ano XIX - 2005/3. *Como pensar a cidadania na Internet: a questão do acesso e da socialização do conhecimento*. Trabalho apresentado ao NP 12 – Comunicação para a Cidadania, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

PINHEIRO, M. M. S. As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16421:td-1794-as-liberdades-humanas-como-bases-do-desenvolvimento-uma-analise-conceitual-da-abordagem-das-capacidades-humanas-de-amartya-sen&catid=170:2012&directory=1. Acesso em: 14 mai. 2019.

PINTO-FERNÁNDEZ, S., MUÑOZ-SEPÚLVEDA, M. y LEIVA-CARO, J. A.. Uso de tecnologías de información y comunicación en adultos mayores chilenos. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad -CTS*, vol. 13, nº 39, pp. 143-160. 2018. Disponível em: <http://www.revistacts.net/files/Volumen_13_Numero_39/N39.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

PONS, M. E. D.; PELLANDA, N. M. C. *Tecnologias digitais e seres humanos: para muito além da simples interação*. In: STEFFEN, C.; PONS, M. E. D. *Tecnologia pra quê? os dispositivos tecnológicos de comunicação e seu impacto no cotidiano*. 1. ed. Porto Alegre: Armazém Digital, 2011. v. 1. p. 109-126.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL. *Página da Internet*. Disponível em: <<http://www.santacruz.rs.gov.br/home>>. Acesso em: 05 out. 2019.

_____. *Página do perfil no Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/prefeiturasantacruzdosul/>>. Acesso em: 05 out. 2019.

_____. *Página do perfil no Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/prefeitura_santacruz/>. Acesso em: 05 out. 2019.

_____. *Página do perfil no YouTube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UC4RPtLR2VGOpaao6u5zJP5w?reload=9>>. Acesso em: 05 out. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *O que é IDH*. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>. Acesso em 05 out. 2019.

RAUTH, J., PY, L. A história por trás da lei: o histórico, as articulações e movimentos sociais e científicos, e as lideranças políticas envolvidas no processo de constituição da política nacional do idoso. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 51-62.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, A. A. *O impacto sociocultural do uso da internet em um grupo de pessoas idosas*. 2012. 127 f. Dissertação (Programa de Estudos Pós-graduados em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

RIBEIRO, P. R. O. A judicialização das políticas públicas: a experiência da central judicial do idoso. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 379-396.

RIZZOLLI, D.; SURDI, A. C.. Percepção dos idosos sobre grupos de terceira idade. *Revista brasileira de geriatria e gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 225-233, Ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232010000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Jan. 2020.

RODRIGUEZ CARRACEDO, M. C.; BARRERA MINERVINI, J. J., Alfabetización tecnológica para mayores. Experiencia en la UNED Senior, Argentina VEsC - Año 5 - Número 9 - 2014: 56-69. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/vesc/article/view/9550>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ROGERS, D. *Transformação Digital – Repensando o seu negócio para a era digital*. São Paulo: Autêntica Business, 2017.

SANT'ANNA, R. M. de; CAMARA, P. e BRAGA, M. G. de C.. Mobilidade na Terceira Idade: como planejar o futuro. Textos Envelhecimento [online]. 2003, vol.6, n.2. Disponível em: <http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282003000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 set. 2019.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo, Hucitec, 1999.

_____. *Espaço e sociedade*. 2.ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1982.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. Editora Hucitec. São Paulo, 1988.

_____. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. 4. ed. Rio de Janeiro, Record, 2000.

SANTOS, P. M.; ROVER, A. J. Direito à informação e à participação: uma avaliação das ferramentas dispostas nos portais de governo estaduais. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 28, n. 1, 2 abr. 2018.

SEN, A. *A ideia de Justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENADO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>>. Acesso em 13 jul. 2018.

_____. Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2016. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4198992&ts=1567535447497&disposition=inline>>. Acesso em: 28 set. 2019.

_____. Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2016. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/pt/web/atividade/materias/-/materia/125262/pdf>>. Acesso em: 28 set. 2019.

_____. Senado Notícias. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/25/simbolo-para-identificacao-de-idoso-nao-pode-ser-pejorativo-preve-projeto-aprovado-na-cdh>>. Acesso em: 28 set. 2019.

SESC SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Carta aberta à nação: avaliação e perspectivas do Estatuto do Idoso. In: *SESC SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. A Terceira Idade*. Vol. 16, n. 34. Outubro, 2005.

SILVEIRA, M. M., et al. Ambientes de aprendizagem: significado na vida de idosos frequentadores de oficinas de informática. In: *RENOTE, Revista Novas Tecnologias na Educação*. V. 9, nº1. p. 01-13, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/renote/article/download/21975/12747>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

SINGULARITY UNIVERSITY. Disponível em: <<https://su.org/about/>>. Acesso em 24 set. 2019.

SINGULARITY HUB. *The First Evidence That Drugs Could Turn Back the Clock on Our Biological Age*. Disponível em: <<https://singularityhub.com/2019/09/17/the-first-evidence-that-drugs-could-turn-back-the-clock-on-our-biological-age/>>. Acesso em 24 set. 2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. Disponível em: <<https://sbgg.org.br/sbgg/sobre-a-sbgg/>>

SOKOLOWSKI, R. *Introdução à fenomenologia*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação - O positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. São Paulo: Atlas, 1987.

TURA, L.F.R.; CARVALHO, D.M.; BURSZTYN, I. *Envelhecimento, práticas sociais e políticas públicas*. In: LOPES, MJ; MENDES, F.P.; SILVA, AO. (Org.). *Envelhecimento: Estudos e Perspectivas*. São Paulo: Martinari, 2014. p. 19-33.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

_____. *World report on ageing and health*. Geneva, Switzerland : World Health Organization, 2015.

YOKOMIZO, P.; LOPES, A.. Aspectos socioculturais da construção da aparência no envelhecimento feminino: uma revisão narrativa. *Revista Kairós: Gerontologia*, [S.l.], v. 22, p. 285-317, nov. 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/2176-901X.2019v22iEspecial26p285-317/30607>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

ZAHARIADIS, N. *Markets, States, and Public Policies: Privatization in Britain and France*. Ann Arbor: University of Michigan Press. 1995.

_____. *Ambiguity, Time and Multiple Streams*. In Sabatier, Paul A. (ed.) *Theories of the Policy Process*. Oxford, Westview Press. 1999.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado senhor/Prezada senhora

O senhor/A senhora está sendo convidado(a) para participar como voluntário do projeto de pesquisa feito por estudantes do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. A sua participação é importante pois vai ajudar a entendermos o que os idosos pensam sobre a Internet.

Caso concorde, o senhor(a) será convidado a participar de uma entrevista, que poderá ser gravada e será feita em local de sua escolha. Nessa condição, se o senhor(a) aceitar participar dessa pesquisa, benefícios futuros para os estudos do envelhecimento e desenvolvimento regional poderão acontecer, tais como: identificar condições para a expansão das capacidades de cidadania dos idosos proporcionando uma participação ativa no contexto do desenvolvimento regional. Para participar dessa pesquisa o senhor/senhora não terá nenhuma despesa com materiais a serem utilizados ou despesas de qualquer outra natureza.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____ declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado(a), de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados. Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização de minha imagem e voz de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que eu não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado(a):

a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;

b) da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;

c) da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;

d) do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;

O pesquisador responsável por este Projeto de Pesquisa é Roberto Wickert, fone 051 98285-8560.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

Local: Santa Cruz do Sul, _____ de _____ de 2019.

Nome e assinatura do voluntário

Nome e assinatura do responsável
pela obtenção do presente
consentimento

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Olá, para que possamos começar essa conversa gostaria de te convidar a contar um pouquinho mais de você saber um pouco da sua história. (nome completo, idade... o senhor(a) é aposentado, há quanto tempo, o que fazia antes de se aposentar).
2. E como é a sua rotina hoje em dia? Como é que é o seu dia a dia, da hora que acorda até a hora que vai dormir. Poderia falar um pouco sobre as coisas que faz neste período?
3. Bem essa conversa é para a gente falar um pouquinho sobre o uso da internet poderia contar quais os motivos que levaram você e se interessar pela internet?
4. Você poderia contar, caso ainda lembre, do seu primeiro contato, sua primeira experiência com a internet?
5. Você costuma acessar a Internet hoje em dia? E o que você mais gosta de fazer quando acessa a internet?
6. Fale por favor como seria para você se não pudesse mais ter acesso a internet, Você consegue imaginar a sua vida sem internet hoje em dia?
7. Você entende que alguma coisa mudou na sua vida depois que você passou acessar a internet? Pode explicar o que mudou?
8. Será que você poderia definir em uma palavra o que significa para você a internet?
9. E você poderia definir em uma palavra o que significa para você estar conectado à internet?
10. Conte um pouquinho sobre a maneira como que você fica sabendo das notícias que acontecem na sua região ou no país.
11. De que maneira você toma conhecimento sobre os seus direitos e deveres do cidadão?
12. Você chegou a ter alguma experiência, fazer contato com algum órgão do governo para tratar algum assunto referente aos seus direitos?
13. Para você o que é cidadania e como consegue exercer a sua cidadania em seu dia a dia?